

A Classe Operária



ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

ANO 65 — VI FASE — Nº 35 DE 26/01 A 08/02/90

NCz\$ 8,00

GUERRA no império russo



Sacudido e ameaçado de extinção pelos conflitos nacionais, o Império Russo recorreu ao argumento da força. Gorbachev enviou tropas para conter a guerra civil no Cáucaso entre azerbaijanos e armênios. Porém, os nacionalistas resistem e agora usam o recurso da guerra de guerrilhas, fazendo renascer o fantasma do Afeganistão. É a existência da União Soviética como país capitalista que está em questão. A Classe analisa o problema nas páginas 8 e 9.

Campanha antialbanesa

Nas últimas semanas a Albânia foi alvo de uma inusitada e bem orquestrada campanha de calúnias. A grande imprensa noticiou como fatos descaradas inverdades fabricadas pelos meios de comunicação iugoslavos, sobre protestos populares no país, repressão e decretação do estado de emergência pelo governo socialista. A vida mostrou, porém, que a mentira tem pernas curtas e, neste caso, não tardou a ser desmascarada. Leia a respeito na página 7.

Collor inicia manobras

O presidente eleito, Fernando Collor de Mello, iniciou manobras para conseguir bases de sustentação política. Através do ministro da Justiça, Bernardo Cabral, do líder do FRN na Câmara dos Deputados, Renan Calheiros, e do líder de seu governo no Senado, Carlos Chiarelli, tenta cooptar setores da oposição com um vago projeto de "união nacional". Na área militar, há um movimento de generais, almirantes e brigadeiros que mostram disposição para continuar tutelando a vida nacional. Leia nas páginas 4, 5 e 6.



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Getúlio Vargas

A Classe Operária

Diretor e Jornalista Responsável:
João Amazonas

Editor: José Reinaldo Carvalho

Redação: Antonio Martins, Irason Cordeiro Lopes e Umberto Martins.

Diagramação e Arte: José Luís Munuera Reyes

Fotografia: Agência Fôton

Centro de Documentação: Rosane Montiel e Joana D'Arc Sousa Lima (interina)

Administração e Assinaturas: Cláudia de Medeiros e Dalva Silva

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista — CEP 01318 — São Paulo/SP.

Telefone: (011) 36-7531

Telex: 11-32133

Fax: (011) 36-4104

Nas capitais: ACRE — Rua Rio Grande do Sul, 65, CEP 69900, fone: (068) 224-7329, Rio Branco; ALAGOAS — Ladeira do Brito, 72 — fones: (082) 221-4634 e 221-4728, Maceió; AMAPÁ — Av. Mendonça Furtado, 762, CEP 68900, fone: (096) 231-3370, Macapá; AMAZONAS — Rua Itamaracá, 124, CEP 69007, fone: (092) 233-7717, Manaus; BAHIA — Av. Cons. Junqueira Ayres, 41, Barris, CEP 40115, fone: (071) 241-6522, Salvador; CEARÁ — Rua São Paulo, 1.037, CEP 60000, fone: (085) 221-4090, Fortaleza; DISTRITO FEDERAL — HIGS — 704, Bloco G, Casa 67, CEP 70302, fone: (061) 225-8202, Brasília; ESPÍRITO SANTO — Rua Prof. Baltazar, 152, CEP 29020, fone: (027) 222-8162, Vitória; GOIÁS — R. Parnaíba, 355, CEP 74000, fone: (062) 223-5571, Goiânia; MARANHÃO — Rua Osvaldo Cruz, 921, CEP 65000, São Luiz; MATO GROSSO — Rua Comandante Costa, 548, fundos, CEP 78030, fone: (065) 321-5095, Cuiabá; MATO GROSSO DO SUL — Rua Rui Barbosa, 2.500, CEP 79010, Campo Grande; MINAS GERAIS — Rua Padre Belchior, 285, CEP 30190, fone: (031) 222-3161, Belo Horizonte; PARA — Rua Manoel Barata, 993, CEP 66800, fone: (091) 223-8911, Belém; PARAÍBA — R. Almeida Barreto, 273, tel. (083) 222-4413, CEP 58020, João Pessoa; PARANÁ — R. Mal. Deodoro, 1.161, Centro, fone: (041) 222-9120, Curitiba; PERNAMBUCO — Rua do Sossego, 53, CEP 50750, fone: (081) 222-3418, Recife; PIAUÍ — Rua Desemb. Freitas, 1.216, CEP 64020, fone: (086) 222-2044, Teresina; RIO DE JANEIRO — Rua 13 de Maio, 33, 16º andar, sala 1.608, CEP 20031, fone: (021) 252-9935, Rio de Janeiro; RIO GRANDE DO LORTE — Rua Prof. Zuzza, 99, CEP 59020, fone: (084) 222-6323, Natal; RIO GRANDE DO SUL — Rua Santo Antonio, 254, CEP 90220, fone: (0512) 28-5152, Porto Alegre; RONDÔNIA — Rua José Bonifácio, 787 fundos, CEP 78900, Porto Velho; RORAIMA — Rua Major Wilians, 434, CEP 69300, Boa Vista; SANTA CATARINA — Rua Julio Moura, 34, CEP 88010, fone: (0482) 22-1927, Florianópolis; SERGIPE — Rua do Lagarto, 807, CEP 49015, Aracaju.

A CLASSE OPERÁRIA é uma publicação da Empresa Jornalística A Classe Operária. Composição, past-up, fotolito e impressão: Cia. Editora Joruês. Fone: 815-4999 — São Paulo.



Colaborador da Classe contesta artigo de "Veja"

A revista "Veja" publicou em sua edição que saiu às ruas no último dia 7, na seção "Ponto de Vista", artigo de seu editor internacional, Igor Fuser, com amplos ataques ao regime socialista em vigor na Albânia. O jornalista Bernardo Joffily, colaborador da Classe e que residiu por 5 anos naquele país, enviou no dia seguinte carta à revista, em que retrucava uma por uma as principais afirmações de Igor Fuser.

Pelo menos até o momento, contudo, os leitores da revista não puderam conhecer os argumentos de Bernardo. "Veja" não publicou a carta na íntegra ou sequer "resumidamente", como alega ser necessário fazer em alguns casos, "por motivo de espaço". Bernardo enviou cópia de seu texto à Classe, que agora o reproduz.

"Prezado senhor Diretor de Redação "Veja", com seu bravo Igor Fuser, não está só no combate ao renitente comunismo albanês. A página 3 do "Estado" há anos trocou Moscou por Tirana como símbolo do Império do Mal. A "Folha de S. Paulo", ainda há dois dias, desancou em editorial os stalinistas albaneses.

"Em boa hora nossa grande imprensa adverte: o perigo albanês existe. E como não? Pois se esses seres liliputianos teimam no socialismo de Marx, Engels, Lenin e até Stalin; vivem sem propriedade privada, sem patrões ou empregados, sem dívida externa, impostos, inflação ou desemprego. E não se rebelam, sequer se queixam, parece que até gostam... É de fato escandaloso, em nossos tempos gorbachevianos e colloridos.

"Só peço que, nessa oportuniíssima cruzada, Igor e seus ardorosos companheiros não esqueçam o bê-a-bá do bom jornalista. Trabalhei cinco anos como radialista na Albânia. Conheço a razoavelmente. Na divertida catilinária de Igor ("Um museu para o stalinismo") anotei, afora as meias-verdades, várias falsidades ululantes ("Um dos países mais atrasados do mundo"; "Os carros particulares são reservados aos membros da nomenclatura"; "Filas para comprar alimentos"; "Livrarias onde há décadas não entra um só livro ocidental"; "O PCdoB é o único partido com representação parlamentar a apoiar a ditadura albanesa"; e até as inevitáveis 'cabras, que abundam no país').

"Caso quisessem, Igor e seus cruzados

facilmente coletariam material jornalístico de verdade sobre a Albânia. Descobririam então que o PIB albanês foi o que mais cresceu na Europa do pós-guerra. Que em 1990 a água encanada chegará a todas as aldeias do país, onde, há 20 anos, não há uma só casa sem luz elétrica. Que qualquer albanês capta em sua TV, ao vivo e a cores, a programação das emissoras iugoslavas, gregas e italianas, livremente retransmitidas pelo Grande Satã stalinista.

"Opinião, cada um tem a sua. Mas a péssima opinião de 'Veja' sobre a Albânia não a desobriga de um mínimo de conhecimento e profissionalismo, nem a desculpa por tamanho show de desapeço pela verdade."

(Bernardo Joffily, S. Bernardo do Campo, SP)

Leitores opinam sobre o jornal e fazem sugestões

A imensa maioria do povo, a quase totalidade da juventude e boa parte de nossos militantes têm uma idéia vaga, ou não têm idéia nenhuma, sobre o que foram o movimento reformista no início dos anos 60, o golpe de 64 e a ditadura militar.

Acho isso um perigo. Seria uma boa coisa a Classe tratar do assunto em abril próximo. Avança a idéia agora para que haja tempo para uma melhor elaboração. Penso num conjunto de matérias bem preparadas e elucidativas, e sugiro o seguinte esquema:

Duas páginas sobre as razões do golpe, seu preparo e as reações imediatas ao mesmo; duas páginas sobre a ação da ditadura no campo administrativo-econômico-social: agravamento da dependência, concentração de renda e da terra, modernização, etc.; duas páginas sobre a repressão da ditadura. Uma descrição bem viva e contundente, sem chavões, das prisões, torturas, cassações, fechamento de entidades e partidos, etc.

Gostaria ainda de propor alguns temas que podem ser elaborados com a devida calma, em proveito da qualidade: a revolta de Canudos, o Contestado, a revolução de 30, a insurreição de 35, a participação do Brasil na 2ª Guerra, a morte de Getúlio, o nazismo, o papel de Stalin, a história de Roberto Marinho (com um estudo sobre o monopólio das comunicações no Brasil). O gancho para cada um destes temas seriam as datas comemorativas.

Quando o Congresso for reaberto e a lei agrícola estiver para ser votada mandarei uma apreciação sobre a mesma. Considere um tema de primeira importância. Há a ameaça de ser aprovada a proposta da UDR, e isso representaria uma seriíssima derrota para os pequenos e médios produtores.

Por favor, apresente meus efusivos cumprimentos ao Umberto Martins por sua matéria sobre o leste europeu. O as-

sunto continua em pauta, merecendo toda nossa atenção. (Manuel Domingos, deputado federal pelo PCdoB-PI, Brasília, DF)

Sugiro à redação deste jornal uma matéria, na seção "Por dentro do PCdoB", sobre o camarada José Praxedes.

Ex-presidente do Diretório Regional do PCdoB-Bahia e ex-militante da Aliança Nacional Libertadora — ANL, Praxedes foi, durante toda sua fecunda militância política, um abnegado defensor do socialismo, e um mártir da luta do povo brasileiro.

Revolucionário convicto, participou ativamente da insurreição comunista de 35, vindo a falecer em novembro de 1984 na cidade de Mapele, interior da Bahia, aos 84 anos. (Nivanildo Barbosa Lima, Paulo Afonso, BA)

"Infeliz entrevista do deputado Paulo Delgado"

No último dia 3/1 ouvi entrevista com o deputado federal, pelo PT de Minas Gerais, Paulo Delgado. O entrevistador perguntou-lhe se o PT não havia perdido as eleições devido a sua coligação com o PCdoB. Depois de divagar, Paulo Delgado disse que realmente os dirigentes e militantes do PCdoB têm uma visão totalmente equivocada do que está acontecendo no leste europeu, e que defendem um regime totalitário. Insinuou ainda que o PCdoB defende o regime chinês, que promoveu o massacre de estudantes.

Bastaria que Paulo Delgado tivesse consultado o jornal A Classe Operária, do PCdoB, para que tomasse conhecimento da posição do PCdoB sobre a China, com firme condenação não apenas do massacre de estudantes como também das mudanças pró-capitalistas lá adotadas há anos. A respeito do leste europeu, o deputado também não teria dificuldade em entender que o PCdoB não dá qualquer apoio, e isto há mais de 20 anos, aos regimes revisionistas lá instalados. Infeliz entrevista do deputado Paulo Delgado. (Nilo Walter dos Santos, Vitória, ES)

Revolução albanesa saudada em Campinas

Por ocasião do 40º Aniversário da Libertação Nacional da Albânia, a revista "Albânia Nueva" promoveu um concurso sobre um tema "Que sabe da Albânia?". Graças ao incentivo e correta orientação de Vânia Ribeiro, então presidente da Associação de Amizade Brasil-Albânia, participei deste concurso juntamente com leitores de vários continentes. Fiquei muito feliz ao receber o resultado: como prêmio uma estadia na Albânia com despesas pagas pela redação da revista promotora do concurso.

Pude então conhecer na prática os inúmeros êxitos alcançados por este país na edificação do socialismo, sob a liderança do Partido do Trabalho da Albânia (PTA). Como jornalista-repórter fotográfico fiz centenas de fotos. Para comemorar o 45º Aniversário da Libertação Nacional do povo albanês no dia 29 de novembro mostrei perante o auditório lotado do Centro de Convivência, vários slides tirados por ocasião de minha visita à Albânia em dezembro de 1986. Graças à oportuna iniciativa da Funarte e do Instituto Nacional de Fotografia ao promoverem a VII Semana Nacional da Fotografia em Campinas, como comemoração dos 130 anos da fotografia, pude divulgar as minhas fotos alcançadas pelo povo albanês na construção do socialismo.

Marcos A. D. Andrade — São Paulo — SP

Assine já o seu jornal "A CLASSE OPERÁRIA"
UM JORNAL PELO SOCIALISMO

Nome.....
Endereço.....
CEP.....Cidade.....Estado.....
Profissão.....

"A CLASSE OPERÁRIA" CUSTA MUITO POUCO:

Assinatura trimestral: NCz\$ 48,00

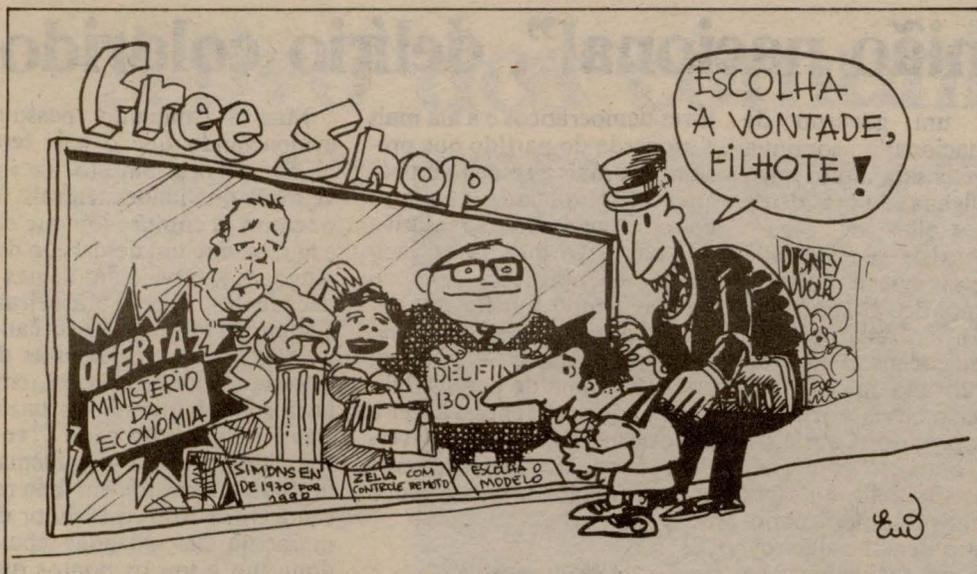
Assinatura semestral: NCz\$ 96,00

Preencha hoje mesmo este talão e envie cheque nominal

Editora Anita Garibaldi Ltda.

Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - CEP 01318 - São Paulo/SP

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo



EDITORIAL

O desafio é manter a unidade

A intensa mobilização de massas durante a campanha eleitoral do ano passado, os mais de 30 milhões de votos alcançados no segundo turno pelo candidato das forças progressistas e a ampla discussão sobre os temas mais candentes da realidade nacional constituem um patrimônio político que lança a um patamar mais elevado a luta pela libertação do povo brasileiro.

Este avanço na marcha da evolução histórica do país não ocorreu por acaso. Em última instância, é fruto da unidade concertada entre as forças democráticas e populares nos marcos da FBP, que por sua vez só foi possível devido ao acúmulo de condições objetivas favoráveis. É uma constatação notória e irrecorrível que Lula passou ao segundo turno e disputou com reais chances de vitória em razão da unidade alcançada na base do movimento popular e entre os partidos de esquerda. É a maior herança da campanha.

Temos reiterado diversas vezes nas páginas deste periódico que a união do povo não constitui apenas um elemento da tática cingido nos limites de uma batalha político-eleitoral. Para além disso, tem caráter estratégico, relacionado com os rumos e objetivos mais gerais da luta pela emancipação nacional e social. A rigor, a unidade das forças populares é a um só tempo o caminho e a condição para a vitória. A própria campanha eleitoral, no curso da qual nasceu a Frente Brasil Popular, deixou o ensinamento de que as elites entram em pânico quando percebem o povo sentir-se maduro, confiante, organizado, enfim **unido**. Aliás, não foi outra razão que as levou a engendrar toda sorte de manobras divisionistas e diversionistas para cindir a frente-única, contando inclusive com o concurso de falsos partidos de esquerda.

Os problemas econômicos e sociais acumulados no Brasil são de tal ordem e a gravidade da crise é tamanha, que não há outras forças capazes de solucioná-los senão a classe operária e as camadas populares. O país não comporta mais remendos nem se ilude com promessas mirabolantes. Demanda a implantação de um projeto nacional, que mude em essência os rumos da política historicamente implementada pelas classes dominantes. Precisa golpear fundo a dependência externa, encontrar novos caminhos de desenvolvimento, que garantam a soberania, a democracia, a distribuição de terras e de rendas. Sem romper com o modelo capitalista dependente, que já caducou e estertora, não há perspectiva de progresso para a nação nem de solução dos angustiantes problemas do povo. Collor já disse a que veio, embora procure dissimular com atitude demagógicas. Não enfrentará esses problemas, o que justifica a orientação oposicionista do movimento democrático e popular.

Mas essa tarefa só pode ser cumprida nos marcos de um extenso e profundo movimento de massas, para cujo êxito é imprescindível o reforço da unidade.

É evidente que a articulação das forças progressistas não implica a perda da independência ou a diluição da fisionomia de cada partido político, desde que o zelo pela independência não resvale para posturas exclusivistas, particularistas, partidistas. O critério que norteia o esforço de unidade continua sendo os interesses maiores do povo brasileiro e da nação.

Desde o início da articulação da grande unidade que resultou na memorável campanha da Frente Brasil Popular, o PCdoB jogou papel de destaque. Teve lucidez e acuidade para marchar lado a lado com as forças políticas ligadas aos trabalhadores e ao povo. No novo período que se inicia surgem desafios maiores para a consecução vitoriosa de uma estratégia voltada para a viabilização da unidade popular.

São Paulo, 436 anos

Aldo Rebelo*

Há 436 anos, desafiando a hostilidade da altitude e da floresta, o religioso Manoel da Nóbrega implantou a povoação que deu origem a São Paulo. A localização geográfica estratégica e as particularidades do desenvolvimento do Brasil transformaram a cidade no estuário econômico e étnico do país.

A paulicéia formou-se como nosso cruzamento histórico, gigantesco caldeirão onde se misturaram as contradições do Brasil capitalista e dependente. Contemplando o rio Tietê a burguesia encontrou inspiração e força para dotar a cidade de progresso material, científico e técnico, fincando com punhos de cimento e aço seus valores e interesses.

A polarização da capital arrastou consigo levas de migrantes em busca de uma vida melhor. À sombra da grande indústria floresceu uma numerosa classe operária; a miséria alastrou-se incontinenti em meio ao exército industrial de reserva disponível para a construção civil ou outra atividade qualquer dos fabricantes de riqueza.

Os majestosos edifícios bancários da city paulista operam freneticamente contas bilionárias do overnight a poucos metros de mul-

tidões de trombadinhas que povoam suas calçadas a expor a miséria absoluta contracenando com a riqueza absoluta.

Helicópteros rasgam o céu da cidade transportando executivos apressados enquanto no solo uma frota de ônibus que não se renova há dez anos carrega como gado milhões de trabalhadores. Aviões hospitais pousam nos vídeos dos telespectadores como a última novidade para milionários enfartados ou colhidos por outros sinistros, mas nos corredores dos hospitais desaparelhados os proletários morrem à míngua vítimas da guerra social surda e sinistra.

O que comemorar neste 436.º aniversário de São Paulo? Em primeiro lugar, a luta do seu povo e o vigor de sua classe operária, que fazem dessa cidade a mais democrática do país. Aqui o trabalho e o trabalhador impuseram sua disciplina e seu respeito social; as organizações das classes avançadas, seus partidos e sindicatos, têm um vigor impar. Neste aniversário, portanto, comemoram suas conquistas, meditam sobre suas derrotas para erguer sobre elas as barricadas do futuro.

*Membro da direção nacional do PCdoB e vereador em São Paulo

Novo método de articulação

Luciano Siqueira *

Fórum de debates organizado pelos partidos da Frente Brasil Popular, com presumível participação de entidades sindicais e democráticas, definirá em Recife, no início de fevereiro, as bases da unidade das forças populares e progressistas no pleito de outubro próximo. Em discussão a situação política nacional e os rumos da oposição ao governo Collor, diretrizes para um governo estadual democrático e popular, compromissos básicos da bancada parlamentar federal e estadual, e o **modus operandi** da campanha eleitoral unitária.

Trata-se de um passo adiante no método de construção da pretendida unidade, que deverá reunir todas as correntes que estiverem juntas no apoio a Lula no segundo turno das eleições presidenciais. Uma conquista dos partidos da Frente Brasil Popular, que reagiram diante da tentativa de um segmento do PMDB que, com o apoio do PCB, do PSDB e de parte do PDT, tentou fazer fato consumado, sem maiores discussões, a candidatura do ex-prefeito de Recife, Jarbas Vasconcelos, ao governo do Estado. A manobra, baseada no argumento do prestígio eleitoral (inquestionável) de Jarbas, levaria à formação de uma frente heterogênea quanto carente de nitidez, à qual deveriam se integrar os par-

tidos de esquerda (PCdoB, PT, PSB) em condições no mínimo discrepantes do papel que hoje desempenham na cena política pernambucana.

Mas o novo quadro político que emergiu das urnas, destacadamente as mudanças operadas no comportamento do eleitorado (agora mais esclarecido e exigente) e o campo de forças de esquerda em ascensão (constituído pela FBP), ofereceu o pano de fundo para o triunfo da tese defendida pelo PCdoB — e logo assumida pelo PT, PSB e pelo governador Miguel Arraes, que tem reafirmado sua presença no bloco oposicionista de esquerda ao governo Collor — de que a unidade deveria ser programática e em função de entendimentos satisfatórios sobre a condução da campanha eleitoral. O próprio Jarbas e o ex-prefeito de Caruaru, José Queiroz, do PDT, que também se apresenta como alternativa de unidade, terminaram por concordar com o novo encaminhamento proposto.

Criam-se assim condições favoráveis a uma conjugação de forças a um só tempo capaz de derrotar o candidato da direita a governador e eleger consistentes bancadas de esquerda à Assembleia Legislativa e à Câmara dos Deputados.

*Pres. PCdoB—PE e membro da direção nacional

NAS ENTRELINHAS DA NOTÍCIA

Provocação, não!

Clóves Wonder

Você acreditaria em alguém que o Maluf dissesse que é honesto como ele? Ou que a Rede Globo não apoiou Collor de Mello? Pois então não há como não acreditar em uma agência de notícias chamada "Tanjung" ou nas boas intenções ou isenção da grande imprensa burguesa. Quando se fala de socialismo de verdade, da Albânia ou de qualquer tese realmente progressista, essa gente já chega ao assunto com duas pedras nas mãos. E tome provocação!

Só quem não vê isso é o "Ombudsman" (de quê) da "Folha de S. Paulo" e os ingênuos (será que ainda existe isso?). Depois que o efeito dominó começou a derrubar as ditaduras revisionistas do Leste europeu, gente como Caio Blinder, diretores e editores de jornais e revistas, pensadores e intelectuais burgueses, decretaram o "fim do comunismo". Como se aquilo que existia no Leste europeu fosse algo parecido. E a companhia dos comunistas passou a ser mal-vista até por gente como o deputado Paulo Delgado, do PT mineiro.

Mas não há de ser nada. No fim dá tudo certo. Se não der certo é porque não se chegou ao fim.

"Folhão"

Observando o noticiário dos últimos quinze dias a respeito da Albânia nos jornais brasileiros (vide pág. 10), vê-se porque não dá para se acreditar nessa imprensa que somos obrigados a ler diariamente.

A "Folha de S. Paulo", na semana passada, deu manchete da página internacional para dizer que estavam ocorrendo levantes na Albânia e que o governo havia decretado estado de emergência. No corpo da matéria, a notícia era creditada à agência iugoslava "Tanjung", especialista em provocar e mentir sobre a Albânia e que não se sustentava em nenhuma fonte confiável. No penúltimo parágrafo da matéria, já baseada em agência inglesa, se informava que os embaixadores de países do Leste e do Ocidente residentes em Tirana informavam (uma fonte insuspeita, portanto) que não havia chegado ao conheci-

mento deles nenhuma notícia de inquietações ou anormalidades no país.

Na mesma semana, chega à redação da "Folha" despacho da própria agência "Tanjung", dizendo que o governo iugoslavo havia se reunido e divulgado nota oficial, desmentindo que estivesse havendo qualquer coisa de anormal na vizinha Albânia. A "Folha" inescrupulosamente não publicou o despacho e apenas a "Folha da Tarde", numa de suas colunas informativas, colocou um reduzidíssimo trecho da nota sob o título "Desmentido". E só.

Cadê o Ombudsman?

Caio "Ombudsman" Túlio (nossa!), que adora fazer média com seus leitores em cima de pequenas piadas na bola da "Folha" e deitar e rolar nos "furos" dos outros jornais, inadvertidamente sequer notou o erro da manchete sobre a Albânia do jornal, que foi notada por todos os jornalistas independentes do país e não mencionou o segundo despacho da "Tanjung" desmentindo a si própria.

É bem verdade que o Caio Túlio precisa ser alertado por telefone, telegrama ou carta para notar alguma coisa no seu próprio jornal, mas essa ele devia ter visto e anotado. É para isso que o Frias lhe paga um belo salário. Não é verdade? Ah, sim, notar as escorregadelas do jornal, mas não para dizer a verdade sobre os acontecimentos que o próprio jornal noticia. E esse caso da manchete sobre a Albânia é revelador!

Mas parafraseando um personagem de um filme de John Ford sobre Jesse James, se uma lenda for mais interessante que a verdade, publique-se a lenda. Por isso, quando não se tem notícias concretas e verdadeiras sobre a Albânia (ou melhor, contra ela), se inventa. E é mais ou menos isso que as agências de notícias e os jornalões estão fazendo.

Essas provocações sem fim vão acabar desmoralizando as próprias mentiras que essa gente assaca contra a Albânia. Provocação tem limite, até para os provocadores notí-

"União nacional", delírio colorido

Formar um governo de "união nacional" continua sendo a pretensão, muito repetida e divulgada, do presidente Fernando Collor de Mello. Nos últimos dias ele concluiu a formação do que constituirá seu "trio político", conforme a expressão utilizada pelo deputado amazonense Bernardo Cabral, indicado ministro da Justiça (ver matéria à pág. 5). Além do próprio Cabral, o "trio" é composto pelo gaúcho Carlos Chiarelli, que será o líder do governo no Senado, e o alagoano Renan Calheiros, premiado com a liderança na Câmara Federal.

Cabral já fez várias articulações visando à "união nacional", mas até o momento obteve poucos resultados, entre os quais conta um encontro com a direita sindical do país, os representantes do "sindicalismo de resultados" Rogério Magri, que preside uma ala da combatida CGT (a que reúne a tradicional pelegada das confederações e se opõe à outra CGT, um pouco menos amarelada de Joaquim dos Santos Andrade, o "Joaquinzão"), e Luiz Antônio Medeiros, dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Ambos, como se sabe, apoiaram Collor de Mello desde o primeiro turno das eleições presidenciais, são badalados e referenciados pela mídia, mas possuem escassa influência sobre o movimento sindical brasileiro, o real, que faz greve, reivindica e de fato conta na determinação da posição dos assalariados brasileiros frente à política econômica e social do Estado.

Façanha menos desprezível foi a articulação do encontro entre Collor e Franco Montoro, que resultou na quase cooptação do PSDB, atribuída a Chiarelli. O saldo mais concreto, porém, foi uma terrível dor de cabeça para a direção tucana. Montoro vem sendo duramente criticado pelos se-

Foto: Lula Marques

tores democráticos e a ala mais à esquerda do partido que preside (leia mais a respeito na página 5). De qualquer forma, o episódio evidencia a tentativa de cooptação de setores vacilantes da oposição, mas ao mesmo tempo mostra as dificuldades do novo governo para ampliar sua base política, criar um clima de governabilidade e, de preferência, obter a maioria no Congresso. A verdade é que Collor, brilhante como demagogo, seduz pouco neste campo.

"Bom-senso"

Entretanto, é inegável o otimismo do pefelista Carlos Chiarelli. "As pessoas de bom-senso e patriotas, existentes em grande quantidade nesta Casa, não se oporão ao programa de Collor", foi o que garantiu logo após sua indicação para líder no Senado. Resta saber o que o parlamentar gaúcho entende por "patriotas" e por "bom-senso".

Afinal, qual o programa de Collor? Em linhas gerais, a retórica da campanha colorida revelou planos conservadores, reacionários, continuistas, autorizando a previsão de um governo ainda mais mediocre, antipopular e antinacional do que o do maranhense José Sarney. Foi assim em relação aos grandes temas, como dívida externa, democratização do país, posição e papel das Forças Armadas e reforma agrária. Na particularização de algumas promessas, ainda que não mudasse o caráter geral (diretista) do programa, Collor acrescentou alguns temperos de ousadia. Jurou extinguir o SNI, o Estado Maior das Forças Armadas, além de instituir um Ministério da Defesa, chefiado por civil. Tudo isto foi servido tendo por molho críticas ácidas ao governo Sarney, um formidável bode expiatório competentemente explorado pelos coloridos.

Mas a campanha passou, evidenciando que o país terá na Presidência um ator de invejáveis qualidades teatrais. E o tempo já comprovou que ele é igualmente um descarado demagogo, a serviço das velhas e decadentes elites brasileiras. Enquanto vem sendo forçado a explicitar suas propostas de governo, após as eleições, embora sem abandonar as bazófilias e bravatas no geral ("vou solucionar todos os problemas do Brasil", bradou em uma recente entrevista), o caçador de maracujá das Alagoas abandona um a um os pontos que despertaram alguma expectativa em seu eleitorado. Seu objetivo foi apenas embaralhar a consciência do eleitor, iludir o povo. Simples demagogia.

O governo Collor não vai extinguir o SNI, o EMFA nem instituir Ministério da Defesa e escolheu chefes militares, como ele, comprometidos com o arbitrio e a reação, um deles inclusive acusado de envolvimento com a tortura durante o regime militar (leia detalhes a respeito na página 6). Novamente teremos um presidente tutelado pelos generais.

Além disso, promete seguir à risca as recomendações dos banqueiros estrangeiros no tratamento da dívida externa e dos problemas econômicos nacionais. Com ele, pode-se esperar privatizações e maior desnacionalização econômica. Essas coisas estão mais que nítidas hoje. Até mesmo a promessa de retirada do aval da União sobre os empréstimos externos, embora vazia de sentido e praticidade, foi abandonada para não afrontar a sensibilidade dos credores externos.

Nessas condições, a conduta dos patriotas, ao contrário do que pretende Chiarelli, não pode ser de acatamento ao "programa de Collor", de essência antinacional e antidemocrática. A noção de patriotismo do senador gaúcho evidentemente não é a mesma das oposições comprometidas com os interesses da pátria e do povo. Também não é de bom-senso o apoio a um governo que, pela plataforma, está destinado ao fracasso — agravará a crise do país e em função disto tende a bater o record de impopularidade alcançado por Sarney Costa. A esperança de Collor e Chiarelli no Congresso é o fisiologismo. Não é à-toa que a base de apoio parlamentar do alagoano é a mesma do atual governo, composta basicamente pelos políticos que formaram o famoso "Centrão" durante a Constituição de 1988. igualmente, será em continuidade com a famosa máxima do latifundiário Roberto Cardoso Alves: "É dando que se recebe."



Chiarelli tem uma estranha noção sobre "patriota" e "bom senso"

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grãos

500 anos depois... farsa ou tragédia?

Mário Simões*

O presidente eleito Fernando Collor de Mello nomeou como seu ministro da Justiça o deputado amazonense Bernardo Cabral. Tal como seu homônimo de 500 anos atrás, usa das artimanhas do escambo de bugigangas para atrair adeptos. Na tribo tucana há gente disposta a barganhar.

Quase 500 anos depois ele voltou. A caminho das Índias, encontrou alguns índios pela frente. Por via das dúvidas, deu logo um parecer contrário. Tentando fazer retroceder em séculos as conquistas constitucionais registradas pelos diversos grupos étnicos no Brasil. As semelhanças entre os dois Cabrais, o Pedro Álvares e o Bernardo, não são poucas. Como o primeiro, o Cabral hodierno, serviu aos interesses daqueles que buscavam o metal precioso nas terras indígenas. A serviço de D. Manuel, o Venturoso, aquele utilizou o escambo para cooptar indígenas, envolvê-los e subtrair-lhes direitos. A serviço de D. Fernando, de poucas venturas, este terá, também, o escambo como argumento forte para cooptar setores para o governo de D. Fernando (ou seria D. Mello I?). A diferença será que, em lugar de espelhos e bugigangas brilhantes, haverá cargos, favores e bençãos.

O escudeiro de D. Mello I tem também, como seu antecessor, a proximidade com os militares da corte. Na Constituinte ele foi um dos principais entes que os setores progressistas encontraram para garantir a não-intervenção das Forças Armadas nas questões internas do país. Cabral foi interlocutor constante dos ministros Leônidas Pires Gonçalves, do Exército, e Ivan de Souza Mendes, do SNI. Na condição de relator da Constituinte, Cabral desenvolveu com o seu presidente, Ulysses Guimarães, a estratégia de jogar para a lei ordinária todas as questões polêmicas. O insuspeito deputado Francisco Dornelles disse sobre ele: "Esse homem não tem idéias firmes. A opinião dele é sempre a penúltima."

Ex-presidente da OAB, o atual Cabral foi cassado pelo AI-5 e, mesmo assim, sempre foi um defensor do diálogo com os militares — que com ele não dialogaram. Seu passado de conservador fica claro ao ser examinado fora da noite da ditadura — quando todos os gatos são pardos. Cabral ganhou destaque navegando nas mesmas águas de Gilberto Mestrinho, o Boto Tucuxi citado pelo escritor amazonense Márcio de Souza. Em 1958, foi chefe de Polícia de Mestrinho. No ano seguinte, foi seu Chefe da Casa Civil e em 1983,

quando deixou a OAB, foi seu assessor especial. Só abandonou a caravela do ex-governador, notório pelo seu entreguismo e por defender interesses contrários à preservação da Amazônia, quando foi por ele rifado na pretensão de disputar o governo do Amazonas.

Cabral, como ministro indicado para a Justiça, assume a missão que lhe confiou Collor de continuar navegando em mares "nunca d'antes navegados". Pretende aproximar da Corte setores que tradicionalmente estão dela distantes. É dele a tarefa de realizar um "amplo diálogo nacional", buscando atender ao objetivo de "sua majestade" de um "governo de união nacional".

A "união nacional" tem sido usada por Collor como peça de publicidade desde a campanha eleitoral. O "amplo diálogo" promovido por Cabral tem o mesmo conteúdo da proposição do eleito. União em torno de quê? Com que objetivo? A intenção de D. Mello fica clara em informação transcrita pelo "Jornal do Brasil" na sua edição do dia 17 último: "É preciso madurar em busca do entendimento. A maioria de que preciso terá que ser construída precocemente. É necessário deixar os políticos predispostos a aprovar o que eu vou mandar." O paralelo com o período despótico não serve apenas para o navegante Cabral, mas também para o desaventurado presidente eleito.

Cabral, pelo seu passado na OAB e na Constituinte, tem bom trânsito entre alguns setores oposicionistas. A sua missão é buscar o diálogo com os diversos setores da sociedade, entidades sindicais, partidos de oposição e áreas que Collor naturalmente não teria acesso. Collor já esclareceu o que pretende com a escolha de Cabral para comandar sua expedição nas águas oposicionistas: "Não quero acordo com a direita (sic!) e nem compactuo com idéias retrógradas. Pretendo fazer um governo progressista e voltado para a socialdemocracia." O mais inusitado é que esta afirmação foi feita para o senador José Agripino, da oligarquia dos Maias no Rio Grande do Norte, por outro oligarca alagoano.

A primeira grande conquista no setor oposicionista al-

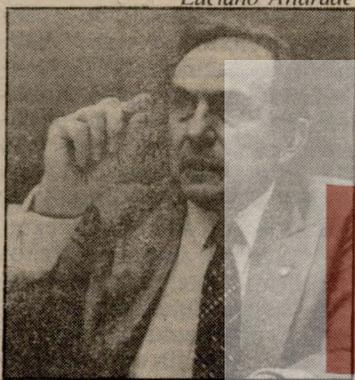
cançada pela Corte, entretanto, não teve Cabral como articulador. Coube ao senador gaúcho Carlos Chiarelli, como Agripino, do PFL, cooptar o presidente do PSDB, o ex-governador Franco Montoro.

Mais para Silvério dos Reis, Montoro traiu decisão da Executiva do partido. Negligente, deixou vislumbrar por baixo das penas o collarido que vem tentando esconder desde o início do segundo turno. A esquerda do PSDB, entretanto, não está engolindo com facilidade a articulação de sua seção paulista, com Montoro à frente apoiado por Fernando Henrique Cardoso e José Serra. O deputado Vilson de Souza chamou-os de "canalhas ilustres travestidos de intelectuais" e de "mariposas que ficam voando em torno do poder". O mineiro Célio de Castro chamou o grupo de oportunista e avalia que a aproximação com Collor acarreta uma "queda de credibilidade no partido".

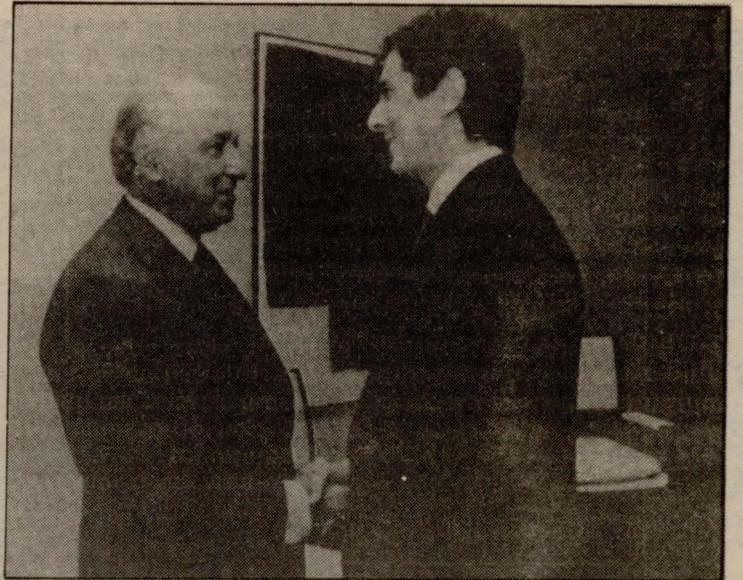
O deputado Sigmaringa Seixas, presidente do PSDB do Distrito Federal, também condenou a atitude de Montoro. Ele acredita que se o presidente do partido confirmar para a Executiva o que a imprensa afirmou, ele deverá ser excluído da Executiva do partido. Sigmaringa considera que o PSDB deve ser oposição consequente. Ir discutir com Collor questões genéricas, afirmou, é, de fato, participar da elaboração de seu programa de governo e não fazer oposição. Para Sigmaringa é inadmissível participar de um governo que cogita o economista Mário Henrique Simonsen para o seu ministério.

Na verdade, apesar de Collor negar enfaticamente que pretenda interferir nas sucessões estaduais deste ano, os encontros dos tucanos com a Corte remetem a um apoio collarido para a disputa do governo da antiga província de São Vicente. Os tucanos estão de olho no Palácio dos Bandeirantes. Esta é a informação

Luciano Andrade



O escudeiro de D. Mello, próximo dos militares e dado a manobras



Montoro, "mariposa voando em torno do poder", capturada por Collor

de pessoas de estreita relação com a majestade collarida.

Tamanha foi a importância do encontro com Montoro que o senador Chiarelli, que articulou a conversa, recebeu como prêmio a liderança do governo no Senado, desbancando o senador João Lyra — sogro do irmão de Collor e um dos mais ricos usineiros do País.

A rota de Cabral inclui como próximo porto de escambo o PMDB: "Ulysses é o caminho das pedras no Congresso. Eu tenho certeza de que quando as propostas forem a ele levadas, forradas de seriedade, ele as examinará. É um homem capaz de fazer grandes alianças." Cabral diz que Ulysses Guimarães representa, para ele, "o maior referencial que o Congresso possa ter". A história do PSDB poderá ser repetida no PMDB. A esquerda do partido pressiona para uma oposição firme e consequente, e os setores conservadores buscam aproximar-se ao máximo da corte. O maior exemplo dentro do PMDB é do franciscano Roberto Cardoso Alves, que notabilizou-se na votação dos 5 anos para Sarney com a afirmação de que "é dando que se recebe", para justificar o escambo de votos por interesses oficiais.

Collor buscou nomear um assessor com habilidade para, exatamente, aproveitar-se das contradições existentes nos partidos de posição ideológica menos definida. A cooptação de Montoro, os acenos de setores do PMDB e até mesmo os acenos collaridos para o deputado César Maia do PDT têm este objetivo.

Cabe à oposição organizar-se de forma ampla, buscar trazer os setores vacilantes para a oposição consequente. Os planos collaristas estão muito bem definidos. Prepotente, garotinho mimado, Collor quer centralizar o poder e viabilizar um reinado sem contestação e críticas a seus atos. Para isso pretende obter carta branca para suas medidas no Congresso. Antes mesmo que

elas sejam conhecidas, Collor quer ter a garantia de que elas serão aprovadas. Esta é a "união nacional" de Collor e o "amplo diálogo nacional" de Cabral.

Mais, entretanto, do que a maioria para aprovar as medidas que vão ao Congresso, o "voto de confiança", a "carta branca" que Cabral e Collor querem dos parlamentares, é alterar dispositivos constitucionais, ou mesmo contorná-los, para que haja uma delegação de poderes ao presidente.

Para isso, a Corte já conta com o apoio do PL, através de seu líder na Câmara, Adolfo de Oliveira, e do PFL, também por seu diretista líder, Ricardo Fiúza, e por vários parlamentares fisiológicos que já haviam rifado Aureliano Chaves no primeiro turno das eleições.

A Corte financia a expedição cabralina nas águas oposicionistas com o objetivo de, como o primeiro dos Cabrais, conseguir especiarias, pedras preciosas, ou qualquer tipo de "lucro" possível. D. Mello I aposta tudo na competência de seu navegador. "Sua majestade" quer poder absoluto, delegação divina porque sabe que as medidas que pretende baixar dificilmente seriam apoiadas pela maioria da oposição, pelo seu conteúdo impopular e entreguista, como recessão, venda de estatais e desemprego em massa.

Cabral, a serviço da Corte, busca novas conquistas e novas anexações. A corte, sedenta, quer ampliar seus domínios e garantir territórios. Na sua clássica análise do bonapartismo na França, Karl Marx dizia que quando a história se repete ou é em forma de farsa ou de tragédia. A aventura de Cabral às portas do século XXI querendo reeditar experiências passadas e ultrapassadas seriam o quê?

*Jornalista, correspondente em Brasília

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Nas últimas décadas, a cada mudança de governo, subia a temperatura nos quartéis. Generais, almirantes e brigadeiros engalfinhavam-se em disputas pelos postos de comando na república militar. Na montagem do governo Collor foi diferente. Os oficiais pretendentes não tiveram a mesma desenvoltura do passado, estavam diante de um civil eleito pelo voto popular. Seguraram os interesses carreiristas, as veleidades pessoais, fizeram valer os interesses corporativos. Collor evitou confusões: recuou os compromissos de campanha e acatou obedientemente as indicações da alta hierarquia. Desta forma assegurou a continuidade do esquema militar herdado da ditadura.



Collor apresenta seus ministros militares que darão continuidade à tutela armada sobre o país.

Collor bateu continência

Manuel Domingos*

Collor prometeu extinguir o SNI, reduzir os ministérios militares, criar o Ministério da Defesa. Prometeu muito pouco. Para realizar um governo democrático, voltado para os interesses da Nação e do povo, precisaria bem mais. Precisaria garantir a anulação da ingerência militar na vida político-administrativa, a suspensão dos onerosos e absolutamente injustificados incentivos à indústria bélica, a suspensão dos catastróficos projetos da bomba e do submarino nuclear, a suspensão do caríssimo projeto do avião AMX, que deixa a Aeronáutica na completa dependência da indústria italiana, a suspensão do Projeto Calha Norte, que além de despesa e confusão, nada traz de bom para a proteção da fronteira Norte... Para fazer direito Collor precisaria dar um basta nos planos militares, sumidouros dos recursos públicos.

Pingos nos is

Entretanto, mesmo antes de assumir, Collor deixou claro que o pouco que prometera

não era para valer. Era bravata, como diria o Lula. Estava faturando votos, não estava falando sério. O esclarecimento foi dado pelos três futuros ministros militares. Tinoco, do Exército, Flores, da Marinha, Sócrates, da Aeronáutica, colocaram os pingos nos is.

Os três comandantes rejeitaram simploriamente as tímidas propostas de Collor para a área militar. Disseram que o Ministério da Defesa não será criado. "As Forças Armadas, para funcionar no momento, prescindem da existência de um Ministério da Defesa", declararam enfáticos. Esta proposta, segundo eles, não seria "conveniente para a ordem. Não é uma necessidade operacional". Para atenuar o vexame do presidente eleito, os comandantes aceitaram, no máximo, que a idéia fosse posta em estudo para quem sabe algum dia.

Quanto ao EMFA, Estado Maior das Forças Armadas, também não seria extinto nem teria suas funções alteradas,

disseram os comandantes. O EMFA cumpre importante papel de articulação das três forças. A concessão máxima quanto ao EMFA seria retirar-lhe o status de ministério.

No que tange ao SNI, consideraram os comandantes que o Presidente precisa estar "corretamente informado". O famigerado órgão, criado por Golbery do Couto e Silva no governo Castello Branco, com uma sinistra história de perseguição aos cidadãos brasileiros, mereceria uma remodelação, uma reestruturação, quem sabe até mudar de nome. Outro general, Ivan de Sousa Mendes, seu atual chefe, encarregou-se de ajudar a equipe de Collor a ver como é que se faz. Afinal, num assunto de valentia, Collor disse que queimaria o fichário do SNI! Agora, precisa dar uma satisfação à opinião pública, nem que seja trocando o nome do órgão para ANI, Agência Nacional de Inteligência...

Projetos armamentistas

Na entrevista coletiva à imprensa, os três futuros ministros não se contentaram apenas em desautorizar os compromissos eleitorais do presidente eleito. Foram bem adiante. Anunciaram a continuação dos projetos armamentistas, a disposição de lutar por mais verbas, a decisão de prosseguir com o Projeto Calha Norte, a intenção de persistir buscando a "integração" com os demais exércitos do Continente, a determinação de "acompanhar" atentamente os eventuais casos de "perturbação da ordem pública" para, se necessário, intervir prontamente, "dentro da lei".

Assim falaram os futuros ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Não precisaram de qualquer entendimento, qualquer conversa com o presidente eleito para dizer como agirão a partir de 15 de março. Deixaram claro que não tinham sequer trocado idéias com Collor a respeito de suas pastas. Não foram nem mesmo convidados pessoalmente para compor o futuro governo: foram convocados pelos atuais ministros militares para se apresentarem na hora marcada para o anúncio à imprensa. Não poderiam, portanto, anunciar as intenções do futuro governo. Falaram, sim, alto e em bom som, em nome de suas corporações. Collor calou-se. Não tinha orientação a dar a seus ministros.

Ora, a grande imprensa...

A grande imprensa enalteceu a escolha dos três ministros. Assegurou que eram militares totalmente voltados para a profissão. Homens avessos à política. Todos três, muito preparados tecnicamente, respeitadas em suas respectivas armas. Fizeram carreira exemplar, sempre bem conceituados nos cursos que frequentaram. Cheios de condecorações por elevados méritos. Nenhum deles participou dos órgãos de repressão nem estiveram vinculados à sinistra "comunidade de informações".

Tinoco, general de Exército, ex-golpista de 1964, ex-instrutor das tropas do ditador paraguaio Stroessner, experientado articulador de pactos continentais contra os movimentos populares, ex-comandante de importantes unidades militares no período mais ter-

rorista da ditadura militar... poderia haver representante mais credenciado de um passado que a consciência nacional abomina?

Flores, o almirante-de-esquadra, reputado estrategista naval, preparado nas escolas de guerra dos Estados Unidos, teórico da corrida armamentista e do intervencionismo militar, haveria melhor exemplo de oficial que a Pátria não quer e nem precisa?

Sócrates, o tenente-brigadeiro-do-ar, ex-adido da Aeronáutica nos Estados Unidos, envolvido até a medula com a ditadura militar, condecorado por Augusto Pinochet, intransigente defensor de projetos armamentistas que causam endividamento externo e não protegem o País... a quem interessa tê-lo como ministro?

No movimento das Diretas-já, na eleição de Tancredo, os brasileiros alimentaram a esperança de se verem livres da tutela militar. Sarney, sem apoio do povo, precisou das corporações militares e, em troca endossou seus interesses e projetos. Na eleição direta de 1989, movimentação civil jamais vista na história brasileira, era justo que os brasileiros alimentassem novamente a esperança de ver afastada a ingerência militar na vida nacional. Com milhões de votos atrás de si, Collor bem que poderia falar altivamente com os políticos fardados. Mas preferiu não renegar seu passado. Filhote da ditadura militar, bem-sucedido na ditadura militar, não trairia seus padriões. Bateu continência dois meses antes de assumir o governo.

*Historiador e deputado federal (PCdoB-PI)

Interrogador do DOI—Codi vira ministro de Collor

A vida pregressa do brigadeiro Sócrates da Costa Monteiro, indicado ministro da Aeronáutica por Fernando Collor de Mello, não é nada abonadora. O jornalista Rubens Lemos, de Natal (RN), revelou que Costa Monteiro foi seu "interrogador" nas dependências do DOI-Codi de Recife, quando lá esteve preso por fazer oposição ao regime militar, em 1973, local em que foi submetido a torturas. Emocionado, o jornalista contou: "Foi como se eu tivesse recebido um soco no estômago quando vi na TV a cara do hoje ministro Sócrates Monteiro. Trata-se da mesma pessoa de cara atarracada que me interrogou nas dependências do DOI-Codi". Grotasca foi a atitude do jornal "O Estado de S. Paulo", que muito havia elogiado a indicação do militar por Collor. Sem ter publicado a denúncia do jornalista, o "Estado" tratou de veicular, apressadamente, no dia 24, um desmentido divulgado pelo brigadeiro, ocasião em que ele estava no exterior.

A vida vem desmentindo as calúnias contra a Albânia

“Nós estamos seguros, e o tempo confirmará, que a campanha antialbanesa, à qual se juntaram também os déspotas de Atenas e alguns círculos jornalísticos ocidentais, reventará como uma bola de sabão, porque é totalmente baseada em mentiras e falsidades.”

Ramiz Alia, primeiro secretário do Comitê Central do Partido do Trabalho da Albânia, em um discurso dirigido aos operários do complexo de autotratores Enver Hoxha dia 15 de janeiro, em Tirana.

Ao mesmo tempo em que registra a agonia dos regimes revisionistas do Leste europeu, a história também testemunha neste primeiro mês da década de 90 uma insidiosa campanha de intrigas, calúnias e provocações contra o socialismo e o governo da Albânia.

Calúnias

A principal fonte das intrigas tem sido a agência oficial de notícias iugoslava “Tanjug”, secundada pelo jornal “Politika”, também de Belgrado, onde se pratica um tipo de imprensa especializado em inventar e divulgar estorinhas fantásticas sobre a vida albanesa. Já em 1981, por exemplo, a mesma agência “Tanjug” noticiou um inexistente duelo entre Enver Hoxha e Mehmet Shehu, do qual o primeiro teria saído gravemente ferido (poucos dias depois da divulgação, Hoxha compareceu a uma solenidade pública, evidenciando a falsidade da versão).

Esta vez foram veiculadas informações, que também acabaram se revelando mentirosas, acerca de massivas manifestações de protestos contra o governo da Albânia, que teriam ocorrido em todo o país e sido violentamente reprimidos pelas autoridades. A versão dava conta, ainda, de que as coisas seriam particularmente explosivas na cidade de Shkoder, não por acaso situada numa região fronteiriça com a Iugoslávia. E, finalmente, para controlar a situação o governo albanês teria decretado estado de emergência, primeiro em Shkoder, depois em outras localidades, inclusive Tirana, a capital.

Deflagrada a campanha de calúnias não faltaram novos ingredientes para adicionar à farsa e pintar um quadro de terríveis dificuldades e crise institucional do regime albanês. Parte da imprensa grega também se envolveu (estimulada pela ultra-reacionária Federação Internacional para Proteção das Minorias), atribuindo a um pretenso soldado albanês desertor informações sobre enforcamentos públicos de estudantes e sangrentas repressões a levantes populares na Albânia. O presidente da federação antialbanesa, Menealos Tzelios, falou sobre a existência de 100 mil presos políticos no país (que tem apenas 3 milhões de habitantes) e tratou de organizar manifestações hostis ao governo albanês em Atenas. Até o filho do tira-

no Zog (que governou a Albânia entre 1924 e 1939), Leka, exilado na África do Sul e suspeito por tráfico de entorpecentes e diamantes, deu declarações apelando pela derrubada do regime socialista e restauração da monarquia.

Versões e fatos

Porém, como ensina o ditado popular a mentira tem pernas curtas. E neste caso não durou muito. Desde que surgiram as primeiras versões sobre protestos e violências na Albânia na imprensa iugoslava (e no jornal norte-americano “Los Angeles Times”), ainda na primeira quinzena de janeiro, sempre foi no mínimo muito curioso a falta de critérios e escrúpulos jornalísticos na forma com que foram divulgadas as “notícias”, expressa, entre outras coisas, na inexistência de fontes.

A agência “Tanjug” chegou a atribuir suas calúnias a misteriosas e indefinidas “fontes estrangeiras”, mas logo ficaria claro que também isto não passava de uma contra-informação. Diplomatas de países da Otan e do Pacto de Varsóvia na Albânia, ouvidos pela agência de notícias “Reuter” dia 12 de janeiro, disseram não haver notado qualquer sinal de anormalidade, reforço na segurança do país ou protestos populares.

Seria deveras estranho que massivas manifestações de massa, enforcamentos públicos, estado de emergência, repressão sangrenta e coisas do gênero estivessem ocorrendo sem que os diplomatas percebessem qualquer “anormalidade”: estariam todos em conluio com as autoridades albanesas, os representantes de países da Otan e do Pacto de Varsóvia?

A verdade é que as versões plantadas pelos meios de comunicação a partir da Iugoslávia e da Grécia não tinham correspondência nos fatos. E isto ficou ainda mais patente depois que o governo iugoslavo divulgou um desmentido oficial contra sua própria imprensa, dando conta de que não existiram os protestos noticiados contra a Albânia, depois de se reunir formalmente para discutir o assunto no dia 18 de janeiro, conforme informou a Televisão de Belgrado.

Pressão crescente

Embora a versão caluniosa divulgada pela agência iugoslava carecesse desde o início de credibilidade jornalística, a



Ramiz Alia: “campanha antialbanesa é baseada em mentiras”

grande imprensa brasileira, em particular a “Folha” e o “Estado de S. Paulo”, concederam-lhe um tratamento sensacionalista e faccioso. Noticiaram calúnias como fatos. E com destaque. Na edição do dia 13 de janeiro, por exemplo, a “Folha” deu chamada de primeira página para “manifestação na Albânia” e o título interno da matéria correspondente, na página A-11, desinformava: “Albânia aumenta repressão para conter protestos”.

Não houve nem repressão nem protestos e note-se que o jornal já dispunha do despacho da agência “Reuter”, noticiando o desmentido dos embaixadores de “países da Otan e do Pacto de Varsóvia”, que incluiu no corpo da notícia. Também o “Estadão” foi pródigo em títulos mentirosos e distorcidos sobre o assunto, entre eles “Regime albanês decreta estado de emergência”, igualmente publicado na edição do dia 13 (página 7). Este tipo de cobertura antijornalística veio sempre recheado com comentários rancorosos e cheios de desinformações, como o de que a Albânia, “o país mais isolado do mundo”, possui relações diplomáticas com apenas 30 outros países, além de outras inverdades.

Calúnias contra a Albânia agradam e interessam imensamente aos porta-vozes da ideologia burguesa. Isto explica o comportamento da grande imprensa que, neste episódio (com honrosas mas poucas exceções), preferiu se comportar de acordo com a máxima “se a versão é melhor que o fato publique-se a versão”, o que, pela insistência e repetição, traduziu-se no princípio nazista de propaganda, segundo o qual uma mentira, divulgada

com competência, acaba passando por verdade junto à opinião pública. É sintomático que o desmentido do governo iugoslavo tenha permanecido despercebido, não merecendo sequer uma linha no “Estadão” ou na “Folha de S. Paulo”. Afinal, o objetivo no caso não era mesmo informar, mas confundir e forjar uma falsa consciência nos leitores. O tiro, contudo, pode sair pela culatra.

Questão urgente

De qualquer forma, os operários conscientes e os setores progressistas da sociedade têm muito o que aprender com as provocações movidas contra o regime e o governo albaneses. Elas têm por base círculos reacionários da Iugoslávia e Grécia, mas não se limitam nisto, esses são apenas seus agentes mais visíveis.

Após as transformações operadas no Leste europeu — e a queda, um a um, dos regimes revisionistas —, a Albânia tornou-se uma questão urgente a ser resolvida pelo imperialismo. Afinal, a existência do socialismo na Albânia é um embaraço à tão propalada vitória ideológica da burguesia. Em vista disto, não é improvável que ocorram novas provocações contra o país e mesmo que elas assumam formas mais sérias que meras calúnias, como resultado da intensificação da pressão ideológica e do cerco imperialista.

Neste episódio, a mentira — bem adequada às teses cardeais do “neoliberalismo” —, contraditoriamente, ajuda a jogar luz sobre a verdade dos fatos históricos. É evidente que a Albânia resistiu ao processo lá não é sequer parecido ao que se observou e se observa na grande maioria dos

países que compõem o Leste europeu. Qual a razão disto?

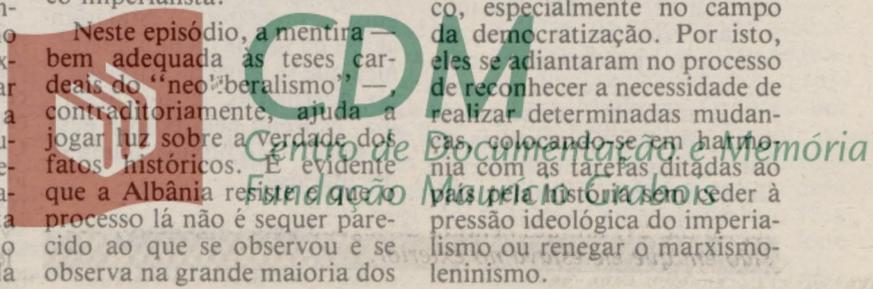
Ramiz Alia, em 12 de dezembro do ano passado, num discurso ao Conselho Geral dos Sindicatos da Albânia, revelou que estrangeiros em visita ao seu país em geral perguntam se a Albânia vai experimentar processos como os que estão ocorrendo na Europa Oriental: “Respondemos de maneira clara e categórica. Não. Não vamos experimentá-los. Porquê? Sobretudo porque a Albânia não é igual ao resto do Leste europeu. A Albânia e o resto do Leste europeu desenvolveram-se por caminhos muito distintos em matéria ideológica, política, econômica e social. Portanto, os problemas tampouco são ou podem ser os mesmos. As crises que assolam os países do Leste é uma crise de uma comunidade estabelecida, uma crise que se diz da ‘comunidade socialista’, porém que não é uma crise do socialismo como teoria e prática. Conseqüentemente, o que está ocorrendo lá não nos diz respeito.”

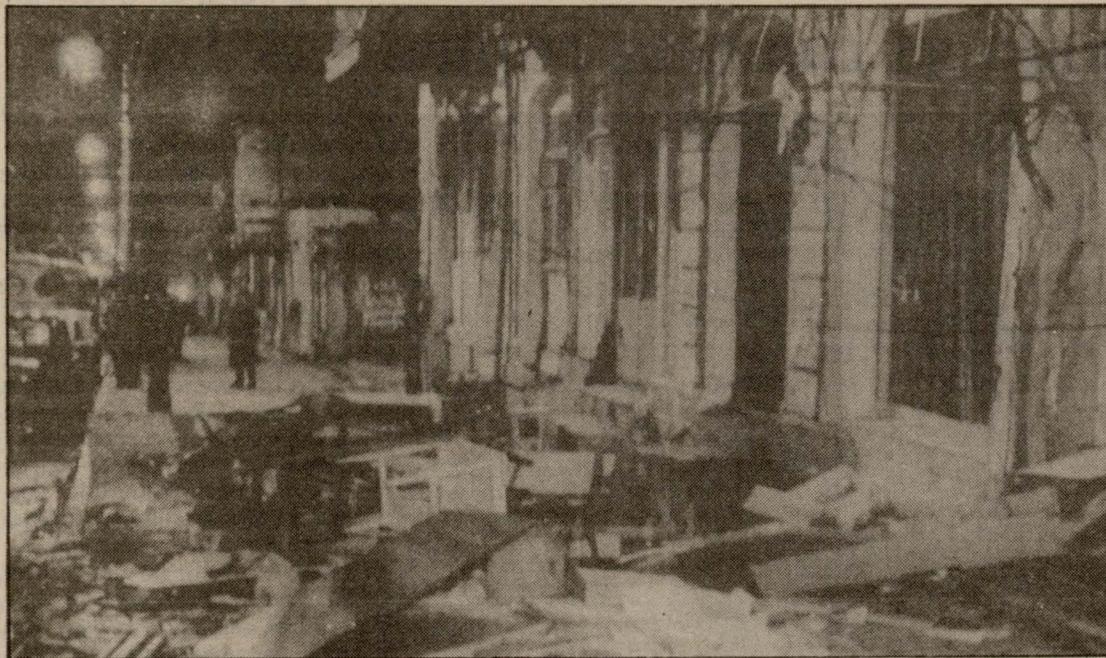
Com efeito, a crise no Leste europeu tem todas as características de uma crise capitalista. Tem, claramente, todos os seus conteúdos básicos: é uma crise econômica, com recessão e estagnação, desemprego e desagregação moral e política da sociedade, resultante em boa medida do endividamento externo.

A Albânia vive uma realidade completamente diferente e exibe indicadores opostos: é um país sem desemprego, sem dívida externa, sem inflação e recessão ou estagnação econômica. Evidencia que o socialismo, guiado pelos princípios do marxismo-leninismo, reproduz, na prática, resultados à altura daqueles que estavam genericamente definidos do ponto de vista teórico.

Nem por isto pode-se pensar que o país não tem problemas ou mesmo que por lá o socialismo não encontre algum tipo de resistência — dizer isto seria negar a luta de classes, que subsiste no socialismo.

Os problemas que existem, contudo, não podem nem devem ser resolvidos com base em reformas capitalistas. Este dilema os dirigentes albaneses compreendem com rara lucidez. Sabem e declaram que o socialismo não é um sistema petrificado e que, ao contrário, está em constante evolução e aperfeiçoamento dialético, especialmente no campo da democratização. Por isto, eles se adiantaram no processo de reconhecer a necessidade de realizar determinadas mudanças, colocando-se em harmonia com as tarefas ditadas ao mundo socialista. Não se trata de pressão ideológica do imperialismo ou renegar o marxismo-leninismo.





Uma rua de Baku (capital do Azerbaijão): destruição e prejuízos incalculáveis

Em desagregação, o Império Russo argumenta com a força

Umberto Martins

Guerra civil no Cáucaso. Protestos e reivindicações separatistas no Báltico, na Ucrânia e em outras regiões da URSS. A vida indica que não é possível a estabilidade de uma União Soviética capitalista. E é provável que estajamos presenciando o início da queda do Império Russo, que só se mantém pela força.

Por ordem de Gorbachev, um efetivo de 30 mil militares soviéticos foi enviado ao Cáucaso dia 17 de janeiro para reprimir armênios e azerbaijanos que, dias antes, haviam deflagrado uma guerra civil pelo controle de Nagorno-Karabakh, território situado no Azerbaijão mas com uma população majoritariamente armênia.

Mortes

Cinco dias depois, como resultado da intervenção, os nacionalistas computavam cerca de 600 mil mortes além de, milhares de feridos e um formidável prejuízo econômico. Em Baku, capital do Azerbaijão, foi realizada uma gigantesca manifestação, dia 22, com mais de 500 mil pessoas, em repúdio à conduta de Moscou e ao governo soviético. Na ocasião, centenas de retratos de Gorbachev foram queimados pelos populares, conforme relatos da imprensa estrangeira.

Localizado na fronteira da União Soviética com o Irã, sob forte influência do fanatismo islamita, agora o Azerbaijão reivindica independência. É mais um sério obstáculo à integridade do Império Russo. Mais um, é preciso que se repita, pois a exigência de secessão é hoje uma febre que se propaga rapidamente e contagia todas as regiões que compõem a União Soviética. Uma bandeira levantada na Estônia, Letônia, Lituânia, Ucrânia, Moldávia, Geórgia, além da Armênia e Azerbaijão.

Causas do nacionalismo

O ressurgimento do nacionalismo na União Soviética, com o ímpeto exibido na atualidade (e inclusive com *progomns* ou massacres), merece ser meditado. Os ideólogos burgueses tratam de encobrir as reais causas do problema, atribuindo-o, por exemplo, a antagonismos religiosos (mulumanos contra cristãos no Cáucaso) e mesmo, preferencialmente, a medidas adotadas sob a orientação de Stálin dezenas de anos antes: nas relações entre Azerbaijão e Armênia em 1923 e incorporação do Báltico à URSS durante a Segunda Guerra.

Quando esses intérpretes tentam fazer uma abordagem mais séria do fenômeno chegam à conclusão de que não é possível encontrar uma explicação plausível para sua existência. Foi o que observou a jornalista da agência "Reuter", Susan Cornwell, em artigo publicado dia 17 de janeiro pelo "O Estado de S. Paulo".

Mikhail Gorbachev também procurou se escudar em teses esotéricas. "Problemas que se acumularam por centenas de anos", pretextou, "estalarão agora na forma da luta interétnica que se trava na Armênia e no Azerbaijão. É uma tragédia, causada pelo ódio e pela loucura." E o homem ainda se diz marxista.

Drama de Édipo

Tal esoterismo em que se confina a questão nacional

apenas confirma uma antiga observação de Marx acerca das leis internas que regulam as ideologias dominantes em geral e a ideologia burguesa em particular: as opiniões nada têm de livres, são antes subordinadas e conformadas aos interesses. Daí que se vê e se divulga o que é mais agradável. Não fosse isto, não haveria razão para ideologias. O pensamento burguês, neste caso como em muitos outros, parece perturbado por um drama semelhante ao de Édipo Rei, que furou os próprios olhos na esperança de não enxergar o incesto que sem saber, praticava..

Nos conflitos nacionais é mais fácil mascarar a realidade dos interesses em choque em função de motivações étnicas e religiosas, assim como desviar a atenção de "extensas camadas da população dos problemas sociais", como disse Stálin. Já em 1905 o jornalista J. D. Henry salientava que os conflitos no Cáucaso eram "foco de teorias absurdas", erros de interpretações e mentiras".

É preciso notar que "o problema nacional não é algo que exista por si mesmo", conforme ressaltava Stálin, mas "é determinado, de maneira integral, pelas condições do meio social, pelo caráter do poder vigente no país e, em termos gerais, pela marcha do desenvolvimento social no seu conjunto".

Luta de classes

É inegável que fatores como religião e costumes étnico-nacionais têm relevância e, em certa medida, engendram ódios e loucuras específicas. Contudo, eles integram a superestrutura social e (embora relativamente autônomos) por si não constituem causas nem explicação satisfatória para a questão.

O motor de tais conflitos na

história humana sempre foi e continua sendo a luta de classes. E nacionalismo, tal como se expressa hoje na URSS, não é um *ismo* "para camponeses e proletários", conforme as palavras do norte-americano Peter F. Drucker, mas sim um *ismo* "da burguesia e especialmente da classe média instruída de comerciantes, gerentes e profissionais liberais".

Com efeito, conflito nacional pressupõe opressão nacional e esta não pode existir sem exploração de classe. Não é senão uma expressão, *particular, nacional*, da opressão e exploração de classe. Por isto, ao eliminar a exploração de classe o socialismo também destrói a base da opressão nacional e possibilita a convivência harmoniosa entre as etnias. Não é possível opressão nacional e guerra étnica sob o socialismo.

Conflito capitalista

Porém, não estamos tratando de um Estado socialista. Os conflitos nacionais na União Soviética são próprios, e particulares, do capitalismo que por lá vinha sendo e finalmente foi restaurado. As formas específicas desta luta e das categorias sociais nela envolvidas não são tão evidentes, mesmo porque as informações disponíveis por aqui a respeito são precárias.

Mas o próprio Gorbachev lançou luz sobre a compreensão do problema ao acusar "um bando de extremistas e representantes da economia informal que não querem a *perestroika*" de ter iniciado a guerra no Cáucaso. Os "representantes da economia informal" na verdade compõem parte do que se convencionou chamar de "nova burguesia soviética", categoria social provisória, criada durante o processo de transição revisionista do socialismo ao capitalismo na URSS, agora acuada e ameaçada de extinção, em consequência do progressivo domínio do grande capital.

Os ingredientes necessários ao conflito no Cáucaso, da mesma forma, não poderiam existir senão em um ambiente de extrema degradação social, e particularmente capitalista. Em um artigo intitulado "Os condimentos para a guerra ci-

vil", do "Financial Times" (publicado no Brasil pelo jornal "Gazeta Mercantil" dia 19 de janeiro), o jornalista Quentin Peel comenta: "Desemprego maciço no campo, condições habitacionais urbanas miseráveis e dezenas de milhares de refugiados, tudo isto combinado degenerou nos conflitos raciais dos últimos dias na República Soviética do Azerbaijão".

Com base no relato de um jornalista azerbaijano, Quentin Peel constatou que "além dos refugiados, o apoio popular à Frente Popular do Azerbaijão provém de trabalhadores rurais desempregados, abrigados em comunas em Baku. Mais da metade dos 6,5 milhões de habitantes da República vivem no campo, e há mais de 500 mil desempregados."

"Eles não encontram trabalho. Você tem que pagar 200 rublos para conseguir um emprego", narrou o jornalista azerbaijano citado por Peel, que complementa: "Na região de Kazakh, perto de Baku, o desemprego ou subemprego é estimado em 75%. Na região fronteira de Nakhichevan, onde os rebeldes destruíram as barreiras de fronteira no último fim-de-semana, chega a 50%." De novo citando o repórter do Azerbaijão, ressalta: "Eles sobrevivem de suas pequenas hortas. É fácil envolver estas pessoas em uma briga". Também por aí se revela o caráter capitalista do conflito: desemprego não existe no socialismo.

Império em queda

Os conflitos nacionais em curso na URSS trazem à tona uma outra grande indagação da atualidade: é possível a preservação de uma União Soviética sob o capitalismo? A resposta está em marcha na história, mas é quase certo que seja uma negativa. O direito das nações à secessão é previsto na Constituição soviética, por inspiração da revolução proletária de 1917. Mas não é respeitado pelos revisionistas. Hoje está mais do que patente que o Império Russo não existe à base da união fraterna dos povos. Ao contrário, só se mantém pela força, mas será ela um argumento suficiente?



Azerbaijanos formam um bloqueio humano aos blindados soviéticos

CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

→ O surgimento da União Soviética, como tal, deve-se a condições particulares criadas pela história humana. E ao socialismo. Lembremos que a URSS se estabeleceu em 1922, depois de três anos de guerra civil enfrentada pelo poder proletário instalado em 1917. Somente o socialismo possibilitou a união espontânea e a convivência pacífica entre as nações da região.

A existência de um Estado multinacional russo no perío-

do pré-revolucionário explica-se pelo relativo atraso da região. Já em 1912 Stálin destacava: "Esse modo peculiar de formação de Estados só podia existir nas condições de um feudalismo não liquidado, nas condições de um capitalismo debilmente desenvolvido, em que nacionalidades relegadas a um segundo plano não tinham conseguido ainda consolidar-se economicamente para formar nações completas".

Nas condições de um capita-

lismo florescente, observável por lá no início do século, a evolução natural — e quase inevitável — apontava para a formação de nações com autonomia territorial tal qual, em geral, ocorreu no Ocidente. No entanto, o capitalismo se desenvolveu na Rússia em concubinato com o feudalismo. Mantiveram-se por lá fortes sobrevivências feudais, tanto do ponto de vista econômico como, especialmente, institucionais. Relações genuinamen-

te burguesas começaram a ser implantadas após a revolução de fevereiro, em 1917, mas, como se sabe, pouco duraram.

A história gosta de surpresas. Contraditoriamente, em certo sentido, a União Soviética vive um capitalismo "florescente" na época em que o sistema agoniza e num período em que padece de uma de suas mais agudas crises. Os revisionistas operaram o milagre de ressurreição da burguesia e ela renasce como coisa (e até com

cará) nova e uma disposição juvenil para a concorrência. Mas também saca do túmulo um outro vampiro, encarnado nos conflitos nacionais e sedento de sangue. Era inevitável. Como um atavismo, num trauma precoce não resolvido, as nações desenterram bandeiras do início deste século e, ao se encaminharem para a secessão, executam a marcha fúnebre da União Soviética. Criar-se-á, em breve, uma nova e traumática realidade no cenário mundial do imperialismo.

O apelo da selva

José Reinaldo Carvalho

Ó Tempora! Ó Mores!

A época cinzenta que vive a humanidade pode ser considerada por quem a analisa objetivamente como previsível, natural e, em certo sentido, necessária. Afinal, o cenário de misérias, instabilidade política, tragédia social, guerras, degradação da vida, erosão de sentimentos, confusão de idéias e ceticismo, resulta, em última instância, da decadência mesma do capitalismo imperialista, chegado à sua fase de exaustão.

Não obstante, por mais previsível que fosse a opção retrógrada da burguesia e dos que a acompanham política e ideologicamente, nada pode causar mais estupefação ao senso comum do que a constatação de que as supostas forças esclarecidas, monopolarizadas da produção de conhecimentos e informações, tenham escolhido, no eterno dilema entre civilização e barbárie, esta última.

"A história chegou ao fim"; "o socialismo morreu"; "socialismo nunca mais". No vácuo dessas sonoras proclamações assistimos ao retorno à cena histórica de tudo quanto se supunha enterrado em boa parte do mundo.

Reentroniza-se a propriedade privada e nunca como agora seu aspecto de fetiche exerceu tamanhos fascínio e sedução. O clima é de revanche. Burgueses, latifundiários e aristocratas retornam ao poder na pessoa dos seus netos. Novos ricos acumulam volúmosas fortunas e vivem qual nababos. Opulentas famílias reais recuperam tesouros que julgavam perdidos. Negros véus e sotaínas voltam a comandar com crucifixos de madeira e ícones de barro procissões mistificadoras, cortejos de multidões embriagadas pelo ópio

do obscurantismo religioso. Resurge o ódio nacional e a guerra pela expansão de fronteiras.

Esta viagem de volta ao passado que tanto diverte nossa mídia e setores da intelligentsia me faz lembrar os contos infanto-juvenis do imortal escritor norte-americano Jack London. Recorrendo à sua prodigiosa arte narrativa e a conceitos do spencerianismo — o darwinismo social —, London conta num dos seus mais belos livros — "O Apelo da Selva" — a saga do cão-lobo Buck. Domesticado, vivendo como cão de guarda de uma família classe média americana, Buck é roubado e remetido para as geleiras do Yukon, onde é comprado por garimpeiros de ouro, necessitados de animais de tração e carga para realizar sua nem sempre venturosa faina. Ali, Buck empreende o caminho de volta à vida selvagem. Impelido pelo atavismo, Buck ouve o irresistível apelo da selva, as vozes da floresta, o chamado da milenar ancestralidade, que acabam triunfando. Buck retorna ao convívio dos lobos.

O ensurdecido ruído que ecoa dos atuais acontecimentos no Leste europeu e na URSS é uma espécie de apelo da selva. São as vozes que chamam à vida primitiva, à barbárie de uma sociedade historicamente superada. São os estertores do passado relutando em sobreviver.

Aos que acreditam no devir da civilização, só possível no socialismo científico, resta a certeza de que não são lobos, mas humanos, por isso capazes de não se render às forças atávicas.

E de que os tempos e os costumes podem vir a ser outros.

Debates sobre o socialismo

A direção regional do Partido Comunista do Brasil no Acre promoveu no último dia 16 de janeiro palestra com o editor de **A Classe Operária** e membro da direção nacional do PCdoB, José Reinaldo Carvalho, sobre o tema Socialismo e Perestroika. O evento, realizado no auditório da Universidade Federal do Acre, contou com a presença de mais de 200 pessoas, um público considerável nas dimensões regionais. A atividade marcou o lançamento da revista "Pesquisa", organizada pelos comunistas acreanos, cujo primeiro número faz uma compilação de uma série de artigos da revista **Princípios**, órgão teórico nacional do PCdoB sobre o socialismo e o revisionismo. Durante a palestra e os debates que se seguiram, o editor da **Classe** fez uma explanação sobre o socialismo científico e defendeu a "vitalidade e a juventude

da doutrina marxista-leninista", em contraponto com a idéia corrente de que essa teoria está ultrapassada. Discutiu-se intensamente sobre os atuais acontecimentos no Leste europeu, que na opinião de Reinaldo "não significam a derrocada do socialismo, até por que, tanto na URSS como nos demais países do Leste, o socialismo já não existe desde a regressão de caráter revisionista operada a partir de meados dos anos 50".

Na opinião de Lula Marques, presidente do PCdoB no Acre, "foi um evento marcante na vida cultural e política do Estado. Apesar de localizados na última fronteira do país, debates como esse despertam interesse e, portanto, a defesa do socialismo assume grande significado para a luta que desenvolvemos aqui".

Em São Paulo, a Associação da Amizade Brasil-Albânia, AA-

BA, promoveu a palestra "45 anos de Revolução Albanesa" no dia 19, na Câmara Municipal. Ronald Freitas, da direção nacional do PCdoB, recentemente foi à Albânia participar das comemorações do aniversário da revolução. Ele fez um relato rico em detalhes do que viu em solo albânes.

"Encontrei um país que prospera, um país que cresce, um país que se desenvolve ao longo desses 45 anos de revolução e construção do socialismo."

O evento contou com a presença de representantes de várias entidades, somando um público de cerca de 200 pessoas, que receberam com vivacidade o relato de Ronald Freitas, atestando o vigor do socialismo na vida do povo albânes e como esperança concreta para consumir a libertação e emancipação de toda a humanidade.

Mensagens do PCdoB ao PCJ e PCRT

O Partido Comunista do Japão (Esquerda) comemorou neste mês seu 20º aniversário. Também o Partido Comunista Revolucionário da Turquia acaba de completar 10 anos. Em nome do Comitê Central do PCdoB, o dirigente comunista João Amazonas enviou aos dois partidos irmãos, no dia 15 de janeiro, as seguintes saudações: "Ao Comitê Central do Partido Comunista do Japão (Esquerda)

Queridos camaradas, O PCdoB saúda o 20º aniversário do PCJ (Esquerda) e deseja aos camaradas êxitos na defesa dos interesses da classe operária.

Quando os inimigos do proletariado empregam a **perestroika** para aprofundar sua traição ao socialismo, mais importante se torna o esforço para estudar a ciência social do marxismo-leninismo e

aplicá-la à realidade de cada país. O PCdoB está certo de que os comunistas japoneses, temperados nestas duas décadas de lutas, tenham sucesso na realização das tarefas revolucionárias em busca do socialismo!

Viva o 20º aniversário do PCJ (Esquerda)

Viva o internacionalismo proletário!

Viva a amizade entre o PCJ (Esq.) e o PCdoB!"

A íntegra da nota ao Comitê Central do Partido Comunista Revolucionário da Turquia é a que segue:

"Queridos camaradas,

O 10º aniversário do PCRT é uma demonstração da vitalidade do movimento revolucionário do proletariado. Em condições extremamente duras, os comunistas

turcos lutam com tenacidade para abrir o caminho para o socialismo.

Quando os imperialistas e revisionistas utilizam a **perestroika** como uma nova ofensiva contra a revolução torna-se mais importante a unidade das forças marxistas-leninistas em torno dos ideais proletários, e particularmente em defesa das conquistas da Albânia Socialista, dirigida pelo bravo e valeroso P.T.A.!

O PCdoB saúda o 10º aniversário em sua luta em prol dos interesses maiores da classe operária e de todo o povo turco!

Viva o 10º aniversário do PCRT!

Viva o marxismo-leninismo!

Viva o internacionalismo proletário!

Viva a amizade entre o PCRT e o PCdoB!"

Fidel: "Socialismo não avança com reformas capitalistas"

O primeiro-ministro cubano Fidel Castro voltou a atacar, no último dia 7 de dezembro, a série de medidas capitalistas que vêm sendo adotadas pela União Soviética e outros países do Leste europeu.

Fidel discursava em homenagem aos soldados cubanos mortos em batalhas em Angola, onde participaram durante vários anos da luta contra as invasões e sabotagens promovidas pela África do Sul e por grupos mercenários ligados a países capitalistas.

Ao abordar os novos ataques do imperialismo à liberdade e a in-

dependência dos povos, contudo, não deixou de frisar que a este fenômeno vem se somar agora a crise surgida no Leste europeu, onde "os valores do capitalismo estão adquirindo força inusitada", e onde se promove "a destruição sistemática dos valores do socialismo".

Consciente da importância do pronunciamento do dirigente cubano, a **Classe** publica abaixo alguns de seus trechos mais importantes:

"Não é precisamente sobre a luta antiimperialista nem sobre os

princípios do internacionalismo que se fala hoje na maioria desses países (do Leste europeu). Essas palavras sequer são mencionadas em sua imprensa. Tais conceitos estão virtualmente apagados do dicionário político da região. O mercado e os valores do capitalismo estão revelando inusitada força nessas sociedades.

"Capitalismo significa intercâmbio desigual com os povos do Terceiro Mundo, exacerbção do egoísmo individual e do chauvinismo, o império da irracionalidade e da anarquia, nos investimentos e na produção, o sacrifício desajus-

dados dos povos pelas leis cegas na economia, o império do mais forte, a exploração do homem pelo homem, o salve-se quem puder. (...) "No passado significou colonialismo e no presente a neocolonização de bilhões de seres humanos mediante métodos econômicos e políticos mais sofisticados, porém também menos custosos, mas efetivos e desajudados.

"O capitalismo, sua economia de mercado, seus valores, suas categorias e seus métodos não podem ser jamais os instrumentos para tirar o socialismo de suas

atuais dificuldades e retificar os erros que podem ter sido cometidos. Boa parte destas dificuldades surgiram não apenas dos erros, mas também do bloqueio rigoroso e do isolamento a que foram submetidos os países socialistas por parte do imperialismo e das grandes potências capitalistas que monopolizaram quase todas as riquezas e as tecnologias mais avançadas do mundo, como produto do saque sobre as colônias, da exploração de sua classe operária e do roubo massivo de cérebros a países que estavam em estágio de desenvolvimento".

QUINZENA

Enquanto os grandes jornais continuavam envolvidos na tentativa tola de adivinhar o nome dos futuros ministros, novos passos foram dados para consolidar a opção do governo eleito por uma política econômica ainda mais conservadora que a atual. Numa autêntica revoada, representantes dos credores externos tiveram seguidos encontros com a equipe de Collor, exigiram o cumprimento de

A hora de cobrar a conta

Antonio Martins

Às vésperas da viagem do presidente eleito aos EUA, representantes dos governos e bancos credores visitaram o Brasil, e insinuaram ou fizeram claramente pressões. O objetivo era obter de Collor o compromisso formal com as "reformas estruturais" com que o capital externo quer preservar seus interesses no país.

Conhecido nos Estados Unidos por ser um negociador intransigente e explosivo, dessa vez o subsecretário do Tesouro americano, David Mulford, aparentou tranqüilidade. Ao deixar o edifício anexo ao Itamarati no último dia 23, após reunir-se com o presidente eleito do Brasil e sua assessora Zélia Cardoso de Mello, Mulford declarou-se impressionado com o "clima de confiança e otimismo no futuro das relações entre os dois países" que sentira em sua primeira conversa com Collor. E parecia ter motivos para tanto. Momentos antes, ele ouvira o futuro presidente garantir que "não existe a intenção de um confronto com os credores", segundo afirmaram assessores de Collor.

Mulford, que estava em viagem de trabalho na Europa, deslocou-se no dia 21 ao Brasil especialmente para a entrevista com o homem que dirigirá o país a partir de 15 de março. Sua iniciativa, contudo, não foi um fato isolado, e sim o coroamento de uma série impressionante de pressões explícitas que governos e bancos credores desfecharam nas últimas semanas para comprometer a futura administração a adotar, logo em seus primeiros dias, medidas capazes de assegurar os interesses do capital externo.

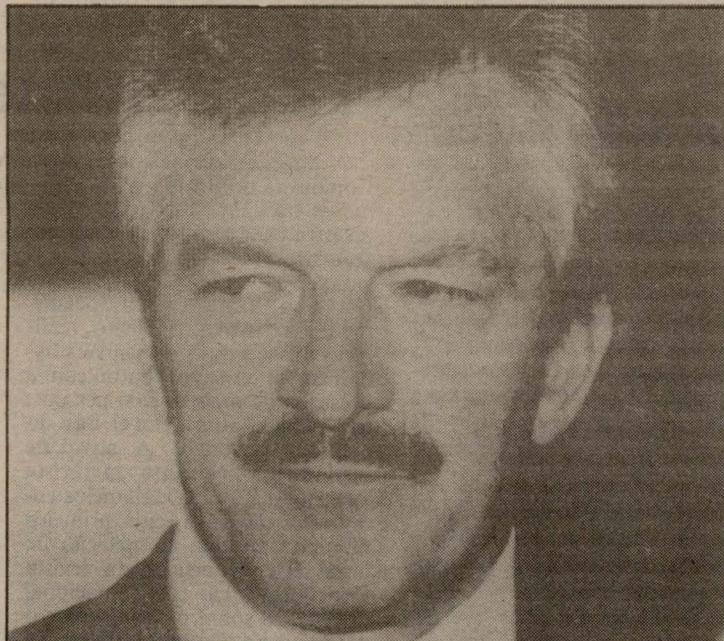
Só com aval do FMI

O primeiro sinal de que os credores pretendem manter Collor permanentemente preso em rédeas curtas surgiu no dia 16. Uma delegação do Banco Mundial (BIRD), composta pelos chefes da Divisão de Operações e do Departamento de Contas do Brasil da instituição, Demetrius Pappageorgiou e Armeane Choksi, veio ao país e manteve longa entrevista com Zélia Cardoso de Mello e o embaixador Marcos Coimbra, outra peça de destaque na equipe de assessores da futura administração. Ao final do encontro, os representantes do Banco Mundial deram declarações que

não se destacam propriamente pela sutileza. Afirmaram que o organismo só voltará a fazer empréstimos para o Brasil se o novo governo adotar não apenas "programas de combate à inflação" mas também "reformas estruturais" na economia. E acrescentaram que todas estas medidas deverão ter o aval tanto do BIRD quanto do próprio FMI. O interessante é que ao mesmo tempo em que as pressões se tornavam mais claras o governo eleito dava sinais eloqüentes de que é especialmente sensível a elas. O porta-voz de Collor, Cláudio Rosa e Silva, chegou a declarar à imprensa que não era necessário dar muito destaque às afirmações dos representantes do Banco Mundial, "porque o governo eleito quer mesmo normalizar suas relações com a comunidade financeira".

Agora, as retaliações

No dia 17, foi a vez dos credores privados apresentarem suas reivindicações. Os presidentes do Citibank, John Reed, e do "comitê assessor da dívida brasileira", William Rhodes, também vieram ao país, e talvez em razão do percentual representado por suas instituições no volume total da dívida externa, desfrutaram da primazia de ser recebidos pessoalmente pelo presidente eleito. Nem isso, contudo, foi suficiente para que suas declarações à imprensa soassem diferentes. Eles fizeram questão de lembrar o atraso no pagamento dos juros externos, que se estende desde julho último; e insistiram numa rápida retomada das negociações e especialmente das remessas de dólares. Demonstraram que se isso não ocorrer até junho — portanto três meses após a posse de Collor — a dívida brasileira pode ser novamente "desclassificada" pelo Banco Central americano, a exemplo do que ocorreu no segundo semestre de 89. Foi como se sugerissem que dessa vez pode haver retaliações, ao contrário do que se deu no ano passado,



Mulford, que tem fama de "duro" e intransigente, saiu do encontro com Collor com um sorriso nos lábios

quando o Brasil vivia sob o clima das eleições presidenciais, e a ameaça de uma vitória da esquerda.

Como se não fossem suficientes as pressões e ameaças verbais, no dia 18 o governo americano passou a ações mais concretas. Primeiro, acionou oficialmente o GATT, um organismo internacional criado sob hegemonia dos grandes países capitalistas após a II Guerra para "regular" as relações de comércio entre as nações, e protestou contra "políticas irregulares de restrição a importações", que estariam sendo praticadas pelo Brasil. O governo americano chegou a sugerir a realização de um "painel" para dissecar a legislação brasileira no setor.

"25%, no máximo"

No mesmo dia, e em ação sincronizada com a ofensiva junto ao GATT, os EUA solicitavam formalmente do Brasil a revisão completa da política de taxas aduaneiras que o país utiliza para proteger sua produção interna da concorrência exercida por nações que chegaram a níveis de desenvolvimento industrial e agrícola superiores. A proposição americana, que chama a atenção por descer a detalhes, chega a sugerir que as alíquotas de impostos sobre produtos importados devem ser reduzidas "a 25%, no máximo". Além disso, são criticadas as políticas de preservação formal da indústria, como a reserva de mercado na área da informática, e é apresentada uma lista,

composta de 600 itens, onde constam produtos que segundo os EUA recebem proteção exagerada da legislação brasileira.

Já a esta altura, ao passarem das ameaças e insinuações às reivindicações concretas, os EUA tornavam evidente um dos caminhos através dos quais o grande capital externo planeja preservar e até mesmo ampliar seus interesses no Brasil ao longo do futuro governo. Apoiado numa pregação ideológica que defende a "liberalização" e a "desregulamentação" das economias, e a redução gradativa da interferência do Estado nelas, ele pretende forçar a abertura do mercado brasileiro aos produtos estrangeiros. Apresentada como uma "tendência moderna" do pensamento econômico, esta mudança conduziria na verdade à situação anterior ao período de industrialização dos anos 50, em que o país comprava no exterior boa parte dos produtos manufaturados de que necessitava e contentava-se com a posição de exportador de produtos primários. Um dado divulgado no último dia 19 pela Fundação de Incentivo ao Comércio Exterior — Funcex — é ilustrativo, aliás, desse fenômeno. Ele demonstra que já em 89, quando o governo Sarney iniciou o processo de rebaixamento das tarifas de importação, verificou-se redução de 5,62% no volume de exportação de produtos manufaturados, algo que não ocorria há vários anos.

"Muito interesse" na conversão

Seriam necessários apenas mais alguns dias, contudo, para que os credores explicitassem outra das reivindicações que pretendem ver atendidas na futura administração. Em 23 de janeiro foi a vez dos credores japoneses manifestarem à equipe do presidente eleito suas preferências em relação à política econômica que o país seguirá nos próximos 5 anos. Tsoshiro Kobayashi, presidente do conselho de administração do Banco de Tóquio, e Takanori Suzuki, o novo presidente da instituição no Brasil, avistaram-se por várias horas com Zélia Cardoso e outros assessores de Collor. Ao sair fizeram questão de criticar o plano que a economista apresentou no período pré-eleitoral para a dívida externa, e que implicava em "descentralizar" as negociações com os credores. Ao mesmo tempo, contudo, ressaltaram que o banco que dirigem "está muito interessado" na perspectiva, aberta ao longo da conversação, de converter títulos da dívida em ações de empresas brasileiras.

Amizade com inimigo

Por suas conseqüências dramáticas, que implicam a desnacionalização ainda mais profunda do parque produtivo brasileiro e em alguns casos um instrumento irresistível de aceleração inflacionária, a conversão da dívida externa em "investimento diretos" foi interrompida pelo próprio governo Sarney, depois de adotada durante alguns meses. Na semana que aconteceu o embarque do presidente eleito aos EUA, contudo, sua equipe de assessores e ele próprio gastaram boa parte do tempo disponível ouvindo de representantes dos credores propostas como estas, assistindo ao desencadeamento de pressões cada vez mais concretas contra o país e apesar de tudo prestando declarações que sugerem um entendimento cada vez mais cordial com os que o ameaçam. O movimento popular e as forças progressistas só teriam a ganhar se desprezassem por completo os mirabolantes exercícios adivinhatórios que a grande imprensa faz para tentar descobrir o nome da política que se concentrará desde já, ao invés disso, no estudo e no combate do programa reacionário de governo que o escolhido adotará.

ECONÔMICA

compromissos e deixaram ameaças no ar. Ao mesmo tempo, assumia vulto e era apresentada como "consensual" a idéia de promover a privatização maciça das estatais. Algumas das conseqüências dessa proposta, aliás, ficaram transparentes após certas declarações de investidores estrangeiros.

Utilidade dos bodes expiatórios

A imprensa dá enorme destaque aos lucros fabulosos obtidos mais uma vez pelos bancos, em outro ano difícil para o país. Quem olhar para a economia com mais profundidade, porém, verá que eles não são os únicos vilões, e que cresce assustadoramente a tendência de promover a reforma patrimonial, e consolidar as brutais transferências de riqueza feitas nos últimos anos em benefício dos grandes grupos econômicos.

Começou na semana passada a temporada anual de divulgação dos balanços dos maiores bancos brasileiros. Mais uma vez, concretizando uma tradição jamais rompida ao longo da última década, os resultados são fantásticos. O Bradesco lucrou NCz\$ 4,018 bi, 74% a mais que em 88 e o segundo melhor resultado em toda sua história. O Bamerindus, um pouco mais modesto, ficou nos NCz\$ 532,2 milhões, o que de qualquer forma corresponde a um resultado 45% superior ao do ano passado. O Banco Cidade e o BBA, filiais brasileiras de bancos estrangeiros cujo patrimônio líquido investido no país é relativamente pequeno, também tiveram motivos para comemorar: ganharam ambos quantias em torno de NCz\$ 150 milhões.

Demagogia barata

Os resultados são tão formidáveis que se prestam a um amplo festival de aproveitamento demagógico. No último dia 18 o jornal "O Estado de S. Paulo" noticiou que os dois grupos de economistas que disputam a preferência de Collor de Mello — o dirigido por Zélia Cardoso e o que gravita em torno de Mário Henrique Simonsen — prevêem o aumento da incidência de impostos sobre os bancos. Um dia depois, falou-se que além de tributos mais altos estas instituições teriam de recolher empréstimos compulsórios gravosos junto ao Tesouro Nacional. Para uma opinião pública que apenas recentemente passou a se interessar por problemas econômicos, e que ainda vê os bancos como os principais beneficiários da "ciranda financeira", tais medidas foram apresentadas como uma espécie de punição justa a um setor que estaria ganhando muito improdutivamente, e prejudicaria com isso os capitalistas "honestos", que investem "na produção".

Acontece, porém, que há dois graves problemas neste raciocínio, que podem induzir os que acreditam nele a adotar involuntariamente posições

em última instância coincidentes com as que são sustentadas hoje pelo pensamento econômico conservador e, ao que tudo indica, pela assessoria do presidente eleito.

Primeiro, porque é falso do ponto de vista teórico, e seria desastroso politicamente, associar a "especulação" a um setor específico do grande capital brasileiro — o representado pelos bancos, por exemplo. Segundo, porque enquanto procuram alimentar esta crença os assessores de Collor adiantam os preparativos para deflagrar a chamada "reforma patrimonial", ela sim capaz de consolidar os gigantescos ganhos obtidos nos últimos anos pelos grandes aplicadores no

mercado financeiro.

Rendimento no over

O papel exercido pelos bancos neste mercado resume-se ao de intermediar operações com títulos da dívida pública.

É evidente que quando os negócios e os lucros se avolumam no mercado financeiro cresce o lucro dos bancos, os intermediários. Mas crescem ao mesmo tempo os ganhos de todo o conjunto de grandes empresas que investem no "over". Um estudo divulgado no último dia 8 pela empresa "Técnica — Assessoria de Mercados e Capitais", por exemplo, demonstrou que a lucratividade de uma amostra de 25 empresas de capital aberto de todos os setores cresceu de 4,7% para 15,14% entre 1988 e 1989. E mostrou também que este resultado, obtido num ano de notáveis dificuldades para a economia, era devido ao "excelente rendimento nas operações com "over".

Todos estes ganhos, tanto de bancos quanto de grandes empresas, resultam na verdade



Mesa de over do Banco Central: transferindo fortunas também para as grandes empresas "produtivas"

de enormes transferências de riqueza, de que se beneficiaram nos últimos anos, às custas do Tesouro Nacional e em última instância dos trabalhadores. Estas transferências, feitas através do pagamento de juros sempre acima da inflação, permitiram que os credores da dívida interna acumulassem nos últimos anos um volume de papéis equivalente a

cerca de 60 bilhões de dólares,

Cilada política

E aqui surge uma grande cilada política, na qual cairão inapelavelmente todos os que embarcarem no raciocínio fácil de associar os ganhos na "ciranda financeira" apenas com os bancos. É que ao mesmo tempo em que especula acerca do aumento dos impostos que recaem sobre a atividade bancária o governo dá declarações cada vez mais firmes de que promoverá a chamada "reforma patrimonial".

Através deste mecanismo, que voltou a ser citado no último dia 16 por Zélia Cardoso de Mello, os títulos da dívida interna seriam transformados em ações das empresas estatais. Os credores da dívida, que obtiveram ganhos astronômicos ao longo de anos mas que acumularam esta riqueza na forma frágil e fugaz de montanhas de papéis, poderiam então trocar estes papéis pela propriedade de algumas das mais sólidas empresas do país.

Na última semana os indícios de que Collor pretende promover a "consolidação" da dívida interna e uma ampla privatização de estatais se tornaram tão claros que o economista Antoninho Trevisan, que defende há anos tais teses e foi convidado a participar de uma reunião especial com a equipe de Zélia Cardoso, chegou a declarar que "é possível vender 40% do patrimônio das empresas do governo sem ouvir o Congresso Nacional". Os que continuarem vendo nos bancos os grandes vilões do modelo de desenvolvimento brasileiro não compreenderão o alcance do golpe, e não poderão se mobilizar contra ele. (A.M.)

Mentira de pernas curtas

Investidores estrangeiros acabam desmentindo, involuntariamente, o mito da "ineficiência" das estatais.

O jornal "O Globo" garantiu, em sua edição de 9 de janeiro, que apesar das divergências que ainda separam as duas equipes de economistas que lutam para influenciar o governo Collor, pelo menos uma medida era "consensual" entre elas: a privatização em massa das empresas estatais.

Nos dias que se seguiram, avolumaram-se informações dando conta de que o comentário procedia, e que o futuro presidente está mesmo disposto a partir para uma ampla desestatização.

No dia 19 o economista Alexandre Barros, da empresa de análise de mercados "Early Warning", relatou que já vem recebendo consultas de empresas estrangeiras interessadas em participar do processo de privatização das estatais brasileiras.

Um dos argumentos prediletos da direita para justificar a medida é o de que as empresas públicas são "ineficientes".

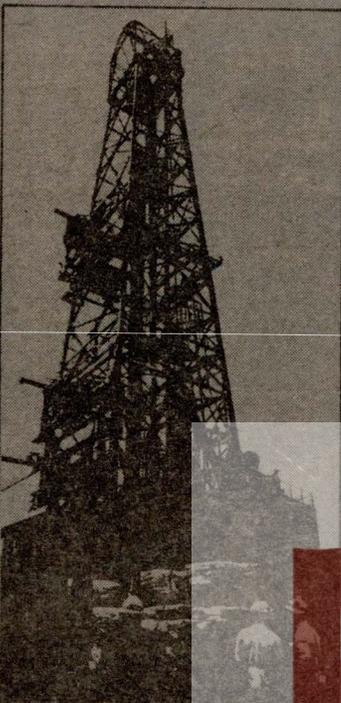
Algumas das declarações feitas por Alexandre Barros ao anunciar o interesse dos

estrangeiros, contudo, têm pelo menos o mérito de demonstrar a inconsistência destes argumentos.

Sem papas na língua, ele afirmou que o governo não conseguiria transformar em investimentos concretos o de-

sejo de investir manifestando pelo capital estrangeiro — a menos que promovesse, paralelamente à privatização, a desregulamentação geral da economia brasileira. E sugeriu claramente que desregulamentação, no caso, significava pôr fim ao forte arrocho de tarifas e preços que há anos vem sendo imposto às empresas estatais. Caso contrário, afirmou, a venda dessas empresas implicaria simplesmente em "transferir para os particulares" as dificuldades enfrentadas pelo Estado em sua gestão.

Ao fazer isso, acabou dando aval, de uma só vez, a duas teses há tempo sustentadas pela esquerda. A primeira delas procura demonstrar que os problemas que travancam o desenvolvimento das empresas públicas não são devido a uma suposta ineficiência "congenita" e sim a políticas de sucateamento deliberadamente impostas por sucessivos governos. A segunda adverte que a eventual privatização terá como conseqüência não apenas a desregulamentação de um vasto patrimônio estatal, mas também a redução da dinâmica do custo de produtos e serviços pagos sempre pelos trabalhadores. (A.M.)



Petrobrás: se depender da direita, nem ela escapa da privatização

Paulo Machado Guimarães

Os povos indígenas estão ameaçados de extermínio por uma política genocida

Entrevista a Mário Simões e José Reinaldo Carvalho

O advogado Paulo Machado Guimarães, coordenador da assessoria jurídica do Conselho Indigenista Missionário — CIMI, autor de vários artigos sobre a questão indigenista e organizador da coletânea "Legislação Indigenista Brasileira" (Edições Loyola, 1989), fala à *Classe* sobre o genocídio que vitima os povos indígenas no Brasil.

A Classe — A situação dos Yanomami tem assumido relevo principalmente por representar a resistência de uma das nações com pouco contato com os brancos. Como você situa a luta dos Yanomami no conjunto da situação dos índios no Brasil?

Paulo — O caso dos Yanomami é emblemático. É como o Waimiri Atroari, ambos são exemplares do tratamento que tanto a ditadura militar como a "Nova República" deram aos índios. Os Yanomami constituem uma nação de cerca de 9 mil pessoas (há estimativas de que seriam 10 mil) localizadas na fronteira, em Roraima, Amazonas e na Venezuela. O interesse minerário na região sempre foi grande. Houve reiteradas tentativas de ocupação do território, principalmente da Serra do Surucucu, que é um depósito muito rico de estanho. Reiteradas vezes a Paranapanema tentou ir para lá mas

nunca conseguiu. E a invasão garimpeira sempre aconteceu. Em 1985 e 1987 houve investidas bem maiores, o que resultou na realidade que estamos vivenciando hoje. A capacidade que o poder público, a sociedade organizada, os próprios índios vão ter para reverter esse quadro é vital para o desenvolvimento de uma nova prática indigenista. Hoje no Brasil a solução a contento do caso Yanomami significa a quebra de uma política indigenista genocida. O significado da luta dos Yanomami extrapola a existência de um povo. Há nessa circunstância uma dimensão dramática de iminência de extinção de um grupo étnico, ou seja, ao término do século XX o Brasil vive na iminência de assistir ao extermínio de um grupo étnico, o que é uma coisa calamitosa, preocupante para um país que luta por viver uma realidade democrática. Eliminar um grupo social é uma coisa realmente dramática. Mas além desse apelo dramático de sobrevivência humana e de sobrevivência de um povo, a luta Yanomami coloca em questão toda a perspectiva de relacionamento do Estado com os índios, das elites dominantes com os grupos étnicos no país.

Então a luta Yanomami tem o aspecto de quebra de uma política indigenista. E, digamos assim, uma luta estratégica.

A Classe — E como surgiu o caso Yanomami atual?

Paulo — Em 1985, esse empresário

do garimpo, José Altino Machado, um criminoso, articula, aproveitando aquela situação de descenso da presença de garimpeiros em Serra Pelada, a transferência dos garimpeiros para outros locais.

Ele os agrupou em Boa Vista, capital de Roraima, e de lá organizou a invasão do território Yanomami. Essa invasão foi rechaçada, ensejou a instalação de um inquérito policial pela Polícia Federal, que está em tramitação muito lenta na Justiça comum de Caracará. O José Altino foi indiciado no inquérito mas não resultou em nada. Dois anos depois, em 1987, no curso dos debates constituintes, ficou aprovado um dispositivo que assegurava aos garimpeiros, desde que organizados em cooperativas, o direito de preferência de lavra nos locais que estivessem ocupando a partir da vigência da Constituição. Então o citado empresário articulou novamente outra invasão acenando com essa cobertura constitucional. A Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (Sadene) que é a ex-Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, a quem a região está jurisdicionada por conta do projeto Calha Norte, e que orienta o governo na questão indigenista, fez vistas grossas, a Funai não tomou providência nenhuma e a presença dos garimpeiros foi se consolidando. Quando houve a promulgação da Constituição, já havia toda uma pressão para a retirada desses garimpeiros. O governo sempre dizia que tentavam-se iniciativas mas não

Paulo Torraca/Fóton

havia meios de retirar os garimpeiros, a Polícia Federal não tinha contingentes, a Funai não tinha aparelhagem, não tinha funcionários, pessoal capacitado etc. Aí a situação se prolongou e chegou ao que está agora. Toda a discussão que está ocorrendo agora é em torno de uma Medida Cautelar que determina a retirada dos garimpeiros.

A Classe — O que muda com isso? A luta assume um grau superior?

Paulo — Nós sempre defendemos, mesmo na vigência da Constituição anterior, que o Ministério Público assumisse o papel de defesa dos direitos dos indígenas. E já estava assumindo a partir da gestão do Dr. Sepúlveda Pertence. Com a vigência da nova Constituição, o Ministério Público criou uma coordenadoria para assuntos indígenas e surgiu um grupo de novos procuradores de muito bom nível técnico e comprometidos com a causa.

O Ministério Público ainda vive uma situação muito delicada — ele se esforça para cumprir suas tarefas, principalmente na área indigenista, mas ainda sofre as injunções da realidade anterior, não tem recursos, estrutura etc. Mas as iniciativas que tomou no caso Yanomami são importantes para estabelecer uma linha de independência, de ter como referencial o interesse público e não os do Executivo.

É evidente que a liminar concedida pelo Ministério Público autorizando a retirada dos garimpeiros da área Yanomami cria um fato novo. É uma decisão a ser cumprida. Por isso o procurador declarou que os órgãos encarregados de cumpri-la devem arcar com as conseqüências penais se não o fizerem.

A Classe — Como você analisa as políticas indigenista, mineral e ecológica?

Paulo — A rigor a política indigenista sempre foi concebida, e o governo Sarney não foge à regra, como mecanismo para eliminar na área indígena eventuais problemas que os grupos étnicos poderiam acarretar ao desenvolvimento econômico sob a ótica governamental. Dentro desse aspecto a política mineral representa uma das áreas de atividade econômica mais importantes na região interiorana e da Amazônia. O entrelaçamento está nisso: entendida a política mineral como um ramo da política econômica, a política indigenista se subordina a ela. Os principais grupos minerários dividem o país em lotes e negociam entre eles. A Paranapanema é um exemplo, o caso Waimiri-atroari é um exemplo de como uma empresa de mineração, um grupo econômico, elimina parte de um território indígena, incrusta uma mineradora na área, constrói uma estrada que atravessa o território indígena e consegue articular inclusive a criação de um município e denomina esse município com o nome do último general-presidente da ditadura militar, o município Presidente Figueiredo.

O caso dos Waimiri-atroari é, portanto, um exemplo concreto de como o entrelaçamento dessas duas políticas subordina a política indigenista à política minerária. Quanto à política ecológica, se é que existe, ela obedece à mesma lógica. Por exemplo, o programa Nossa Natureza que o governo lançou demagogicamente é uma panacéia, uma mera justificativa que o governo usa para uma satisfação internacional. Esse programa foi pensado e gerado em razão de contratos multilaterais que o Brasil estava firmando com o Banco Mundial, o Banco Interamericano etc. Mas não há uma preocupação em cortar os



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

subsídios das empresas que se instalam na região amazônica, nem em exercer um controle rígido contra o desmatamento e contra a utilização de mercúrio nos garimpos. Então não há política ecológica. Há uma demagogia, uma política para inglês ver. A Saden inclusive usa essa vertente ecológica que surgiu por pressão do movimento ecologista mundial para justificar a redução de territórios indígenas.

A Classe — Em tese, todo mundo defende a demarcação das terras indígenas, inclusive o governo. Mas a demarcação conforme os índios reivindicam não ocorre. Quais os interesses que impedem a demarcação?

Paulo — Poderíamos classificar esses interesses em dois níveis: os interesses econômicos e os interesses estratégicos, militares.

Há uma vertente retrógrada, e outra mais liberal mas com o mesmo eixo. A vertente retrógrada defende que não se deve demarcar terra nenhuma, que os índios devem ser integrados. Defendem essa tese grupos empresariais e latifundiários. A outra admite a demarcação em territórios muito reduzidos. Essa concepção não admite que grupos étnicos possuam grandes extensões territoriais, pois isso supostamente afetaria o desenvolvimento do país.

A Saden tem praticado esse tipo de política de demarcação mas numa expectativa de que os territórios indígenas sejam utilizados pelas Forças Armadas nos moldes determinados pelos interesses econômicos. Ou seja, a riqueza desses territórios deve ser utilizada de acordo com o que determina o mercado e a política de exportação. Ambas as vertentes aplicam de maneira brutal o princípio da "incapacidade relativa" dos índios, viabilizam meios para que os índios sejam integrados ao mercado capitalista.

Mesmo o caráter protetivo inerente à tutela é ignorado. Ao contrário, essas forças hoje agem no sentido de eliminar essa dimensão protetiva e assumir apenas a dimensão incorporativista, de integração forçada dos grupos étnicos na sociedade envolvente. Daí as acusações fundadas à política indigenista do governo Sarney que é idêntica à dos governos militares, uma política genocida e etnocida que elimina e assassina a identidade étnica.

A Classe — O conceito de "incapacidade relativa" vem de longa data. Existe algum viés comum entre as diversas políticas indigenistas praticadas no Brasil? O que significou cada uma delas?

Paulo — As políticas indigenistas, a rigor, sempre se pautaram pela subordinação aos interesses econômicos, desde a chegada dos portugueses no Brasil. É só observar o esforço da Coroa, do Império, da Velha República. Essas políticas indigenistas sempre tentaram viabilizar meios através dos quais os índios primeiro fossem catequizados (a política indigenista logo após a descoberta do Brasil era executada pela Igreja Católica). Depois essa política passou a ser executada por juizes de órfãos, através de uma tutela orfanológica. Numa outra etapa o Estado mudou o caráter dessa tutela e o Executivo passou a assumir a assistência aos índios. Mas a preocupação sempre foi a da subordinação. Nunca houve na história do Brasil uma preocupação de desenvolver uma ação estatal no sentido de respeitar e adequar a realidade do país ao respeito às identidades étnicas existentes aqui.

A Classe — O marechal Rondon é uma espécie de mito, é tido como o

maior defensor dos direitos dos índios. O que você acha disso?

Paulo — O Marechal Rondon teve uma preocupação com o respeito aos índios. Isso caracterizou a primeira fase do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Mas a concepção ideológica e política sempre foi a mesma, a concepção de que não pode haver grupos étnicos alheios ao processo em curso na sociedade brasileira. Ou seja, esses grupos precisam ser incorporados pois são um corpo estranho. Essa concepção sempre prevaleceu, só que com gradações, quer dizer, na primeira fase, do Rondon, não há referência de danos causados por ele aos índios.

O SPI degenerou, e o próprio Rondon ficou isolado, suplantado nesse confronto. O Rondon pessoalmente teve uma postura de respeito aos índios mas sua concepção ideológica da questão não era diferente da estabelecida anteriormente.

A Classe — E a Funai?

Paulo — A Funai é uma figura jurídico-administrativa que surge no início da ditadura militar para acomodar certos interesses, impregnada dos mesmos vícios do Serviço de Proteção ao Índio. Durante todo o período da ditadura militar a Funai foi presidida por coronéis que deram aos índios um tratamento desrespeitoso e primaram pela corrupção. As práticas corruptas da Funai estão marcando o indigenismo oficial até hoje. Atualmente a Funai vive uma situação, quanto a esse aspecto, de semelhança ao período final do Serviço de Proteção ao Índio.

A Classe — Collor está propondo a extinção da Funai.

Paulo — É. Na campanha ele levantou isso. Mas o que se precisa — e é isso que todos os indigenistas levantam — é de uma nova política indigenista, coisa que não acredito que o Fernando Collor vá implementar. Ao contrário, a julgar pelos interesses que ele defende, ele vai manter e até aprofundar a política indigenista que vem sendo executada.

A Classe — E a gestão Jucá, o que representou?

Paulo — Romero Jucá Filho foi, sem dúvida, o presidente da Funai da "Nova República", em razão de uma articulação feita entre os militares e a direita, representada na época na pessoa do senador Marco Maciel, então chefe da Casa Civil da Presidência da República. Essas forças, em articulação com o general Bayma Denys, colocaram o Romero Jucá na Presidência da Funai. Jucá simplesmente cumpriu a função de atender os interesses que a Saden determinou. Ele imprimiu uma política de descentralização das reações do movimento indígena contra a política indigenista mas não descentralizou as ações administrativas. As Superintendências regionais não tinham, como não têm, dinheiro, não têm autonomia de ação, quer dizer, a gestão continuou altamente centralizada, o que não podia ser de outra forma na ótica dessa articulação política, porque dessa maneira o canal de comunicação com a Saden ficou muito mais rápido e fácil. Jucá rechaçou e acomodou as pressões indígenas nas regiões e com isso ele diluiu essas pressões. Com o Projeto Calha Norte é que a reação indígena começou a ser mais articulada. A gestão Jucá foi, na verdade, a gestão Jucá/Bayma Denys. Após essa gestão ele foi premiado com o governo de Roraima e agora acalentou um projeto político de se eleger Senador por esse Estado.

A Classe — Que significa o Projeto Calha Norte na questão indígena?



Área do projeto Calha Norte que garantirá investimentos do grande capital na região

Paulo — Dois significados. O Projeto Calha Norte na realidade é definido como um projeto de desenvolvimento e segurança da Região Norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas. Ele ainda está na primeira fase de execução, na parte de fronteira, depois virá a segunda etapa que tratará da parte interiorana. O primeiro significado é a manutenção dos militares na área indígena. É um instrumental utilizado para manter os militares vinculados à questão indígena.

Três meses após o início do governo Sarney o general Bayma Denys propôs a constituição de um grupo de trabalho interministerial para formular o projeto Calha Norte, colocando uma série de pretextos, como os reflexos do conflito Leste-Oeste na região, o narcotráfico e até a "ameaça" da criação de um Estado indígena, o Estado Yanomami, considerado como um fator de risco para a segurança nacional. O primeiro ano do governo Sarney, que coincide com a implantação do projeto Calha Norte, é um período de balbúrdia administrativa na Funai. Após a primeira reforma ministerial promovida por Sarney, que é o momento em que ele dá uma guinada à direita, é nesse contexto que o Jucá entra na Funai, porque na ótica militar era imprescindível a presença na Funai de uma pessoa que executasse as tarefas necessárias a viabilização do projeto Calha Norte. A região do projeto Calha Norte é densamente ocupada por índios, rica em minérios, estratégica no que diz respeito à fronteira norte do Brasil e que é alvo, desde 1970, de concepções desenvolvimentistas e de geopolítica sobre a Amazônia, elaboradas por gente como Meira Matos. E é por estar vinculada a essa concepção militarista e desenvolvimentista pan-amazônica que o Calha Norte, para se viabilizar, tem que equacionar a questão indígena. Daí a ingerência militar na política indigenista do governo.

A Classe — A nova Constituição apresenta algum avanço no tratamento da questão indígena?

Paulo — Em tese, sim. Mas na prática ainda não se viram os efeitos. A rigor, a Constituição vira uma página na história do relacionamento do Estado com os povos indígenas, em termos de concepção. É a primeira vez em que os grupos étnicos no Brasil têm um status de autonomia em relação ao Estado brasileiro, não de forma expressa mas de forma implícita. Primeiro porque essa perspectiva de incorporação dos índios na comunhão nacional é em tese eliminada. Essa é uma das principais conquistas obtidas. O reconhecimento da proteção e respeito à organização social, usos, costumes, línguas, tradições e aos direitos originários sobre as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios é o complemento à eliminação da perspectiva incorporativista. Foi uma luta para se inscrever isso

na Constituição, como está sendo uma luta para que seja aplicado. Mas a Constituição também abriu algumas brechas para as forças antiindigenistas.

A Classe — Como está o movimento indígena e quais as suas perspectivas?

Paulo — A articulação do movimento indígena floresceu muito nas décadas de 70 e 80. A história do Brasil também é rica em episódios de articulação de povos indígenas em defesa de seus interesses — a Federação dos Tamoiós, o movimento dos Potiguares, a guerra dos Botocudos em Minas, que é o povo Krenak que vive até hoje — são exemplos de enfrentamentos, inclusive armados. Atualmente, a premissa histórica não está sendo negada. As lutas dos povos indígenas no Brasil prosseguem. Por serem constantes e devido ao fato de a dimensão do território ser muito grande, além da diversidade étnica e de contatos que esses grupos têm com a sociedade envolvente, tudo isso implica uma dificuldade natural de articulação entre eles. Essa dificuldade tem sido de certo modo superada ultimamente. Recentemente, em defesa do próprio povo Yanomami, cerca de 70 representantes de nações indígenas estiveram reunidos em Brasília. Isto, a rigor, é um fato inédito, e é um marco no processo de articulação desses povos. A própria luta empreendida na Constituinte também foi um marco nesse aspecto. Durante a elaboração da Constituição representantes de diversos povos indígenas estiveram em Brasília para exercer pressão em favor dos seus direitos.

A Classe — E o Cimi, que papel desempenha?

Paulo — O Cimi trabalha com essa perspectiva de unir os povos indígenas e de uni-los com os setores explorados e oprimidos da sociedade brasileira. Tem feito um esforço muito grande de capacitação de seus membros para compreenderem a realidade indígena e colocar seu instrumental de trabalho a serviço dessa causa.

A Classe — O que é mais importante no trabalho do Cimi, a evangelização ou a luta em defesa dos direitos dos povos indígenas?

Paulo — O Cimi, como órgão da Igreja Católica, é um articulador e aglutinador das pessoas da Igreja Católica que atuam junto aos índios nas diversas dioceses e prelazias. Dentro dessa compreensão é fácil perceber que não há uma prática uniforme. O Cimi, portanto, convive e trabalha com uma diversidade muito grande de práticas em relação aos índios. O Cimi não ignora essa realidade, convive com ela, mas a reflexão em termos de política não é consequente e muito aberta. A própria questão da evangelização no sentido teológico está em discussão. Um debate salutar que se dá nos fóruns internos do Cimi.



Kampas exigem demarcação

Texto e fotos: Jesus Carlos/Fóton

Enquanto a tribo dos Yanomami luta para tirar de suas terras exploradores e garimpeiros brancos, em outro lugar da região norte do Brasil a milenar tribo dos Kampas se organiza para ver suas terras demarcadas e cria uma cooperativa para poder comercializar seus produtos. A "Classe" esteve nessa região e relata o que viu e ouviu dos índios.

Assim como todas as tribos brasileiras, os índios Kampas, que habitam às margens dos rios Envira e Amônia no Estado do Acre, esperam há anos pela demarcação de suas terras prometida pela Funai (Fundação Nacional do Índio). Segundo denúncia deles, em 1985 um funcionário da Funai junto com os índios conseguiu delimitar uma pequena área para os Kampas e depois foi demitido e a aldeia abandonada.

O índio Francisco Pianco Kampa denunciou em setembro do ano passado ao jornal "Porantim" que em 1988 sua área foi invadida por brancos que tiraram toda a madeira, que, segundo ele, "dava para



"Pra onde se viram, os Kampas estão na mira. Nem tendo asas a gente consegue escapar."

os Kampas trabalhar por uns 15 anos". Usaram desde moto-serra até tratores. A Funai foi avisada e não tomou nenhuma atitude.

Mas a história de perseguição a esta tribo não começa aí. Começa com a chegada de seringalistas brasileiros e peruanos que os usavam como mão-de-obra barata ou mesmo como escravos. Eles eram usados para abrir caminho na mata, destruir outras tribos, carregar carga e cortar árvores na floresta para as madeiras. Cortavam a madeira, rolavam, abriam estradas e tombavam as madeiras nos rios de onde

eram levadas até as serrarias. Em troca, recebiam como salário açúcar, café, sal e sabão.

Em 1983, a empresa Marmud Camili invadiu as terras dos Kampas no rio Amônia. Tirou muita madeira, deixou muitas estradas abertas no meio da floresta, trazendo enormes problemas para os índios. Em 1985 foi a vez da madeira Big Bran, que entrou na área e derrubou 530 árvores, entre cedro, cerejeira, mogno e outras madeiras de lei. Justamente naquele momento a área estava sendo delimitada pela Funai. Então houve uma ação desse órgão e

do IBDF e conseguiram apreender as madeiras. Novamente em 1987 a Marmud Camili retornou à área dos Kampas com maquinaria pesada de exploração florestal e começou a retirar toda a madeira que havia sido apreendida em 85. Tiraram 1.078 m³ de madeira. Os índios entraram com uma ação e, então com apoio do IBDF e da Funai, recuperaram a madeira.

Mas é uma situação muito difícil para os Kampas. Sendo alvo de tantos ataques, hoje eles vivem numa situação de penúria, sem nenhum tipo de

ajuda da Funai ou de alguma outra entidade governamental. Eles dizem que só recebem ajuda de pessoas amigas que passam por lá e sobrevivem vendendo artesanato e plantando legumes. Sofrem ataques dos seringalistas, das madeiras e ultimamente de fazendeiros que começam a investir em agro-pecuária na região. Uma estrada, a BR-364, já está sendo asfaltada e logo a região vai se transformar em centro de atenção de exploradores e aventureiros.

Previendo a piora da situação, os Kampas começam a organizar uma cooperativa para poderem comercializar seus produtos agrícolas e seu artesanato.

A carta do índio Francisco Pianco Kampa ao jornal "Porantim" mostra bem o quadro de desespero em que se encontram os índios da sua tribo:

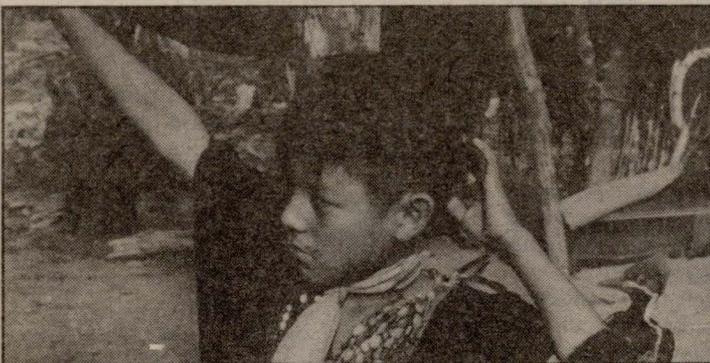
"... Nós não lutamos muito com a Funai para demarcar estas terras, porque os Kampas estão dizendo que a coisa tá preta. Pra onde se viram, estão na mira, que nem tendo asas pra voar a gente consegue escapar. No Peru estão matando todos os índios e eles estão fugindo pra onde nós estamos. Nós sabemos o que fazer, eu e todos os meus parentes Kampas esperamos ter o apoio de vocês e esperamos que a Funai atenda o nosso pedido."

Kamparia Ashânika, povo companheiro

Era uma vez os Aruakes e os Panos, duas grandes famílias que reuniam dezenas e dezenas de tribos de índios na região do Acre, no Brasil, e no Peru e Bolívia. Habitavam as terras baixas e chuvosas daquela planície amazônica. Eram os donos das terras, os reis da selva. Até vir o homem branco. E com ele a morte, as doenças, a destruição do seu paraíso ecológico, de sua raça.

Os Kampas, pertencentes à grande família Aruake, respeitados por outras tribos de índios, no Brasil hoje se resumem a cerca de mil índios que habitam as cabeceiras do Rio Envira e as margens do rio Amônia, no Acre. São nômades e vivem tradicionalmente da caça, da roça de subsistência e agora da venda dos seus artesanatos.

Conservam ainda hoje a sua cultura de origem. Têm orgulho de ser Kampas e gostam de ser chamados de Kamparia Ashânika (povo companheiro). Vestem-se invariavelmente de preto com sua kusma (vestimenta tradicional), se pintam e estão sempre com um pano vermelho em volta do pescoço. Na bolsa pendurada no ombro carregam o cachimbo e o fumo. Tomam kamarami e cantam.



Kampas: hoje só restam cerca de mil, no Acre

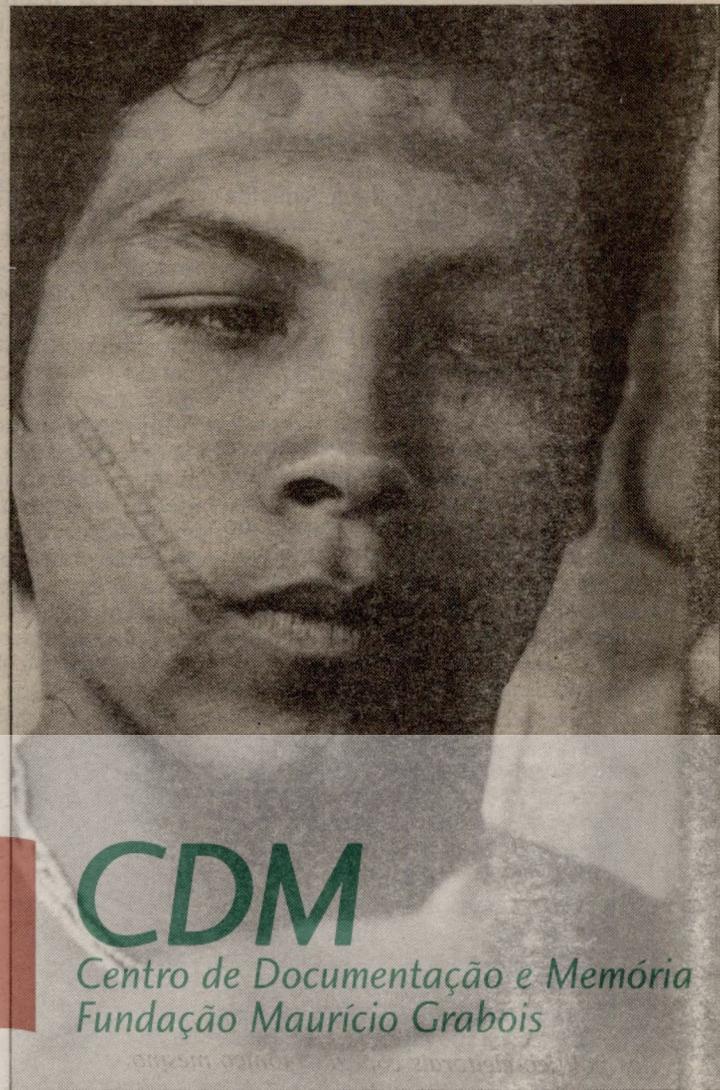
Suas músicas, cantadas em sua língua, diferem quanto ao momento. Se estão em festa de kamarami, têm fundo religioso. Se é pra curar a doença de alguém, suas vozes evocam os espíritos da floresta e tentam explicar o estado espiritual do doente. Mas se a festa é de kaisuma, eles recorrem às suas raízes peruanas e cantam numa mistura de castelhano com a língua materna. E usam flautas e tambores. Dançam a noite toda e a noite toda bebem. As kaisumadas chegam a durar vários dias.

Na arte da guerra, não há como eles. São habilidosos com a flecha, a borduna e a macana. E são excelentes matadores, além de bons pajés. Por causa de sua fama de bons guerreiros, viraram inocentes

úteis do homem branco que os usava para massacrar outras tribos de índios, amigos ou inimigos dos Kampas. Carregaram carga de branco, cortaram madeira na mata para os brancos, abriram estradas, conquistaram terras... para os brancos.

Por causa das perseguições que sofreram durante quase um século de presença de estrangeiros brancos em sua região, os Kampas estão reduzidos hoje a alguns milhões que habitam o Peru e a algumas centenas que habitam o Brasil. Mas, têm sorte. Eles e os Ipurinás, os Maniteneris, os Jarrinaiás, os Cachinauás e os Kulinas...

Todas as outras tribos foram exterminadas.



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



Jogar pelas pontas

Cláudio Wladimir

O tucano *collorido carioca* Sebastião Lazaroni já começou a pisar na bola. Numa entrevista às famosas páginas amarelas da revista "Veja", o técnico da seleção brasileira de futebol dá algumas dicas sobre o que pensa fazer para conquistar o tão sonhado tetracampeonato na Copa da Itália. Logo de cara, no fator extra-campo, Lazaroni, talvez entusiasmado pelo falso brilhante *collorido* a quem ele aderiu de última hora, dá uma declaração lamentável e preocupante. Sem nenhuma vergonha, ele afirma claramente que não vê nenhum problema em que o novo governo utilize a campanha da seleção brasileira na Copa da Itália para se promover politicamente perante o sofrido povo brasileiro. Perguntado se Collor poderia se utilizar politicamente do título de campeão, Lazaroni respondeu sem nenhuma cara de pau: "Tomara que sim...". Simplesmente lamentável. Essa declaração faz lembrar os tristes tempos da ditadura militar, quando o general Médici, enquanto mandava assassinar adversários do regime nos porões dos quartéis, se deixava fotografar como um simples torcedor, cunhando a máxima do "Pra frente, Brasil".

Os tempos agora são outros, meu caro tucaninho *collorido*. Em primeiro lugar, por melhor que sejam os nossos jogadores, nenhum deles faz lembrar, sequer de longe, aquele timaço de 70, com Pelé, Jairzinho, Tostão, Rivelino, Carlos Alberto, Gerson e tantos outros. Depois, do ponto de vista político, o país é outro. Apesar da vitória de Collor, o povo se mobilizou, a ditadura acabou, a consciência coletiva se aprofundou e a oposição popular está atenta para evitar qualquer manipulação. Todos nós queremos ganhar a Copa da Itália, mas não para que o governo Collor, eleito graças ao poder econômico e outras maracutaiais do gênero, se aproveite desta vitória. Queremos ganhar para lavar a alma do sofrido povo brasileiro. Para dar uma alegria genuína e desinteressada a esse povo. Portanto, seu Lazaroni, cuidado com o que fala. Não misture suas preferências político-eleitorais com o

futebol. Isso não está certo...

Falando exclusivamente de futebol, a entrevista do nosso tucaninho *collorido* também é um pouco preocupante. Dando uma de Cláudio Coutinho e seus "overlapping", Lazaroni inventa o termo operariar para justificar a escalação do time titular com jogadores que sejam polivalentes, que ataquem e defendam ao mesmo tempo e, nesse embalo, não confirma a escalação do ataque dos sonhos do torcedor da geral: Romário, Careca e Bebeto. Segundo Lazaroni, eles só serão escalados se mostrarem preocupação com as funções defensivas. Ora, isso não passa de uma grande bobagem. Em tese, é correto afirmar que o futebol de hoje necessita de jogadores que ataquem e defendam, mas dizer que Romário, Bebeto e Careca só serão escalados se souberem defender é uma bobagem enorme. Os três são atacantes de primeira linha, com um poderio ofensivo que pode destruir todas as defesas adversárias. Forçá-los a abrir mão desse potencial para voltar e defender é inadmissível. No time do povo, Romário, Careca e Bebeto têm lugar garantido, para fazermos os gols que o Brasil precisa para chegar ao tetra. O desarme, a defesa, o combate, pode deixar que Alemão, Dunga, André Cruz, Aldair, Mozer, Branco e outros farão.

O futebol tem certas lições que são eternas... Uma delas é a força e a utilidade do jogo pelas pontas. O velho Filpo Nuñez já ensinava que é "pelas pontas" que se chega à vitória... Por isso é igualmente preocupante a declaração de Lazaroni de que os pontas perderam a utilidade sendo substituídos pelos laterais. Isso é outra bobagem. Por melhor que seja um lateral que caia pela ponta, um ponta nato que vá até a linha de fundo, abrindo a zaga e cruzando para o miolo da área é insuperavelmente mais mortífero.

As declarações do tucaninho *collorido* preocupam. Vamos esperar os primeiros treinos para ver o que ele pretende efetivamente fazer. Se pisar na bola, a oposição popular vai ter que chiar. Afinal, nem votado ele foi. É biónico mesmo.

1990 será um ano de muita luta para os estudantes brasileiros. Certas disto, 800 lideranças estudantis estarão reunidas em Vitória-ES de 15 a 18 de fevereiro no IX Seminário Nacional da Viração, tendência dentro do movimento estudantil que conta hoje com 11 dos 31 diretores da União Nacional dos Estudantes — UNE.

O objetivo central desse Seminário da Viração é justamente discutir acerca dos problemas da universidade brasileira e a Reforma Universitária, conforme informou à "Classe" o Vice-Presidente da UNE e uma das principais lideranças do movimento estudantil de hoje, Waldemar de Sousa, estudante de Engenharia Civil na Universidade Federal da Bahia.

"Nós tivemos a preocupação — disse Waldemar — de trazer para o Seminário principalmente os estudantes que atuam junto aos CAs e DAs, que são, ao nosso ver, o centro de gravidade do movimento estudantil de hoje. O Seminário pretende preparar estes estudantes para enfrentarem as lutas que terão durante este ano, que devem recolocar na ordem do dia a necessidade do ensino público."

Novo governo, velhos problemas

A expectativa que se tem na área educacional com relação ao governo de Fernando Collor, que assume em março, é de incentivo à rede privada e de ter uma política de privatização maior da universidade.

Viração realiza IX Seminário

"Todas as universidades federais do país estão tendo o mesmo sério problema, que é o do Orçamento para 1990", denuncia Waldemar, "estamos vivendo sob a ameaça de a universidade simplesmente não ter mais verbas para funcionar dentro de 3 ou 4 meses. E nós precisamos agora mais do que nunca organizar os estudantes para lutarem contra a privatização e em defesa da escola pública."

O ano de 1989 foi um ano de muita movimentação nas universidades pagas. Greves e passeatas aconteciam constantemente, a cada aumento de mensalidade nessas escolas. Mas, na opinião do Vice-Presidente da UNE, eram formas de lutas despolitizadas e aconteciam espontaneamente, sem nenhuma direção organizada.

"A greve foi o jeito que os estudantes brasileiros desorganizados encontraram para responder à ameaça de não poderem mais estudar. Mas, essa forma de luta tem ajudado a desmobilizar a universidade e não tem dado muito resultado. Tem casos de universidades que passaram meses em greve, sem ter conseguido nenhum resultado concreto. Por isso nós agora estamos querendo dar mais ênfase às lutas de rua e outras formas de pressão", afirma Waldemar.

Viração propõe mais lutas

"Nas universidades públicas temos que mobilizar os estudantes para defendê-las da privatização e exigirem mais verbas para o seu funcionamento, continua ele. Já nas escolas particulares temos que organizar a luta contra os aumentos abusivos das mensalidades,

pela democracia interna e pela autonomia destas junto às suas mantenedoras."

Por causa deste quadro, as lideranças estudantis da Viração estão também preocupadas com a organização do movimento estudantil. Uma das questões importantes a serem debatidas no IX Seminário Nacional da Viração é exatamente a reorganização da UNE, a prioridade ao trabalho nos Centros e Diretórios Acadêmicos e a participação mais ativa dos líderes estudantis nos Encontros de Áreas. "E também — acrescenta Waldemar — a nossa participação mais ativa no Centro de Estudos Honestino Guimarães, para que não fiquemos de fora do debate teórico que hoje acontece dentro da universidade."

A UNE se mobiliza

Dizendo que tem sido bastante positiva a experiência da diretoria proporcional (com todas as maiores tendências participando), Waldemar informou ainda que a diretoria da UNE começa a preparar um extenso calendário de lutas e mobilizações para a atual gestão. Um dos destaques é dado à realização do 5º Seminário Nacional de Reforma Universitária, que acontecerá na segunda quinzena de julho, em São Paulo. "Este Seminário contará com a participação de estudantes de vários países da América Latina, pois os nossos problemas são muito parecidos. E pretendemos que ele mobilize um grande número de estudantes, além da opinião pública que precisa ser informada da situação difícil que atravessa a nossa universidade para se mobilizar também", encerra ele.



Waldemar de Sousa, vice-presidente da UNE, conclama os estudantes: "Vamos voltar às ruas..."

Reforçar os vínculos diretos do Partido com as massas

Dynéas Aguiar *

Na edição anterior iniciamos, a partir da reflexão das causas da degenerescência dos partidos revisionistas, uma série sobre questões estratégicas da construção de um verdadeiro partido marxista-leninista. Neste número o autor aborda a relação direta partido-massa.

A conquista do papel dirigente e hegemônico do Partido na ação política e na luta revolucionária está intimamente vinculada à sua força de massas, ao grau de sua influência nos setores fundamentais da sociedade brasileira, à solidez de seus laços diretos com os operários, assalariados agrícolas, camponeses, jovens, mulheres etc.

O esforço nessa direção tem sido uma constante na orientação e na atividade do Partido. No presente, precisamos encontrar os meios e formas corretas para aplicar essa diretiva. Sabemos que mudando as condições objetivas torna-se necessário adaptar os métodos de atuação adequando-os às novas condições.

Realidade nova

Qual a realidade hoje de nosso Partido? Conquistamos a legalidade há quase cinco anos. Ampliamos a nossa rede de comitês e das organizações de base, participamos da direção de significativo número de entidades de massas na área sindical, popular, estudantil, juventude, mulheres, elegemos parlamentares em vários Estados e municípios. São aspectos positivos que mostram o crescimento e o fortalecimento dos vínculos e da influência do Partido junto às massas.

Mas, ao analisarmos com

maior profundidade a forma como se dá a relação do Partido com as massas verificamos que ainda utilizamos, no fundamental, os métodos do período anterior quando o Partido era semiclandestino e em alguns locais ainda são mantidos os métodos da clandestinidade, do período do regime militar. Nesse particular o que foi correto no passado hoje não é mais. Aferrar-se ao anterior, não ver o novo, dificulta, impede o aprofundamento da relação direta do Partido com as massas.

Muitos camaradas ainda raciocinam que basta estarmos na direção das entidades para garantir os vínculos do Partido com as massas. Outros acreditam que essa é a forma de levarmos a nossa orientação ao povo.

Ligação direta

Sem menosprezarmos a importância e o papel que jogam as entidades de massas e a necessidade de os comunistas nelas atuarem (dever estatutário para nossos militantes), precisamos ter presente que nas atuais condições de legalidade essa forma de ligação com as massas não pode nem deve ser a única. O Partido deve estabelecer seus vínculos diretos com a classe operária, os trabalhadores e a população de um modo geral.

Temos algumas experiências desse tipo de atuação, mas são ainda fatos isolados e intermitentes em nossa ação política.

Na campanha eleitoral passada alguns organismos de base colocaram bancas do Partido com nossos materiais de propaganda, jornais, folhetos, camiseta etc nos seus locais de atuação. Mais concretamente, em algumas universidades, portas de algumas grandes empresas e locais de concentração popular nos bairros. Os mili-

tantes que participaram dessas atividades em geral já eram conhecidos da massa (alguns eram diretores de entidades), debateram de forma mais profunda nossas propostas, esclareceram dúvidas sobre nossas posições tanto na política interna como internacional. Tornaram a legalidade do Partido um fato real e não apenas um ato jurídico. Muitos recrutamentos foram realizados, a incorporação dos novos filiados foi praticamente imediata pois o ingresso realiza-se pela base em sua área de jurisdição.

Dessas atividades também participaram dirigentes regionais do Partido conhecidos por sua presença nos comícios e nas lutas populares. Estiveram presentes também nossos parlamentares e dirigentes sindicais, contribuíram muito para valorizar a atividade e esse tipo de ação de nossos militantes de base junto à massa com a qual tem vinculação diária e permanente.

Na próxima campanha eleitoral com mais razão e necessidade precisamos generalizar essa experiência positiva que grande contribuição dará ao reforço e crescimento do Partido.

Fora dos períodos eleitorais, o dia-a-dia de nossa militância, que iniciativas e medidas tomar para estreitar e reforçar os vínculos diretos Partido-massa? Evidentemente cabe às direções locais e mais concretamente à organização de base que conhece melhor a realidade planificar as atividades concretas. O estudo das experiências do que já foi realizado nos indica que são várias as formas permanentes ou temporárias que poderão ser utilizadas, o que detalharemos no próximo artigo.

* da direção nacional do PCdoB

Marcos Andrade

CONSCIÊNCIA SOCIALISTA

Ousadia: a Terra se move!

Rogério Lustosa*

“Morte ao comunismo” — é o brado que se ouve no leste europeu. “O marxismo morreu”, respondem com entusiasmo, (esquecidos de que já disseram isto muitas vezes anteriormente) os pensadores da burguesia em todo o mundo. Mas se os desejos dos inimigos da ciência e do progresso fossem suficientes para impedir a marcha da história, a terra teria há muito deixado de girar em torno do sol, quando confirmaram Galileu e queimaram seus escritos, séculos atrás.

Guerra na teoria

Se mesmo as teorias das ciências naturais enfrentam furiosa resistência dos preconceitos e superstições, não é de se estranhar, como afirmava Lênin, “que a doutrina de Marx, que serve diretamente para educar e organizar a classe de vanguarda da sociedade moderna, tenha de conquistar pela luta cada passo no caminho da vida”.

A luta teórica é parte integrante da guerra de classes. A ciência não se impõe por si mesma. Não basta tirar conclusões que correspondem à realidade para que a humanidade automaticamente adote as teses expostas. O homem não forma seus conceitos diretamente da sua prática. As idéias para se consolidarem na mente passam pelo crivo das relações estabelecidas pelas pessoas na sociedade.

Teoria — prática

A teoria, ao lado de orientar a atividade, faz, ela própria, parte do que vai acontecendo. Em outras palavras, se o proletariado chega à conclusão de que o capitalismo já caducou, só quando consegue conquistar a consciência das grandes massas para isto e, mais ainda, vencê-la das tarefas concretas para substituir este sistema pelo socialismo, é que o processo de ligação teoria-prática se completa.

zação dos planos traçados — como a derrota, ainda que temporária, das experiências de construção do socialismo, com exceção da Albânia — provocam retrocessos também na compreensão e assimilação da teoria socialista entre os povos.

Ao contrário, o período de grandes êxitos, desde a revolução de 1917 até a década de 50, tanto pelo exemplo positivo como pelo fator emocional, impulsionou sobremaneira a influência marxista pelo globo.

Neste sentido, a luta teórica é permanente. Estudar a realidade, enriquecer os conhecimentos, fortalecer os argumentos, corrigir as distorções no confronto com a vida, defender os princípios e as conclusões confirmadas e fazer avançar a teoria como um todo são tarefas permanentes do combate ao nível das idéias.

Mudança constante

A frente ideológica precisa observar que os problemas se renovam constantemente. Não basta aferrar-se ao que está estabelecido. As leis gerais do desenvolvimento se realizam de uma ou outra forma de acordo com fatores conjunturais, acidentais. E, em especial, as transformações sociais passam pelo cérebro dos homens, que podem optar, em cada situação, por esta ou aquela tendência da realidade.

No mundo de hoje a luta teórica adquire importância redobrada. Para enfrentar a maré anti-socialista é urgente reforçar os argumentos. Estudar e explicar melhor as experiências passadas. Demonstrar, com explicações que as grandes massas podem compreender, a necessidade histórica do socialismo. Fazer propaganda, em escala muito superior das idéias revolucionárias. Mostrar, de forma convincente, que a terra gira, apesar da gritaria burguesa.



O contato direto com as massas é condição para o crescimento do PCdoB.

Entrevista: Luiz Manfredini

Instituto Maurício Grabois tem nova diretoria e planos para 90

O Instituto Maurício Grabois, órgão de pesquisa e estudos teóricos de inspiração marxista-leninista está em processo de organização e renovação de sua diretoria. O jornalista e escritor paranaense, Luiz Manfredini, seu novo presidente, fala sobre o caráter do Instituto, seus planos de atividade e a luta do marxismo nos dias atuais.

A Classe — Quais os objetivos gerais e permanentes do Instituto Maurício Grabois?

Manfredini — Pesquisar e estudar, de um ponto de vista marxista, os principais problemas econômicos, políticos, sociais e culturais colocados pela realidade brasileira. Elaborar e promover cursos de formação e atualização política, seminários, encontros e diversas atividades relacionadas com o exame da atualidade brasileira. Tais são os propósitos gerais e permanentes com os quais o Instituto Maurício Grabois pretende contribuir para fomentar o debate teórico-ideológico em nosso país, contrapondo-se às concepções não marxistas ou pseudomarxistas sobre o desenvolvimento da sociedade. É preciso sublinhar que a dramática crise a que estamos submetidos — crise profunda, estrutural — empurra-nos, enquanto nação, a refletir acerca da nossa trajetória e do nosso destino. Esse debate é fervilhante, mas ainda ocorre sob a influência predominante de opiniões conservadoras, talhadas para enuviar a realidade, escamotear os obstáculos estruturais que nos distanciam do progresso social. É reconhecida a carência de estudos e propostas que descortinem com maior nitidez a posição da classe operária e dos segmentos populares, justamente os mais interessados numa perspectiva mudancista, historicamente destinados a derrocar as ilusões políticas e a construir a nova sociedade. Claro que tal lacuna, campo fértil para credices e mistificações, dificulta ao Brasil avançar no entendimento objetivo dos problemas que o martirizam e, por conseguinte, na adoção do caminho adequado à superação desses entraves. Botar o dedo nessa ferida é o desafio do Instituto Maurício Grabois que, diga-se de passagem, está aberto à participação de todos quantos compartilhem com essa aspiração progressista e vislumbrem na perspectiva socialista o futuro do Brasil e do Mundo.

A Classe — Quais os planos imediatos do Instituto Maurício Grabois?

Manfredini — Estamos preocupados em colocar o Instituto em funcionamento, mas queremos fazê-lo de modo que possamos dar passos de acordo com o tamanho das pernas. Temos, para este ano, um ca-

lendário adequado às nossas possibilidades atuais. Já em fevereiro, dias 17 e 18, em São Paulo, realizaremos um seminário destinado a secretários de agitação e propaganda e de formação, e ainda a camaradas cuja atuação esteja ligada à luta de idéias (pessoas das universidades, jornalistas, intelectuais de um modo geral) dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia, Pernambuco e Ceará. O objetivo é examinar os acontecimentos do Leste europeu sob os mais variados aspectos e determinar uma estratégia geral de enfrentamento do problema do revisionismo no campo do debate teórico-ideológico. Estamos organizando nossa intervenção na reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que será realizada em julho em Porto Alegre. Programamos o lançamento de uma revista científica e ainda trabalhamos num modelo de seminário sobre o socialismo e a modernidade a ser aplicado nos Estados que o desejarem. Agora que praticamente concluímos a fase de organização da infraestrutura do Instituto, estamos melhor capacitados para cumprir este calendário de atividades, sem prejuízo de novas ações resultantes de futuras discussões e sugestões que, estou certo, nos chegarão do conjunto partidário e dos setores progressistas com os quais aprofundaremos relações.

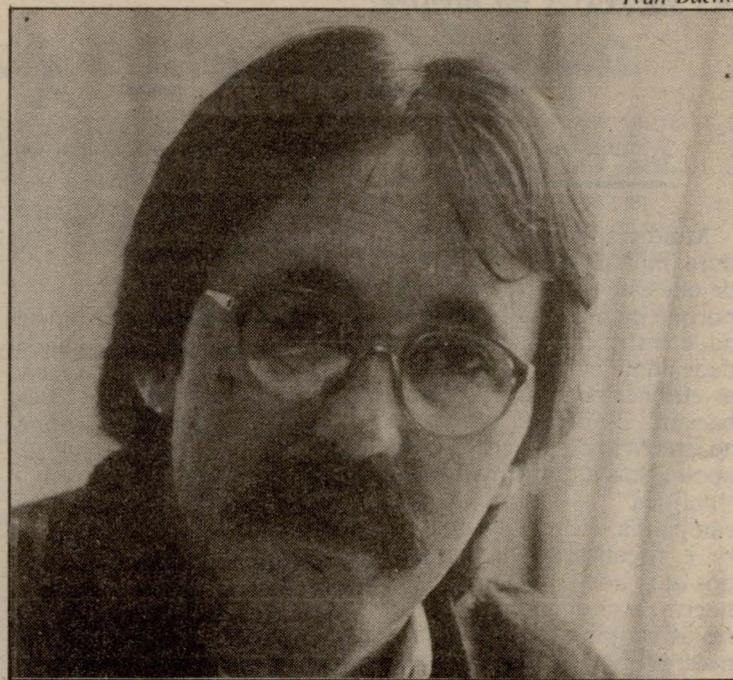
A Classe — Como o Instituto Maurício Grabois pretende contribuir para o esclarecimento do pensamento socialista sobre os fenômenos em andamento na URSS e no Leste europeu?

Manfredini — O seminário que vamos realizar em fevereiro, em São Paulo, e o que pretendemos aplicar nos Estados com o tema "Socialismo e Modernidade" já são duas iniciativas nesse sentido. Temos consciência do papel que o Instituto Maurício Grabois joga quanto ao exame, de um ponto de vista marxista-leninista, dos acontecimentos no Leste europeu. Costumo dizer que testemunhamos uma das mais espetaculares empulhações históricas: o desmoronamento do regime revisionista é apresentado pelos arautos da burguesia internacional como a falência do socialismo e o envelhecimento da doutrina que

lhe dá suporte, o marxismo. Penso que, na história do movimento operário, esta é a mais encarniçada luta teórico-ideológica. É preciso marchar na contramão da mídia burguesa, a despeito das dificuldades de comunicação que nos são impostas. Mostrar, de uma forma ou de outra, que o regime falido da Europa oriental não passa da mais formidável contrafação do socialismo, demonstrar, com a amplitude, a necessidade histórica do socialismo e, sobretudo, colocar o capitalismo no banco dos réus. Penso que devemos apresentar melhor os avanços que o socialismo vem obtendo na Albânia. A realização de estudos, debates, a produção de textos, exposições e palestras são instrumentos importantes nesse sentido. Mas esperamos que os comunistas em seu conjunto reflitam a esse respeito e sugiram novas iniciativas. E, sobretudo, saibam aplicar com criatividade as diretivas gerais de enfrentar com vigor o revisionismo.

A Classe — Qual o futuro do Instituto Maurício Grabois numa conjuntura em que todos dizem que o comunismo e o marxismo-leninismo morreram?

Manfredini — Do ponto de vista mais geral, num sentido de estratégia, o Instituto tem o mesmo futuro promissor que o nosso Partido, pela simples razão de que, apesar das dificuldades conjunturais, acreditamos no socialismo como destino da humanidade. E isso não advém de nenhuma fé, mas do profundo convencimento científico de que nós, marxistas-leninistas, somos portadores. As dificuldades atuais refletem a luta teórico-ideológica a que me referi anteriormente. É um episódio transitório, ainda que encarniçado. Mas devemos pensar que, afinal, a história de todo o movimento operário é pródiga em lutas dessa natureza. Dessas batalhas o marxismo, porque reflete o movimento real da sociedade, sempre saiu vitorioso, apesar das dificuldades momentâneas. A propaganda a respeito da morte do comunismo e da esclerose do marxismo-leninismo que a burguesia internacional faz na atualidade não é algo moderno. A sociedade de classes, particularmente em momentos de crise, tem dessas coisas, esse mergulho na descrença, no medo, no caos. O espírito pusilânime torna-se o padrão dessas épocas de conflitos. Com ares de suprema lucidez teórica, o capitalismo moribundo nega a ciência, corteja a visão apocalíptica ou então decreta o "fim da história", a "paz eterna" sob o jugo da mais-valia. Tudo assemelha-se ao ilusionismo proporcionado



Manfredini: "É preciso marchar na contramão da mídia burguesa"

pelos mágicos. Tudo isso é, rigorosamente, passageiro, porque a realidade tem um curso objetivo contra o qual, em termos de perspectiva histórica, ninguém pode se erguer. A verdade é que, queiram ou não os que hoje são hegemônicos no mundo, o marxismo-leninismo é o horizonte mais largo da modernidade. Se a realidade é cada vez mais complexa e diante delas muitos se precipitam na perplexidade, é preciso perceber que o marxismo-leninismo é pujante em sua capacidade intrínseca de evidenciar as leis gerais da essência do desenvolvimento e transformação da sociedade humana. Claro que captá-lo sem conexão com as situações concretas é dissolver sua essência transformadora, é desnaturá-lo no academicismo. Nesse sentido, o Instituto Maurício Grabois leva a proposta de conjugar as leis gerais da teoria com a análise concreta da situação concreta e, assim, submeter o caos aparente ao crivo científico e descortinar o futuro eventualmente turvado pelos interesses hegemônicos que desejam vetar a transformação. A despeito de tudo o que se diga hoje em dia sobre o comunismo e o marxismo-leninismo, não obstante o tormento ideológico que sacode a sociedade, não há por que duvidar da decomposição do capitalismo e do rumo da humanidade em direção ao socialismo.

A Classe — Em que medida o Instituto Maurício Grabois se relacionará com entidades congêneres?

Manfredini — Muito intensamente, a julgar por nossa disposição. Já estamos costurando um relacionamento estreito com organizações de estudos e pesquisas, com entidades científicas e personalidades do mundo acadêmico. A intenção do Instituto — e nisso procura aplicar a amplitude da linha partidária — é de juntar-se a esses centros do campo científico em busca de uma reflexão responsável da realidade brasileira, tendo em vista um objetivo progressista. Não ditamos regras a ninguém

e procuramos o proveito comum nestas relações. Temos um ponto de vista marxista-leninista e pretendemos atuar com a comunidade científica democrática em busca de um objetivo comum à ampla maioria da nação: a construção de um Brasil soberano, democrático, próspero e justo, tarefa a que nos entregamos com uma perspectiva socialista. A curto prazo essa comunidade estará recebendo o material de apresentação do Instituto e o trabalho comum certamente levará a consolidar uma relação respeitosa e reciprocamente útil.

A Classe — O Instituto tratará também da formação partidária interna?

Manfredini — Não. A formação interna é da esfera da Comissão Nacional de Educação e da Escola Nacional de Quadros, que organizam sua atuação junto com os regionais. O Instituto Maurício Grabois tem uma ação mais para fora do Partido. Claro que as atividades do Instituto sempre representarão possibilidades de formação aos militantes e quadros partidários. Mas não é este seu objetivo primordial.

A Classe — O Instituto tem alguma orientação ao conjunto do Partido?

Manfredini — Sim. O Instituto está sendo organizado e pretende funcionar de acordo com as suas possibilidades e as necessidades do momento. Mas não fará isso sozinho. Penso que é indispensável que as direções regionais encampem com firmeza essa idéia, reflitam a respeito dos desafios que todos temos e, com sua iniciativa e criatividade, auxiliem o Instituto em suas tarefas. Esperamos sugestões e críticas no sentido de melhorarmos nosso trabalho, de modo que possamos tornar o Instituto Maurício Grabois um instrumento vivo e atuante no campo científico e político. Aproveito o espaço para divulgar nosso endereço: Rua Bororós, 51, 3º andar, fone (011) 270-0174, CEP 01320, São Paulo, Capital.

As sucessões na história

1964—1985 — A frágil estabilidade dos generais

José Carlos Ruy

Muitos apologistas da ditadura militar defendem a tese de que esse regime é preferível porque permite maior estabilidade institucional e continuidade administrativa, enquanto as eleições populares “perturbariam” a ordem necessária ao exercício do governo. Esses apologistas argumentam que a “política” — expressa nas campanhas eleitorais e na crítica e fiscalização permanente dos atos dos governantes — é nociva, pois obriga os detentores de cargos eletivos a permanecerem no “palanque” mesmo depois de eleitos. Força-os a, “demagógicamente”, levar em conta a opinião pública em suas decisões e evitar, assim, a tomada de medidas “impopulares”. O governo ficaria, dessa forma, prisioneiro das demandas populares, sem liberdade para agir e tomar decisões da forma que lhe pareça melhor.

Quem pensa assim, evidentemente, são os inimigos da democracia, partidários da marginalização do povo dos processos decisórios, defensores da tutela militar e policial sobre a sociedade. Contudo, na defesa de seu modelo elitista, antipopular e antidemocrático, falseiam a verdade, como mostra a crônica dos governos militares brasileiros. Ao contrário do que dizem os apologistas da ditadura, esses governos não foram estáveis, não se caracterizaram por “continuidade administrativa” nem estiveram a salvo de pressões políticas. Na verdade, a disputa entre grupos pelo controle da

Presidência da República foi intensa desde o primeiro momento do golpe, e acompanhou o regime militar até seus estertores, em 1985.

Castelo Branco foi indicado, em 1964, para um mandato de 21 meses em substituição ao presidente deposto, João Goulart; mais tarde, esse mandato foi aumentado em um ano; em 1966, ele passou o cargo ao marechal Costa e Silva, que governou durante 21 meses, sendo substituído por uma Junta Militar que presidiu a escolha do general Garrastazu Médici, cujo governo durou 4 anos e 4 meses; Médici foi substituído por Geisel, cujo mandato foi de 5 anos. Seu sucessor, o general Figueiredo, o último da série de generais-presidentes, governou por 6 anos.

O Estado policial tinha uma rede de milhares de agentes de espionagem

Os 21 anos de governos militares no Brasil resultaram na montagem de um Estado policial antidemocrático, antinacional e antipopular que deixou um saldo de 4.682 militantes políticos cassados, 10 mil exilados, centenas de mortos e desaparecidos políticos. A extensão desse Estado policial pode ser medida pelo cálculo feito em 1980 pela revista “*Isto É*”: existiriam, naquele ano, cerca de 250 mil agentes trabalhando para os serviços de espionagem da ditadura (SNI, Ciex, Cenimar etc.), número que crescerá para 1 milhão se fossem contados também os colaboradores eventuais da delação e da vigilância

sobre a oposição democrática e popular.

Apesar desse aparato policial imenso, porém, o regime militar desenvolveu-se de crise em crise. Um dos indicadores dessa situação é o próprio Colégio Eleitoral formado pelos militares para ratificar a escolha indireta dos generais-presidentes. Cada um deles foi escolhido por um Colégio Eleitoral regido por normas instituídas especialmente para cada ocasião. Paralelamente, a ilegitimidade desse colégio era crescente. Antes de 1964, cada voto no Colégio Eleitoral valia apenas um, pois ele era formado por todos os eleitores do país. Depois que os generais tomaram a Presidência, isso mudou. Castelo foi indicado por um colégio formado por 475 delegados, onde cada voto correspondia a 40.890 votos populares. Costa e Silva, mais tarde, foi indicado por 470 delegados, e a relação era de um delegado para 49.760 votos populares. O último general-presidente, João Batista Figueiredo, foi ratificado por 580 delegados, cada um dos quais votando no lugar de 78.150 eleitores diretos.

As manipulações do colégio eleitoral indireto foram apenas uma parcela dos casuismos criados pelo regime militar para afastar do poder não só a oposição democrática e popular, mas também as facções rivais em que se dividiam os generais.

A disputa entre grupos das Forças Armadas era marcada pela ferocidade

Essa rivalidade manifestou-se desde o início da ditadura, quando o general Costa e Sil-

va, no Rio de Janeiro, automeçou-se comandante-em-chefe do Exército, em 2 de abril de 1964, e assumiu as funções de ministro da Guerra no efêmero governo de Ranieri Mazzilli, que foi formalmente presidente nos quinze dias entre a queda de Goulart e a posse do marechal Castelo Branco. O almirante Augusto Rademaker, o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo e o general Costa e Silva formaram então o Comando Supremo da Revolução, para disputar o controle da Presidência com o grupo de oficiais articulados em torno de Castelo Branco e Golbery do Couto e Silva. Ernesto Geisel, mais tarde, diria que Costa e Silva foi um “usurpador, que não fez nada e, mais do que depressa, autoinvestiu-se no cargo”. A disputa entre os dois grupos começava, assim, com ferocidade. A divergência entre os dois grupos, porém, era de método. Os castelistas, aliados aos liberais conservadores da UDN e do PSD, que pontificavam na política brasileira, queriam deter o crescimento da organização popular e da luta pela democratização do Estado, instituindo uma “democracia” elitista de participação popular formal e limitada. Os segundos, os costistas (os “duros”), consideravam Castelo e seu grupo “legalistas” demais, e queriam uma operação limpeza cuja tônica era o anticomunismo histórico: “tratava-se de prender, cassar, suspender direitos políticos, aposentar, reformar. Era um espécie de revanche ou vingança sem que tivesse havido, antes, o agravo”, diz o jornalista Carlos Chagas (em “A

Agência o Globo

Guerra das Estrelas, 1986—1984 — Os bastidores das sucessões presidenciais”).

Apesar da oposição dos “duros”, Castelo Branco foi indicado presidente da República — candidato único no colégio eleitoral, teve 361 votos, contra 72 abstenções e 37 ausências. Castelo, porém, teve que aceitar como fato consumado a presença de Costa e Silva no ministério do Exército, que se tornou um foco de articulação sucessória contra Castelo e sua facção. Uma frase do general Ernesto Geisel, chefe do Gabinete Militar de Castelo Branco, mostra a tensão entre as duas facções na primeira troca de generais à frente da Presidência. Os “costistas, liderados por Mário Andreazza e apoiados pelos coronéis que presidiram aos Inquiridos Policiais Militares (os temidos IPM’s) de então, pressionavam para que o ministro do Exército fosse o próximo presidente, a fim de levar a ditadura até as últimas consequências. A guerra entre os dois grupos parecia iminente, e Ernesto Geisel parecia mesmo desejá-la: “Pouco importa que haja crise, agora, essa coisa que estão querendo evitar. Prefiro até que haja, e, se eles ganharem, que venham e assumam a responsabilidade do governo”.

Costa e Silva viveu o período mais tumultuado dos mandatos militares

Eles ganharam, e no dia 15 de março de 1967 Costa e Silva foi empossado na Presidência. Foi talvez o mais tumultuado dos mandatos militares; a Constituição autoritária, outorgada por Castelo Branco em 1967 — e que, de certa forma, tolhia a liberdade de movimentos do regime ao institucionalizá-lo e impor normas legais ao exercício do poder, mesmo que autoritárias — foi abandonada em 13 de dezembro de 1968, com a imposição do AI-5 pelo generais. Meses mais tarde, Costa e Silva adoeceu — em 27 de agosto de 1969. Os ministros militares assumem então o controle do governo, primeiro informalmente. Em 14 de outubro, eles declaram extintos os mandatos de Costa e Silva e seu vice, Pedro Aleixo, e oficializam a Junta Militar, formada pelo Almirante Augusto Rademaker, ministro da Marinha, pelo general Aurélio Lyra Tavares, ministro da Guerra, e pelo brigadeiro Márcio de Souza e Melo, ministro da Aeronáutica. No dia 17 de outubro, a Junta Militar editou uma *dracônica Emenda Constitucional* n.º 1, que na prática substituiu a Constituição de 1967, e perpetuou o AI-5 como instrumento à disposição dos donos do poder.



Ernesto Geisel iniciou a “distensão”, mas manteve a política repressiva



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Costas

O golpe da facção “dura” estava consolidado. Faltava indicar o general presidente que exerceria o governo em seu nome. As várias facções militares acentuaram a disputa pela Presidência. Os generais do AI-5 já haviam afastado os coronéis que, liderados por Mário Andreazza, conspiravam para substituir Costa e Silva. Os generais não queriam um coronel na Presidência, relatou em suas memórias o general Jaime Portela. No novo lance, a cúpula dos generais uniu-se para derrotar a candidatura nacionalista de direita do general Albuquerque Lima, que era muito popular nos quartéis. A solução encontrada foi a realização de uma prévia eleitoral entre aqueles que realmente decidiam os destinos do país: os oficiais generais das três forças (Exército, Marinha e Aeronáutica). Albuquerque Lima teve uma votação expressiva nessa prévia, tornando-se um dos candidatos mais fortes. Para afastá-lo, na etapa final da prévia — a consulta entre os oficiais do Alto Comando — os generais usaram um artifício: “solicitaram” a seus pares que votassem apenas em generais de quatro estrelas. Como Albuquerque Lima só tinha três estrelas (era general de brigada), estava automaticamente fora do páreo. Dois grupos se uniram nessa manobra, os “generais da tropa”, ligados ao ex-presidente Costa e Silva, e os castelistas. O acordo entre estas facções praticamente definiu também a escolha do presidente que substituiria o que estava sendo indicado no momento: ficava combinado que o general Orlando Geisel, um castelista “duro”, seria o próximo ministro do Exército.

“Já que nenhum de nós aceita, por que não o Ernesto?” Ele foi

Ao final, o general Médici acabou escolhido como o próximo presidente. Uma avaliação do jornalista Bernardo Kucinski sobre a escolha do general João Figueiredo, em 1978, aplica-se de forma particularmente feliz à indicação de Médici como presidente da República. “A súbita ascensão de um oficial relativamente obscuro ao posto supremo do regime é característica das sucessões negociadas, nas quais é preciso somar o apoio das diversas facções em torno de uma personalidade não conflituosa, de temperamento ameno, com amigos em todos os grupos e, se possível, sem inimigos” (“Abertura, a história de uma crise”). Assim, Médici foi escolhido como expressão do acordo entre as duas facções que predominavam entre os generais, e coube-lhe dirigir o período mais repressivo da ditadura militar, onde o caráter policial do regime se acentuou, escondido da população pelo “milagre econômico” que, naquele período, atingiu

seu auge (com crescimentos médios anuais da economia de 10%).

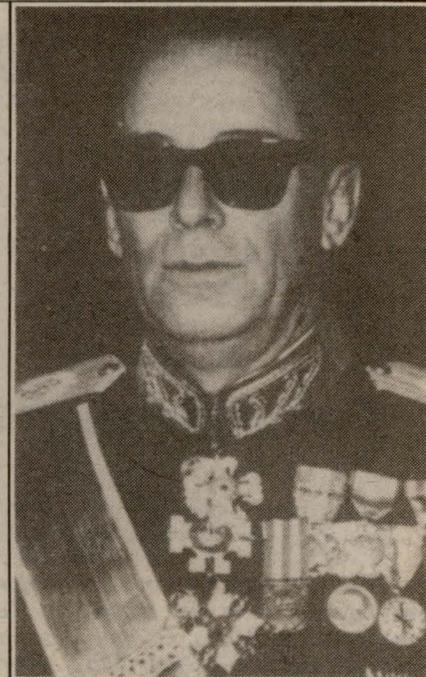
Durante o governo Médici, o chamado sistema — o aparato repressivo policial-militar — adquiriu autonomia e preponderância sobre o Estado e a sociedade. Eles não conseguiram, porém, garantir a escolha de um sucessor que desse continuidade a essa situação. Tentaram reeleger Médici para um novo período — Felinto Müller, o presidente da Arena, o partido do governo, foi um dos que pensaram nessa saída, sem êxito. A crônica palaciana conta que a sucessão teria sido resolvida numa conversa entre Médici e Orlando Geisel, em 1º de janeiro de 1972. Orlando Geisel apoiaria a prorrogação de Médici, mas o general presidente recusou, propondo a candidatura do próprio ministro do Exército. Foi a vez de Orlando Geisel recusar: “Precisamos acabar com essa história de ministro do Exército ser candidato natural à Presidência da República”, teria dito. E apresentou a solução: “Mas já que nenhum de nós dois aceita, porque não o Ernesto?”. A crônica palaciana apresenta um quadro róseo da disputa, que encobre os conflitos reais existentes entre as facções. A verdade sobre a disputa que ocorreu pode estar oculta nas inúmeras declarações interessadas dos personagens que estiveram envolvidos nela. O fato, porém, é que as manobras continuístas falharam, e os castelistas voltaram ao poder, com a indicação de Ernesto Geisel para a Presidência. Ele começou o governo anunciando uma política de distensão, que deveria levar à institucionalização do regime militar através da restauração do projeto castelista.

Somente generais de 4 estrelas podiam ser “eleitos” presidentes

Geisel enfrentou os “duros”, e procurou eliminar a autonomia do aparelho repressivo da ditadura; a reação do presidente aos assassinatos, nos porões do DOI-CODI paulista, dos presos políticos Wladimir Herzog (25.10.1975) e Manuel Fiel Filho (17.01.1976) demonstrou a disposição do presidente nesse sentido. Isso não significa, porém, a eliminação da repressão — ela deixaria apenas de atuar de forma autônoma. O Massacre da Lapa, em 16 de dezembro de 1976 — quando dirigentes do Partido Comunista do Brasil foram assassinados numa operação conjunta dos organismos policiais e militares da repressão, com conhecimento do comandante do II Exército, sediado em São Paulo, o general geiselista Dilermando Gomes Monteiro — mostrou que o aparelho repressivo continuava mobilizado e pronto a agir ao chamado de seus comandantes.



Médici implantou o terror de Estado. Figueiredo, último general-presidente, fracassou.



Geisel e Golbery não conseguiram manter a distensão nos limites

Geisel e Golbery, contudo, não conseguiram manter a “distensão” dentro dos limites “seguros” que pretendiam. A oposição popular ressurgiu com força nessa época: em 1978, existiam no país cerca de 80 mil comunidades eclesiais de base, que mobilizavam o povo na luta pela democracia e por melhores condições de vida. Em 1977, surgiu o Movimento Contra o Custo de Vida que, em 1978, coletou 1,3 milhão de assinaturas contra a política econômica do governo. O movimento estudantil se reorganizou, com o ressurgimento de organizações como as UEE’s e a UNE. A luta pela anistia, iniciada em 1975 com a formação do Movimento Feminino pela Anistia, cresceu e levou à formação, em 1978, do Comitê Brasileiro pela Anistia, que espalhou pelo país a exigência de libertação dos presos políticos e suspensão das restrições políticas que colocaram milhares de brasileiros na clandestinidade ou no exílio. Desde 1977 cresceu a exigência de convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte para eliminar o regime ditatorial e criar um pacto de convívio democrático no país. Em 12 de maio de 1978, finalmente, os operários — que ficaram sufocados durante uma década, desde as greves de Contagem e Osasco, em 1968 — reapareceram em cena, na primeira greve metalúrgica do ABC paulista, iniciando uma onda grevista que rapidamente espalhou-se pelo país.

A crise da ditadura era visível, traduzida nos resultados eleitorais que — desde 1974 — mostravam a força crescente da oposição democrática e popular e a ilegitimidade do regime. Geisel foi, então, um campeão de casuísmos para dar à Arena — o partido do governo — o controle de cargos eletivos ameaçados pelo crescimento eleitoral da oposição.

Ele aumentou a bancada governista no Congresso dividindo Estados, criando os senadores “biônicos”, aumentando a participação dos territórios e elevando de três para seis o número mínimo de deputados por Estado. Passou também a calcular os delegados estaduais com base no número de habitantes e não dos eleitores, diminuindo o peso relativo dos principais centros políticos, como São Paulo e Rio de Janeiro, onde a oposição era particularmente forte.

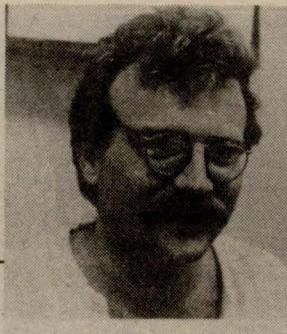
Geisel foi o único general presidente a fazer seu sucessor. À custa de casuísmos para conter o avanço da oposição, e à custa também de uma crise militar sem precedentes. Inicialmente, em outubro de 1977, Geisel afastou da disputa o general Sílvio Frota, ministro do Exército e candidato da extrema direita civil e militar. Geisel demitiu-o do ministério apoiado pela traição de inúmeros militares frotistas atraídos por promessas de promoção. Um deles foi o próprio substituto de Frota no ministério do Exército, o general Belfort Bethlem, um frotista de primeira hora, castelista “duro”, que abandonou a candidatura do antigo chefe quando se viu na iminência de ser guindado àquele cargo.

Amplio movimento pela redemocratização marcou o fim do regime

Em janeiro de 1978, quando Geisel anunciou que seu sucessor seria o general João Batista Figueiredo, chefe do SNI, a crise militar aprofundou-se, e várias facções passaram a contestar abertamente a autoridade do presidente. Surgiram o Movimento Militar Democrático Constitucionalista, formado por cerca de 50 coronéis da Vila Militar, no Rio, que defendia a volta aos quartéis e a devolução do poder aos civis; um Movimento Popular de Defesa da Revolução de extrema-direita, liderado pelo almirante Sílvio Heck; um Movimento Revolucionário Democrático, liderado por

Dalmo Honaiser. Na área civil, formou-se a Frente Nacional de Redemocratização, inicialmente para apoiar a candidatura de Magalhães Pinto à presidência da República e que, depois, juntou-se ao MDB no apoio à candidatura do general Euler Bentes Monteiro, que pleiteava a presidência com base num programa para a redemocratização do país.

Aquela, porém, não fora ainda a crise final do regime militar. A escolha de Figueiredo para a presidência significava uma reedição, dirigida por Geisel, do velho acordo entre castelistas e costistas-medicistas, que manteriam o controle do país por mais um período presidencial. “O sistema aproveita o que lhe sobra de fôlego para empurrar no país mais seis anos inteiros de governo imposto”, escreveu em janeiro de 1978 o jornalista Fernando Pedreira. A crise do regime, que parecia temporariamente contornada com a “abertura” prometida por Figueiredo, voltou com força. Em 1982, na primeira eleição direta de governadores desde 1965, o PMDB elegeu e assumiu o controle dos principais Estados brasileiros, criando uma base para se lançar na luta pelo governo federal — um desejo popular manifesto na campanha das Diretas-já que, em 1984, levou milhões de brasileiros à praça pública exigindo o direito de escolher o próximo presidente da República. O regime derrotou a exigência popular, conseguindo evitar a aprovação pelo Congresso Nacional, da emenda Dante de Oliveira, que estabelecia a eleição direta do presidente da República. O mal, porém, já estava feito: a força da pressão popular explodiu a base de sustentação política do regime, acentuou seu isolamento, rachou o PDS e levou à eleição indireta, através do Colégio Eleitoral, do primeiro presidente civil depois de 1964, do homem a quem caberia dirigir a transição da ditadura para a democracia.



Questão de ordem

Potencial de lutas em 90

Altamiro Borges*

1990 promete ser um ano de intensas lutas dos trabalhadores brasileiros. Os indicadores dessa tendência são vários. Um deles, de expressivo significado, é que os assalariados passaram por um rico processo de acumulação de forças no ano passado. Afinal, foram mais de 40 milhões de grevistas em 89, o que permitiu a elevação do nível de consciência e de organização dos trabalhadores.

Essa poderosa onda de greves também impulsionou a unidade dos setores mais combativos do sindicalismo. Isso se expressou nas importantes vitórias em eleições sindicais nas articulações entre a CSC e a CUT na busca da unificação orgânica. Além disso, as paralisações resultaram em conquistas concretas, como a aprovação pelo Congresso Nacional da política de reajuste mensal do salário. Hoje, entretanto, essa política salarial está superada pela alta vertiginosa da inflação.

O ponto alto desse avanço das lutas se deu na batalha da sucessão presidencial. A constituição da Frente Brasil Popular, reunindo o que há de mais avançado no movimento operário e popular do país, representou um salto de qualidade na ação dos trabalhadores. A derrota eleitoral no segundo turno não anulou a histórica vitória política das forças de esquerda no país. Nessa batalha, o sindicalismo jogou um papel de destaque, divulgando amplamente o programa da FBP, politizando as lutas dos trabalhadores, enfrentando seus vícios economicistas.

Recessão à vista

Outro importante indicativo do potencial de lutas em 90 é o próprio agravamento da crise econômica no país. A inflação bate recordes e os remédios apresentados pelas classes dominantes penalizam ainda mais os que vivem dos minguados salários. A utilização de medidas recessivas é tida como certa nos bastidores da equipe de Collor. Isso significa contenção do consumo popular, redução dos investimentos e da

produção, aumento do desemprego e, tudo indica, mudança para pior da política salarial.

Tanto a recessão é um fantasma que ronda os lares operários que os economistas burgueses procuram fórmulas para evitar explosão popular. As alterações recentes na legislação do seguro-desemprego e os estudos sobre a implantação da cesta básica indicam as intenções do governo reacionário de Fernando Collor. Só mesmo sindicalistas patronais, como Antônio Magri e Luis Antônio Medeiros, ainda tentam dar respaldo ao futuro presidente — o “novo marajá” do Palácio do Planalto.

Além disso, a equipe de Collor não esconde sua intenção de dar prioridade à privatização das empresas estatais. A lista das “privatizáveis”, incluindo empresas como a Mafersa e o Banco Meridional, deverá ser anunciada como um dos primeiros atos do novo governo. Os funcionários dos órgãos públicos e os trabalhadores das empresas estatais estão na mira da chamada ofensiva neoliberal das classes dominantes. Colocando-os como bodes expiatórios da grave crise, a equipe Collor já fala em demissões em massa no setor público.

Estado de alerta

Diante das perspectivas bem sólidas da adoção de medidas recessivas e entreguistas, o pólo mais dinâmico do movimento sindical já se encontra em estado de alerta. Algumas categorias inclusive encaminham pautas de reivindicações emergenciais levantando a exigência do pagamento semanal “betenizado” para se contrapor à alta da inflação. A questão da estabilidade no emprego, como anteparo às chagas da recessão, também ganha importância. Para conquistar essas e outras reivindicações, e elevar o nível de organização dos trabalhadores, será necessário intensificar o nível de lutas do movimento sindical... o que promete um ano bem agitado no sindicalismo brasileiro.

* da Comissão Sindical Nacional do PCdoB

Petroleiros unificados na luta

A greve dos petroleiros desde seu início foi um sucesso. Em São Paulo, na Refinaria do Planalto, da cidade de Paulínia, 100% dos funcionários da produção e 50% da administração cruzaram os braços. Quando a paralisação entrava no seu oitavo dia, o consumo nacional de GLP (gas liquefeito de petróleo — o popular gás de cozinha), que é da ordem de 14,5 mil toneladas por dia, desceu para as insuficientes 10,7 mil toneladas por dia. Os estoques de óleo diesel dura-

riam apenas oito dias. Somente as refinarias de Cubatão (SP), Duque de Caxias (RJ) e Betim (MG) estavam processando petróleo. Normalmente o Brasil refina por dia 1,13 milhão de toneladas de petróleo, porém com o êxito do movimento dos petroleiros, mobilizando a categoria a nível nacional para recuperar vultosas perdas salariais que remontam ao arrocho do Plano Bresser, o refino na primeira semana de paralisação ficou em apenas 348 mil toneladas.

Na noite do dia 22, o Tribunal Superior do Trabalho — TST, concedeu um aumento de 31,22% aos petroleiros, sendo 19,7% retroativos a 19 de dezembro do ano passado, que serão pagos no próximo mês.

Após a decisão do tribunal, a direção da Petrobrás e o comando nacional de greve fizeram um acordo pelo qual a empresa se comprometeu a não punir os grevistas e pagar os dias parados

Aproxima-se o fim do arquipelago da Construção Civil de Salvador

Miguel Lucena*

Nos dias 30, 31 de janeiro e 1º de fevereiro, haverá eleições para a diretoria do Sindicato da Construção Civil de Salvador—BA. A categoria já se prepara para escrever nova página da história de seu sindicato. Os operários se organizam para derrubar o arquipelago José Candido Veloso, encastelado na entidade há 31 anos e financiado pelas empreiteiras.

Parece surpresa que o inimigo número um da categoria permaneça tanto tempo à frente do sindicato, fundado em 1919. A explicação, no entanto, é simples: 99% dos operários nunca votaram para escolher seus representantes. O quadro de associados é formado por amigos de Veloso, muitos dos quais nunca rebocaram uma parede ou subiram num andaime. Por isso, cerca de 70 mil trabalhadores da base estão dispostos a tomar o sindicato, pela via eleitoral ou por aclamação em praça pública.

A oposição, que já reuniu nas ruas de Salvador mais de 20 mil operários, apresenta como candidato a presidente o sindicalista Washington de Souza, líder cassado e preso em 1964 pela ditadura militar, quando presidia o Sindicato dos Oficiais Eletricistas da Bahia, cuja carta sindical também foi cassada. Washington já participou de outras eleições, mas os pleitos foram fraudados por Veloso.

A chapa oposicionista é formada por militantes da Corrente Sindical Classista. “A nossa disposição é tomar o Sindicato da Construção Civil, que está nas mãos de pessoas estranhas à categoria, e entregá-lo aos operários, que conduzirão seus próprios caminhos”, assinalou Washington.

O candidato da situação, o desconhecido José Nogueira, até alguns meses atrás morava em São Paulo. Foi chamado às pressas para socorrer Veloso, que não pode concorrer a mais uma reeleição por estar sendo

processado como dilapidador do patrimônio do sindicato, ou seja, é acusado de subtrair dinheiro da entidade, de roubar o que pertence à categoria que nunca representou.

Desde a greve de outubro, a oposição dirigiu inúmeras paralisações parciais que obtiveram vitórias econômicas e políticas, como reposição das perdas salariais calculadas pelo Dieese e 33% de aumento real, além da consolidação de uma forte base para tomar o sindicato das mãos dos inimigos de classe.

Cerca de 3 mil operários participaram, no último dia 9, do lançamento da chapa oposicionista, que contou com a presença do deputado federal Haroldo Lima (PCdoB—BA), vários dirigentes sindicais de outras categorias e representantes da Corrente Sindical Classista.

* Jornalista, colaborador da Classe e diretor da Fenaj



Washington (3º da direita p/ esq.): esperança dos trabalhadores para construir um sindicato de luta

Ativo dos comunistas discute CSC

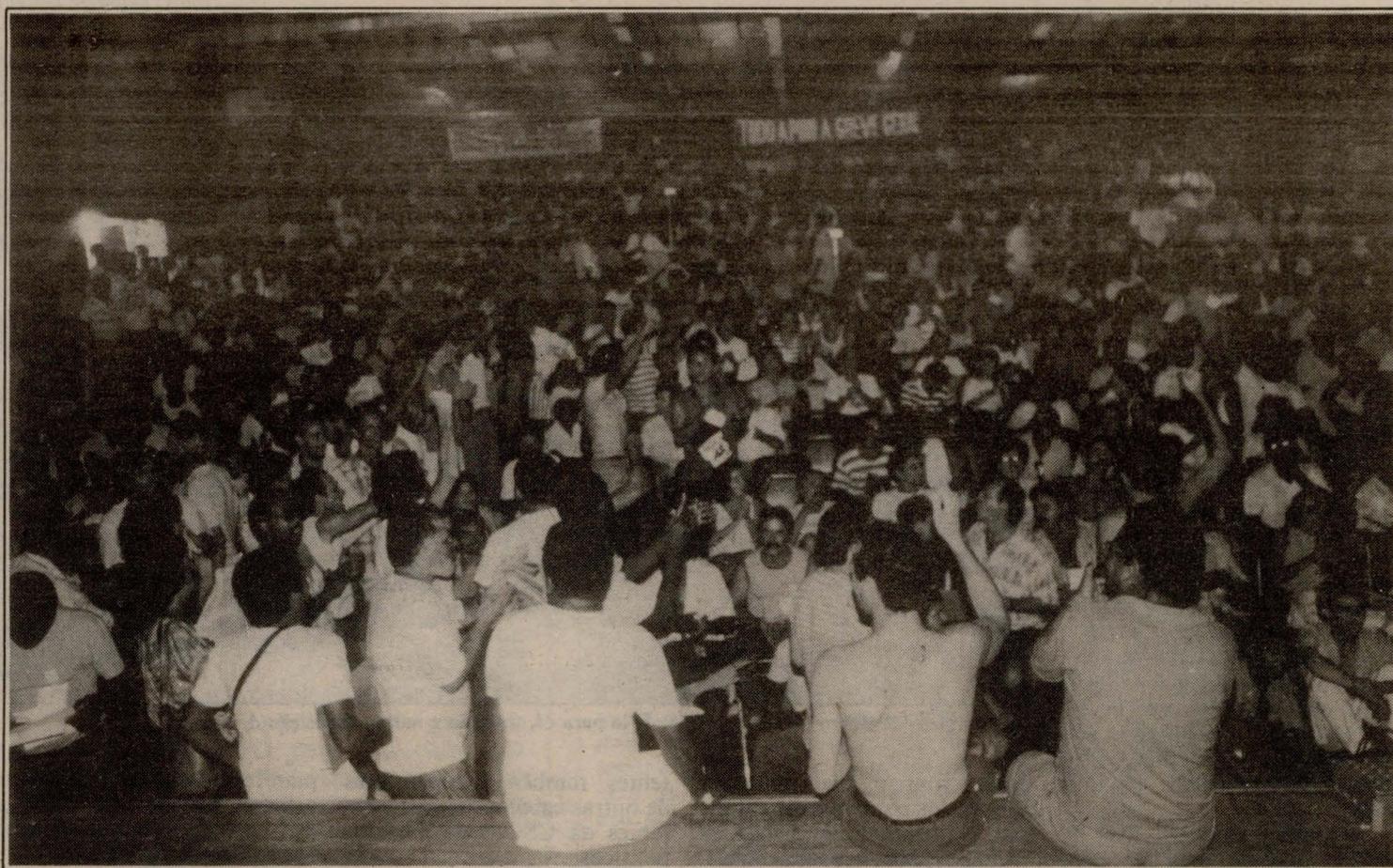
Aproxima-se o II Congresso da Corrente Sindical Classista. Novo passo será dado pela unificação do sindicalismo combativo. Os comunistas, zelando por uma atuação preciosa, à altura das exigências do conturbado cenário que vivemos, avaliam aqui a situação do sindicalismo e os rumos que devem ser tomados.

Nos dias 13 e 14 de janeiro, a direção nacional do PCdoB promoveu um ativo sindical para preparação da atuação dos comunistas no congresso da Corrente Sindical Classista — CSC, a realizar-se nos dias 9, 10 e 11 de março na Universidade Federal do Rio de Janeiro. A reunião procurou dar um delineamento mais geral dos rumos do congresso e da situação do sindicalismo nacional.

Durante o encontro, a direção do Partido avaliou que a integração da CSC com a CUT leva adiante e num patamar mais elevado a luta pela unidade do conjunto do movimento sindical que atualmente se encontra dividido. Há concepções e opiniões políticas diferentes em seu seio, o que é normal. No entanto, para os comunistas, o que enfraquece o movimento sindical brasileiro e ajuda o patronato é o fato de existir mais de um centro coordenador de suas atividades, isto é, mais de uma central sindical. Aí reside um dos bons motivos para a atuação da CSC com a CUT: esta ganhará em representatividade, aglutinará os setores mais ativos e politizados do movimento, se tornará mais forte.

A integração da CSC com a CUT reforça a unidade sindical

Diante da crise política do país, do quadro de dificuldades econômicas e, portanto, de grave crise financeira, os trabalhadores são atingidos diretamente. Tal contexto implica a necessidade de mobilizar e unificar todos os setores sociais interessados no progresso e no desenvolvimento independente do país para juntos realizarem uma oposição clara, firme e popular ao governo Collor, sem ilusões. Collor representa as elites do país e seu governo será, em linhas gerais, a continuidade do governo Sarney. Ele manterá a dependência do país pagando a dívida externa e subordinando o Brasil ao capital financeiro internacional. Realizará uma política fundiária e agrícola de acordo com os interesses dos latifundiários. Manterá na sua essência o controle e a ingerência dos militares na vida na-



Desafio para a CSC em março/90: repetir o êxito de seu primeiro congresso (foto) em 1989, representativo e numeroso.

cional. Tentará jogar o peso da crise nas costas dos trabalhadores assalariados.

No entanto, avaliam os comunistas, os sindicalistas e o povo em geral não devem contar com um total desmoronamento do governo Collor nos seus primeiros momentos. As elites dominantes prestarão todo apoio ao populismo e à demagogia de Collor. Elas precisam continuar seu projeto de dominação e espoliação do país; para isso, nada melhor que procurar conjuntamente encontrar medidas paliativas que permitam a construção de uma mínima base social para o governo Collor — um dos últimos triunfos das elites.

Em meio a esse estado de coisas, as massas de trabalhadores e o povo não ficarão passivos. O movimento sindical deverá ser um setor impulsor e aglutinador de resistência e das grandes lutas. É necessário que atue de forma coesa e intensa, tornando assim mais urgente a unificação do conjunto do movimento sindical. A integração da CSC com a CUT será um passo significativo no rumo dessa unificação.

Novo patamar da luta pela unificação do sindicalismo avançado

É claro porém, que a integração orgânica da CSC com a CUT não significa a sua diluição nessa central. A CSC manterá seu ideário político-filosófico e sua independência organizativa. A existência da cor-

rente é o resultado da evolução da luta sindical em nosso país, que objetivamente exige um núcleo aglutinador dos sindicalistas que não se limitam à luta econômica e reformista. Não se trata de uma criação artificial, forçada, com o intuito de conquistar apoios e assenhorear-se de aparelhos sindicais. Por isso, torna-se necessário aprofundar a divulgação dos conhecimentos teóricos sobre os fundamentos do sindicalismo classista, inserindo-os no dia-a-dia das lutas sindicais, aplicando uma política concreta, com programas de ação, que levem a CSC aos mais distantes locais, enraizando-a nos locais de trabalho.

Tais iniciativas são hoje muito palpáveis. Apesar de seu desenvolvimento desigual, o movimento sindical — com suas idas e vindas — tem superado no fundamental as forças retrógradas que o tentam imobilizar e cooptar para uma política de colaboração com o empresariado e o governo. Em 1989, realizou inúmeras greves, atingindo a expressiva cifra de 40 milhões de trabalhadores parados. Lutou e conseguiu algumas vitórias na defesa dos salários. Elevou o nível de consciência e organização dos trabalhadores assalariados do país inteiro.

Os trabalhadores não ficarão passivos, vão intensificar suas ações

A decantação que se dá na sociedade entre as forças pro-

gressistas e de esquerda de um lado, os conservadores e centristas de outro, além do avanço das lutas de nosso povo, repercutem no movimento sindical. Há também uma maior nitidez de posições, entre as correntes que nele atuam. A direita se desmascara e assume suas propostas através do chamado sindicalismo de resultados. Por outro lado, a esquerda e os setores progressistas buscam a unidade na ação e desenvolvem uma política que, além da defesa consequente dos direitos dos trabalhadores assalariados, engata o sindicalismo na engrenagem da luta de todo o povo por liberdade e progresso social.

A CSC coloca-se como aglutinadora de todos os ativistas combativos

Durante o ativo, os dirigentes do PCdoB comentaram as mudanças que o sindicalismo sofreu. Alterações que se fizeram sentir no movimento sindical foram a conquista da liberdade e autonomia sindical consagradas na Constituição de 1988 e, consequentemente, o aumento do número de sindicatos. Tal quadro deu novo impulso e dinamismo à criação e ampliação da ação sindical. E força o movimento a ter mais representatividade, estabelecendo uma ligação mais precisa com suas bases de sustentação.

Tendo presente essas consi-

derações e propondo a integração na CUT, os sindicalistas da CSC vêem esta central sindical crescendo cada vez mais em representatividade, sendo hoje uma referência inegável das negociações e lutas sindicais. O surgimento da CSC, como tendência sindical avançada, que defende o socialismo, organizada, atuante e gozando de respeito nos meios sindicais, é um fato extremamente positivo na cena política e sindical do país. Tem condições de vir a ser o pólo aglutinador das forças mais consequentes e atuantes do movimento. A CGT, dividida entre a direção de Joaquim dos Santos Andrade, o “Joaquinzão”, e Antonio Rogério Mágri, é caracterizada como representante da direita no sindicalismo. Ela não joga grande papel a nível de massas, porém ainda é uma reserva política do empresariado e do governo. Procura confundir o movimento, desorganizando-o e imobilizando-o.

Os comunistas, somados aos demais setores combativos do sindicalismo, participam do próximo congresso da CSC com grandes tarefas. O sucesso do evento, contando com a presença massiva de lideranças sindicais de todo o Brasil, comprometidas com o sindicalismo classista, repercutirá positivamente nas lutas por melhores condições de trabalho, seja na luta por um Brasil livre, independente, socialista.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício de Almeida

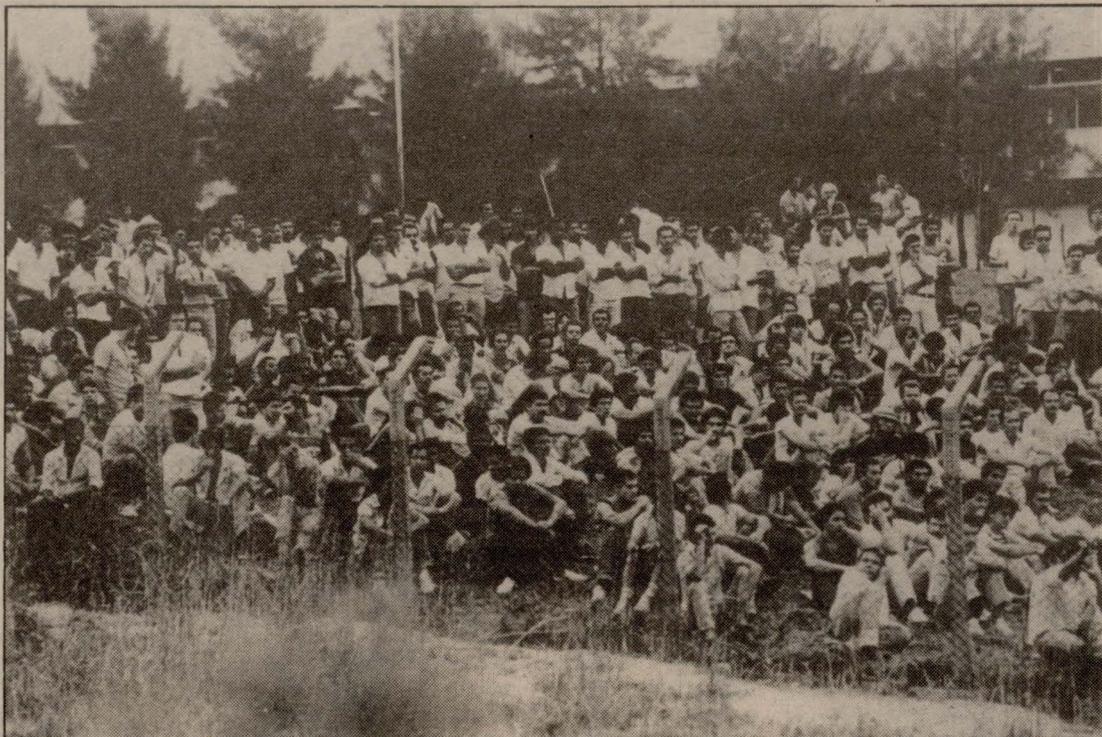
Garra metalúrgica empolga em Betim

fotos: Diosdete Ferreira

O Sindicato dos Metalúrgicos de Betim-MG, um dos principais do Estado, realizará eleições para renovação de sua diretoria, nos dias 5, 6 e 7 de fevereiro. Duas chapas disputam a direção: a Chapa 1, formada por sindicalistas da Corrente Sindical Classista-CSC e por independentes da CUT, que não aceitaram a orientação atrasada da central naquele Estado, de apoiar uma chapa oposicionista forçada na origem e sectária e rancorosa no conteúdo: a Chapa 2.

A Chapa 1 "Garra metalúrgica", conta com 40 elementos, sendo que 22 deles trabalham na Fiat. Ela é encabeçada pelo atual presidente do sindicato, Edmundo Costa Vieira que vem, habilidosamente, divulgando o programa de lutas da chapa ao mesmo tempo em que não deixa de lado a campanha salarial da categoria (recuperação das perdas desde outubro) e pelo pagamento semanal dos salários.

Durante a gestão de Edmundo, o sindicato ampliou o número de filiados, desenvolveu a estrutura da entidade. Foi adquirido um ônibus de som, iniciou a publicação periódica de boletins, contratação de um médico do trabalho e criação da gráfica do sindicato. No campo das lutas econômicas e políticas, mobilizou a categoria, dirigiu greves parciais que



Metalúrgicos de Betim (MG), em 1985: de lá para cá, tradição e muita disposição de luta.

foram fundamentais para arrancar dos patrões mais garantias e melhores condições de trabalho nos acordos coletivos.

O lançamento da "Garra Metalúrgica" ocorreu no dia 20, em clima de entusiasmo, com a presença de 300 metalúrgicos — número significativo, uma vez que a maioria dos trabalhadores moram nas cidades vizinhas a Betim. Pre-

sentes também, sindicalistas de outras categorias, representantes da CSC e de partidos políticos.

A Chapa 2 é encabeçada por Eugênio, o "Carneirinho" da Fiat. Ele e seus aliados vêm se isolando junto à categoria. Um dos motivos é a boa acolhida que a Chapa 1 recebe por onde passa. Isso tem posto em desespero a oposição. Alguns membros da Chapa 2, durante

manifestação de trabalhadores a favor da "Garra Metalúrgica", chegaram a usar de insultos contra os operários.

A irritação da Chapa 2 não é para menos: eles sabem que seus planos nunca dão certo. Na última campanha salarial, em 1989, o comando de greve apoiou a paralisação da Fiat. Naquele momento, os que hoje fazem oposição ao sindicato não tinham interesse que a direção sindical parasse a empre-

sa. Na hora de executar o plano de parada, eles nada fizeram. Ficaram quietos, não impediram a passagem dos ônibus. Os diretores do sindicato cumpriram sua parte, paralisando cerca de 4 mil trabalhadores. Os membros da oposição saíram dizendo que a greve fracassou, mas não disseram que eles é que trabalharam pelo seu fracasso.

A Chapa 2 é composta pelos grupos petistas Convergência Socialista e Articulação, contando também com o apoio do CUT pela Base. Inicialmente composta por 38 candidatos, esta chapa já recebeu 5 pedidos de afastamento de metalúrgicos que participavam iludidos com seu discurso oposicionista. Para se ter uma idéia, em seu último boletim, a chapa 2 dedica seus ataques infundados somente à pessoa de Edmundo Vieira e aos demais sindicalistas da Chapa 1, deixando de atacar os patrões e o governo.

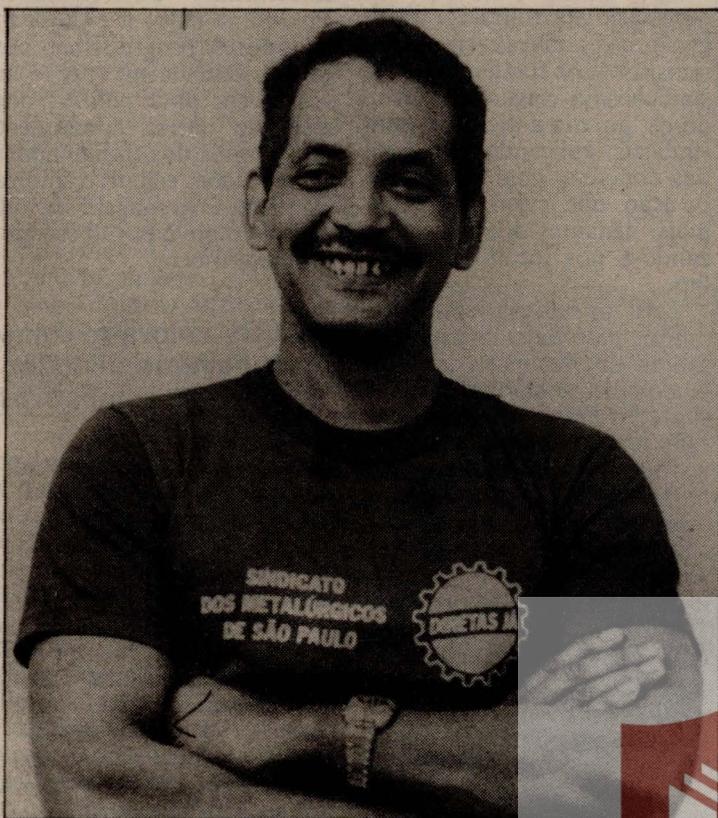
A categoria metalúrgica de Betim espera investir em quem não deixa o inimigo de lado. A Chapa 1, que tem sido alvo de grande prestígio junto aos sócios e não-sócios do sindicato, tem tudo para chegar à vitória, principalmente por defender um sindicalismo classista, não sectário, personalista e de grupelhos, mas sim voltado para a unidade na luta com os demais segmentos de trabalhadores e do povo em geral.

Oposição metalúrgica unida em SP Governo mantém o objetivo de privatizar a Mafersa

A oposição metalúrgica ao peleguismo de Luiz Antonio Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, já se mobiliza para as eleições de renovação da diretoria, que ocorrerão neste ano. Será lançada uma chapa única de oposição. Ela terá, além de representatividade, um programa de lutas avançado e uma diretoria capacitada a manter bem próximo o vínculo da categoria com o sindicato. Caberá à chapa da oposição mostrar-se combativa e defensora do sindicalismo classista, desmascarando os pelegos e seu famigerado sindicalismo de resultados.

Segundo o vereador Vital Nolasco, (PCdoB-SP), que é operário metalúrgico, os resultados dos acordos salariais firmados com a Fiesp por Medeiros são tão ruins que até mesmo a notoriamente atrasada e pelega Federação dos Metalúrgicos de São Paulo foi contra.

Para Nolasco, apesar das dificuldades de se destronar Medeiros, que conta a seu favor com a grande imprensa e o patronato, as possibilidades da oposição são grandes: "Hoje podemos dizer que a chapa



Nolasco: um apoio vital para o sucesso da oposição

única de oposição, com elementos da CUT e da CSC, é fato consumado. Todas as forças combativas da categoria caminham nesse sentido. To-

dos querem desmascarar Medeiros, que não mobiliza a categoria, está ao lado de Collor e foi contra a última greve geral".

de privatizar a Mafersa

No curso da sucessão presidencial em 1989, cogitava-se o leilão que privatizaria a Mafersa. Felizmente, a eficiente denúncia da manobra do governo, feita durante programa eleitoral da Frente Brasil Popular, fez com que Sarney recuasse, suspendendo a venda.

De lá para cá, além da perseguição e demissão de trabalhadores por parte da empresa, que se mobilizaram em defesa da estatal, o governo prosseguiu nas suas intenções, sucateando a empresa. A Mafersa encontrou as portas fechadas de entidades que poderiam socorrê-la com financiamentos como o Finame e o BNDES.

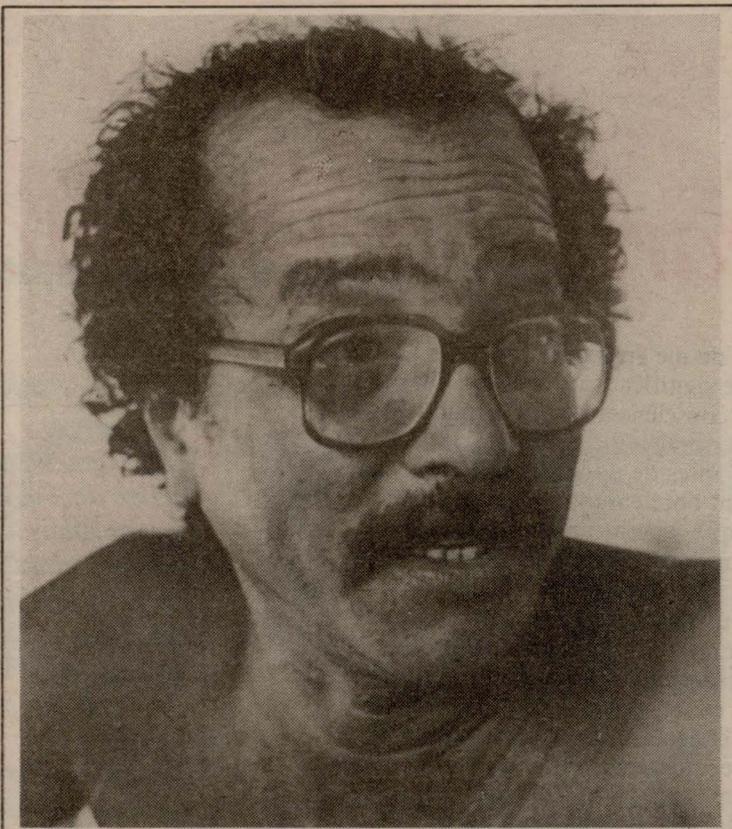
Frente a essa situação, os trabalhadores da empresa se reuniram. Deram início à luta pela viabilização da Mafersa como estatal. Não podendo contar com a atuação do Sindicato dos Metalúrgicos — nas mãos do pelego Medeiros — os funcionários começaram a travar contatos com a Prefeitura de São Paulo e de Santos, em busca de apoio. Com a ajuda de sindicatos ligados à CUT e à CSC, 96 trabalhadores seguiram para Brasília para pressionar o governo. Através de contatos com a ministra do Trabalho, Dorothea Werneck, foi liberado o financiamento da Finame, que deu fôlego à Mafersa.

A Prefeitura de São Paulo priorizou e saldou sua dívida com a Mafersa, viabilizando o pagamento do 13º salário e o vale dos funcionários da empresa.

Não fosse a tática da direção da empresa de segurar os pedidos para tentar convencer que a privatização é melhor, a compra — por exemplo — de cerca de 300 ônibus por parte de uma prefeitura representaria a produção de 25 ônibus por mês, ou seja, daria para trabalhar por um ano.

Enquanto perdura esse estado de coisas, visando minar a Mafersa e enterrar a participação dos trabalhadores, a importância é que mesmo os trabalhadores que foram arbitrariamente demitidos em dezembro continuam, mesmo fora da empresa, a defendê-la como empresa estatal viável e a lutar pelos direitos da categoria.

Arquivo



João Ubaldo: presentindo o Mal no "Sorriso do Lagarto". Uma obra densa, filosófica e universal.

No "Sorriso do Lagarto" a aura maligna que ameaça a humanidade

Nádia Timm *

O Mal sempre vence? Quem ou o que é o Mal? Está nos terrores, nos altares, nos laboratórios? Está nos corações apaixonados, na mente racional, no delírio sexual? É a subversão da consciência? Seja onde ou como for, sua presença pode ser pressentida num réptil com uma aura de riso, debochando da arrogância de meros mortais. Está no "Sorriso do Lagarto", o 10º livro de João Ubaldo Ribeiro, lançado recentemente pela Editora Nova Fronteira. Aproveite as férias e mergulhe nas suas 385 páginas. É uma viagem ao fundo da consciência humana.

Mas não se engane, apesar de mostrar os laços sutis entre a realidade dos países pobres e as determinações dos ricos, o "Sorriso do Lagarto" é filosófico e universal. Uma linha diferente do romance "Sargento Getúlio" que tornou o autor, este baiano de 47 anos, conhecido do grande público. Em "Sargento Getúlio" João Ubaldo ironiza a política nordestina. Agora nos traz, através de densos personagens em conflito com sua capacidade de distinguir o Bem do Mal, questões existenciais e éticas.

Algumas pistas para o leitor: o espaço geográfico do romance, na sua maior parte, é uma ilha, Itaparica. Ali o protagonista da estória é João Pedroso, um biólogo frustrado, um solitário complicado, que abandonou a profissão para

viver humildemente como dono de uma peixaria. Logo no começo do livro ele tem um pressentimento sinistro da presença do Mal ao ver um lagarto estranho: "Chegou a tomar um pequeno susto, mas logo parou para admirar o bicho, que agora agitava a cabeça para cima e para baixo ritmadamente. Com grande espanto, achou que ele estava sorrindo (...) Não era, contudo, uma visão agradável, porque havia um pouco, talvez muito, de mofa no sorriso, quase hostilidade." Sensação de medo, mordida, dor, vida sem sentido.

Longe dali está Ângelo Marcos, político oportunista, perfumando-se e ensaiando seu discurso demagógico. Ele lembra sua escalada ao poder. Corrupção, manipulação de vidas, orgias. Grana é a mola mestra de sua consciência. A esposa, Ana Clara, é extensão de seu domínio, parte do cenário para o jogo de cena de um machista, enrustindo seu homossexualismo.

João Pedroso e Ana Clara são os condutores deste enredo que é também de amor e vingança. Eles vivenciam um amor desenfreado que põe em xeque seus destinos. "Paixão, paixão, paixão, paixão tão caudalosa que novos sabores desabrocham nas frutas, o ar morde as narinas, o andar fica leve, letras de música tornam-se filosóficas, cruzar as pernas gera calores insuportáveis e todos os sentimentos são exacerbados."

A segunda parte do livro é cheia de suspense e traz à tona toda a pretensão da espécie humana. A magia, a ciência, o catolicismo são fontes para de-

bates calorosos. Através do pai-de-santo Bará e do padre Monteirinho, João Pedroso descobre a existência na ilha de três criaturas monstruosas. Híbridas, produtos de experiências genéticas patrocinadas por gringos. Quem vê tais criaturas garante que são coisas do Demônio.

Diz o feiticeiro Bará: "Não me perguntem, pois apenas sinto a existência da força contrária, a tremenda oposição que frange o Bem e o repele, e nada sei sobre ela, a não ser que existe e é tão tangível quanto a água e o ar". O fenômeno terrível das crianças-monstros é produto da omissão e indiferença com que são tratadas as regiões mais pobres do planeta.

Os cientistas fixam ovos de outras espécies em mulheres negras, cobaias humanas, gerando seres híbridos para serem utilizados como bancos de órgãos, para testes de medicamentos e vacinas. O médico Lúcio Nêmesio justifica-se a João Pedroso que quer denunciar o caso à polícia: "Prímata, homem, tudo isso é por acaso, uma coisa fortuita, um acidente. Até os gibis intuíram isso há muito tempo; os extraterrestres são quase sempre uns tremendos lagartões". Nêmesio considera a hipótese desta espécie ter evoluído na terra: "Os lagartões estariam aqui falando, filosofando e acreditando num Lagarto Absoluto e na própria imortalidade".

Neste caso, nós primatas e homídeos, na hipótese duvidosa de que viéssemos a surgir, estaríamos provavelmente sendo criados para corte, já que nossa evolução teria há muito sido orientada pelos lagartos, através de mecanismos de seleção como os que aplicamos ao gado, para "sermos gordinhos e dóceis e tão inteligentes quanto um jegue de QI médio. Só o ser humano tem alma? O que é o ser humano? Muitas atrocidades que se fizeram com escravos negros se deveriam à generalizada e então respeitabilíssima dúvida sobre se eles tinham alma".

Na última parte do romance os acontecimentos precipitam-se e ocorre uma sobreposição de violências. De maneira diferente, desabam sobre os amantes, o padre e o feiticeiro. Afinal, parece ser possível a vitória completa do Mal. Deus parece estar indiferente. O último diálogo do padre com o médico é fortíssimo. Resta-nos coragem para suportar o peso de nossas dúvidas e do remorso?

Com "O Sorriso do Lagarto" João Ubaldo vem novamente confirmar-se como um dos melhores escritores da nova geração do país. Assim, como Glauber Rocha, seu íntimo amigo, ele bebe na fonte popular, cria uma dimensão fantástica, cheia de dramas dolorosos, mas muito bem temperados pelo bom humor e talento. Leia e confira.

Jornalista e pintora, colaboradora da Classe em Brasília

Novo lançamento da Ed. Anita Garibaldi

Acaba de ser publicado o livro "Em Defesa do Socialismo Científico", uma coletânea de textos de J. Stálin. O livro traz escritos do dirigente soviético em diferentes períodos e sobre temas até hoje candentes, como por exemplo "Pode o partido degenerar?" e "Perigos de degenerescência do Estado soviético". Em "Trotskismo ou Leninismo", outro texto da coletânea, Stálin critica com argumentos científicos as falsas teorias de Trotski sobre a revolução e a construção do socialismo. "Em defesa do Socialismo Científico" apresenta ainda artigos sobre estratégia e tática e a relação entre reformas e revolução. A coletânea é fechada com chave de ouro, com o texto filosófico "Anarquismo ou Socialismo", uma brilhante defesa do materialismo dialético. Pedidos à Editora Anita Garibaldi. Rua Bororós, 51, 1º andar. CEP: 01320. São Paulo, capital.

EM DEFESA DO SOCIALISMO CIENTÍFICO

J. Stálin



CDM

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

João Ulbaldo Ribeiro

O Sorriso do Lagarto (fragmento)

— Um momento, só um momento. Só um momentinho, Monteirinho, eu preciso dizer o que vou dizer. Todo mundo me fala nesse negócio de “um homem como você”, parece uma frase cabalística. Ainda outro dia, foi Lúcio Nemésio que veio com essa conversa. Há um engano nisso, as pessoas acham que eu sou diferente do que eu sou, deve ser alguma coisa em minha cara, será que eu tenho olhos azuis? A evidência é claríssima, salta à vista, mas todo mundo acha que eu sou diferente dessa evidência, é uma maluquice. Não tem nada de desilusão nem de trauma, Monteirinho. De fato, posso ter feito um pouco de literatura ainda agora, mas isso você já conhece, é apenas um jeito que eu encontrei de enfrentar a mim mesmo, é como se fosse um exercício de sobrevivência, não sei bem como, mas tenho certeza de que é isso. Eu sou isso mesmo que lhe disse, sem tirar nem pôr. Aliás, sou pior, sou pior, eu sei que sou bem pior, tão pior que nem quero esmiuçar tudo. E ainda pior do que esse pior por causa da desesperança, hoje eu não tenho esperança em nada, acho que meu destino individual e nosso destino coletivo são os mais desalentadores possíveis, geralmente não agüento saber o que está acontecendo, não posso saber do que está acontecendo sem ficar fora de mim e com vontade de berrar. Não é cristão não ter esperança, é como se fosse uma danação. Talvez outra pessoa achasse que eu estou sendo melodramático, mas você sabe que não estou, você sabe que eu sou um homem religioso, apesar de não aceitar o magistério da Santa Madre e odiar aquelas notas de pé de página das Bíblias católicas. Você sabe que eu não estou sendo melodramático quando digo com toda a sinceridade que me sinto em danação por trair meu dom, porque é o maior pecado contra Deus e a evolução, o maior pecado, entendeu? Não se pode trair a evolução, que é obra de Deus, que é em direção à inteligência e à harmonia e tudo em contrário é obra do Mal e o oposto da vida. E, no entanto, eu me afundo, eu me afundo, eu não faço nada senão me afundar, nem filhos fiz, não fiz nada! Olhe para mim, quase 50 anos, a degenerescência encarnada, um animal traidor da espécie, um filho de Deus traidor da inteligência e da luz é o maior dos pecados, o maior pecado, entendeu? É verdade, eu vejo isso com a clareza mais cegante. Eu estudei em colégio de padre, eles me ensinaram o moto de Lúcifer, você sabe: *non serviam*, não servirei, exatamente meu caso. Então eu sei que estou danado, eu sinto o Mal, tenho certeza. Monteirinho, meu Deus do céu, eu sou responsável pelo Mal? Quer dizer, esse Mal que me circunda vem de mim? Monteirinho, o diabo existe? Hem? Há um lagarto que sorri, se bem que eu não saiba que ligação existe entre uma coisa e outra. Mas a sensação que eu tenho é de que essa ligação existe, e isso me dá mais medo ainda, não sei lhe explicar direito. Sim, um lagarto que sorri, um, talvez dois, talvez mais, sempre com dois rabos. Não é um sorriso como o sorriso humano, é uma espécie de aura em torno dele, que dá a impressão de que ele está zombando de alguma coisa, ou sendo uma espécie de símbolo para o meu próprio ridículo, não é um sorriso amistoso. E não é bom, não é bom ver esse lagarto, me dá vontade de desaparecer. Eu venho sentindo uma espécie de medo estranho, uma espécie de apreensão sinistra. Você acha que eu estou ficando doido? Não é impossível, às vezes eu me convenço de que é isso mesmo. Que é que você me diz sobre

Satanás? Você tem de me ensinar sobre Satanás, eu só sei que o nome dele significa “adversário”. Sim, é muita coisa, tenho consciência de que é muita coisa, mas eu preciso saber mais!

Bem mais tarde, antes de dormir, sentindo a cama bambolear como um bote em mar pesado, João Pedroso recordou que, apesar da embriaguez, conseguira fazer um relato coerente, sob a atenção concentrada e grave de Monteirinho. Não, Monteirinho não duvidara de nada, agira como se levasse aquilo tudo muito a sério, dissera até que ia estudar e pensar no assunto. Uma coisa é certa, dissera. O Inimigo existe, o Mal existe. Não dissera? João Pedroso não chegou a fazer força para lembrar-se com precisão, porque seu olhos já se fechavam de sono e, nesse instante, achou que, emoldurada pela porta que dava para a sala, uma presença que nem chegava a ser um corpo se delineava em contornos imprecisos e ameaçadores, seu caráter maligno adivinhado por alguma coisa que vinha dela. Teve medo, não quis continuar olhando e resolveu que estava tendo alucinações. Puxou o lençol por cima da cabeça e fechou os olhos resolutamente, repetindo com insistência a si mesmo que estava bêbedo, muito bêbedo, mais bêbedo do que jamais estivera.

Isto, contudo, não acontecia com Padre Monteirinho, que, ainda insone, saiu de camisolão pelos corredores do velho casarão colonial e foi buscar um livro para ler até dormir. Entre os desvãos escuros das grandes estantes e dos armários de madeira negra lavrados com figuras de anjos, folhas e animais fantásticos, sob a luz de duas lâmpadas pálidas, correu as mãos por uma prateleira e puxou um dos velhos volumes franceses encadernados em couro. Coleção curiosa, textos de prelados setecentistas sobre matérias filosóficas, teológicas e esotéricas. Nunca chegara a ler nenhum deles, tinha se limitado a de quando em vez abrir algum ao acaso, folheá-lo brevemente e sentir de perto o cheiro que saía por entre as páginas antigas. Pronto, levaria um deles. Mas, apesar de, no começo da leitura, achar que se divertiria, deixou o livro de lado, tomou seu terço e adormeceu rezando. Havia topado com um texto de um certo abade Fiard, que em sua época devia ter sido um homem muito influente, sobre a existência dos diabos. O homem é assediado por *légions sans nombre d'esprits méchants*, dizia o abade, antes de descrever com eloquência angustiante as tropas de demônios que sitiavam o homem em toda parte, e Padre Monteirinho lembrou-se da conversa com João Pedroso. Não, não, João Pedroso não estava sendo perseguido por Satanás, que situação mais tola, mas, mesmo assim, Padre Monteirinho deixou o livro e pegou o terço.

O fragmento de “O Sorriso do Lagarto” que reproduzimos mostra o drama de consciência e a desesperança de seu personagem principal (ver artigo na pág. 23), João Pedroso, autocrítico diante da sua condição e cáustico com a condição humana em geral. Diante da aura do Mal, que o circunda, e julga estar nele e nos homens, sente-se impotente e revoltado com as coisas que o cercam: “Não posso saber do que está acontecendo sem ficar fora de mim e com vontade de berrar”.

JOÃO
UBALDO
RIBEIRO



O SORRISO
DO
LAGARTO

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Do autor de SARGENTO GETÚLIO VILA REAL
Maurício Grabois, editor e tradutor, que
conquistaram os leitores de toda a Europa
e das Américas.

EDITORA
NOVA
FRONTIERA

Seleção: Nádya Timm

